UNIVERSIDADE LUSÓFONA

ANDRÉ PIRES MESQUITA

DA RUÍNA À PROSPERIDADE
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA FABRICA DE MOAGEM – MOINHOS DE SANTA IRIA- BEJA

Orientador: Prof. Doutor Pedro Filipe Coutinho Cabral d`Oliveira Quaresma

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2021

ANDRÉ PIRES MESQUITA

DA RUÍNA À PROSPERIDADE
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA FABRICA DE MOAGEM – MOINHOS DE SANTA IRIA- BEJA

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 25 de Maio de 2021 para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 137/2021 de 19 de Abril com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Mário Júlio Teixeira Kruger
Vogal: Prof: Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes
Arguente: Profª. Doutora Maria Rita Ramos Abreu de Almeida
Orientador: Prof. Doutor Pedro Filipe Coutinho Cabral d`Oliveira Quaresma

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
Lisboa
2021

AGRADECIMENTOS

Ainda que o tema desta dissertação tivesse sido opção pessoal e alavancado por fatores de vária ordem, sendo o primordial a preocupação de salvaguardar o melhor exemplar de arquitetura industrial da cidade de Beja de princípios do século XX, hoje em ruína, a consecução deste projeto não teria sido viável sem a colaboração de todos os que, de alguma forma, nos ajudaram neste percurso.

O vazio documental com que me confrontei levou-me, sempre que possível, a recorrer à memória dos que ligados direta ou indiretamente à vida da fábrica, dela guardam ainda algumas informações, preenchendo lacunas do que não está nos arquivos. Também o apoio dos professores se tornou fundamental, não apenas como linhas de orientação como para nos ajudarem a alcançar novos patamares do conhecimento.

A título pessoal começo por tecer uma homenagem e uma palavra de agradecimento ao grande Homem, Arquiteto e Professor que foi o Professor Doutor António Santa Rita, pela disponibilidade que sempre revelou para nos ajudar a ultrapassar dificuldades bem como pelas bases sólidas do saber e saber fazer, que nos transmitiu. Agradeço igualmente ao Professor Doutor Filipe Coutinho Quaresma que me orientou nesta dissertação e abriu perspetivas com vista à consecução deste projeto, bem como ao Professor Doutor João Borges da Cunha que, apesar da escassez documental me encorajou a seguir em frente com o projeto, que já não se me afigurava exequível por este motivo.

Agradeço ainda ao Arquivo Distrital de Beja; ao Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Beja; à Biblioteca e ao arquivo da Biblioteca Municipal de Beja; ao comandante dos Bombeiros Voluntários de Beja; ao responsável pelos silos da Cooperativa Agrícola de Beja, Brinches e Cuba; ao chefe dos Caminhos de Ferro de Beja; ao arqueólogo da Câmara - Manuel Serra; à viúva do último diretor da fábrica – Engenheiro José Henrique Franco Urceira; à única contabilista da fábrica, ainda viva, e que nela trabalhou até ao incêndio – D. Augusta, e ao sr. Hermes Picamilho, funcionário dos arquivos da Biblioteca Municipal de Beja. A todos manifesto a minha gratidão pela colaboração e partilha de informações.

RESUMO

Esta dissertação assenta num projeto de preservação/reutilização da fábrica de moagem "Moinhos de Santa Iria" em Beja, edifício paradigmático de arquitetura industrial desta cidade, de princípios do século XX, não apenas pela qualidade arquitetónica, como pelas inovações técnicas e dinamismo sócio-económico que imprimiu à localidade durante o seu período de laboração, como ainda por ser ponto de referência para a memória local, que hoje se encontra fortemente ameaçado pelo elevado grau de degradação, correndo o risco de vir a ser demolido. E porque este edificado se situa, não por acaso, na cidade de Beja, terra de trigo, onde este cereal teve um papel determinante, nas políticas económicas, na sociedade e cultura ao longo dos tempos, considerou-se pertinente fazer o respetivo enquadramento geográfico, histórico e social, bem como uma abordagem das políticas cerealíferas da época, a fim de melhor se poder compreender o papel dos "Moinhos de Santa Iria" no universo dos polémicos e constantes conflitos de interesses económicos entre produtores de trigo e industriais moageiros.

Pretende-se por último, provar que é possível salvaguardar este exemplar de património industrial, marco histórico da economia de uma região e de uma época, dando-lhe uma nova oportunidade de vida, ao adaptá-lo a novas realidades e a novos usos, permitindo-lhe voltar a desempenhar um papel dinamizador na economia, na sociedade, e cultura locais, inferindo-se das vantagens da reabilitação de edifícios industriais não apenas na qualidade de vida das populações, como no espaço urbano envolvente.

Palavras-Chave:

Fábrica de Moagem; Companhias de Moagem; património industrial; reabilitação industrial; reabilitação urbana; Beja.

ABSTRACT

This dissertation is based on a project for the preservation/reuse of the milling plant "Moinhos de Santa Iria" in Beja, a paradigmatic building of industrial architecture within this city from the beginning of the 20th Century, not only for its architectural quality, but also for the technical innovations and socio-economic impact that it granted to the municipality during its operational period, as well as for being a point of reference for the local memory, while today being strongly threatened by the high degree of degradation, running the risk of being demolished.

And because this building is located, not by coincidence, in the city of Beja, territory of wheat, where this cereal played a decisive role in economic policies, in society and culture over time, it was considered pertinent to make the corresponding geographical, historical, and social framework, as well as an approach to the cereal policies of the time, in order to better understand the role of "Moinhos de Santa Iria" in the universe of controversial and constant conflicts of economic interests between wheat producers and the milling industry.

Lastly, the intent is to prove that it is possible to preserve this example of industrial heritage, a historical landmark of the economy of a region and a time, giving it a new life opportunity, by adapting it to new realities and uses, allowing it to play a dynamic role in the local economy, society, and culture again, inferring from the advantages of rehabilitating industrial buildings not only in the quality of life of the population, but also in the surrounding urban space.

Keywords:

Milling Plant; Milling Companies; industrial heritage; industrial rehabilitation; urban rehabilitation; Beja.

ÍNDICE

I . Introdução. ---------- pág. 8
II. Descrição, justificação e pertinência do objeto de estudo. ---------- pág. 10
III. Metodologia e estrutura. ---------- pág. 17

PARTE I

CAPÍTULO I

1. Contextualização política e sócio - económica, nacional e regional da Fábrica - pág. 19
2. Beja – cidade do trigo. ---------- pág. 36
2.1. Enquadramento geográfico. ---------- pág. 38
2.1.1. Localização e clima; ---------- pág. 38
2.1.2. Acessibilidade; ---------- pág. 41
2.1.3. População. ---------- pág. 41
3. A dinâmica do espaço urbano - o passado e o presente: ---------- pág. 44
3.1. Notícia histórica – o tempo e a arquitetura; ---------- pág. 46
3.2. O Presente. ---------- pág.62

CAPÍTULO II

4. Reabilitação do património industrial: ---------- pág.73
4.1. Análise de dois casos reais. ---------- pág. 77
4.1.1. A Fábrica de Moagem de Serpa. ---------- pág.77
4.1.2. A Fábrica de Moagem e Massas dos Leões em Évora. ---------- pág. 80
5. A Fábrica de Moagem Aliança/Moinhos de Santa Iria – Beja. ---------- pág. 84
5. 1. O percurso histórico – económico da fábrica. ---------- pág. 84
5. 2. Leitura arquitetónica do complexo. ---------- pág. 91

PARTE II

1.A proposta de reabilitação do edifício e a revitalização urbana. ---------- pág. 94

. Considerações Finais. ---------- pág. 108

. Bibliografia. ---------- pág. 110

. Índice de Documentos. ---------- pág.117

. Índice de Figuras. ---------- pág. 118

. Índice de Gráficos. ---------- pág. 122

. Índice de Mapas. ---------- pág. 123

. Apêndice I ---------- pág. 124

. Apêndice II ---------- pág. 134

I.INTRODUÇÃO

A reabilitação é o caminho para se poder assegurar a longevidade de muito património arquitetónico não monumental, se esse património não for recuperado e modernizado cairá ao abandono e caminhará para a inevitável ruína.

João Appleton, Reabilitação de edifícios antigos

O crescente abandono e consequente degradação do edificado dos centros urbanos, tem vindo, por fatores vários, a agravar-se nas últimas décadas, pondo em causa, e não apenas em Portugal, a harmonia das cidades ao ameaçar a vida do património histórico monumental bem como do património comum, ambos essenciais para a leitura de uma evolução política, social, económica e cultural destes aglomerados habitacionais ao longo dos tempos. Tal facto tornou-se preocupante, sensibilizando particulares e poderes locais para a necessidade urgente do recurso à reabilitação do tecido urbano como estratégia de salvaguarda do património arquitetónico e cultural bem como do rejuvenescimento de áreas residenciais e de locais de trabalho, com vista a restituir a vida aos centros urbanos condenados à desertificação populacional e à degradação Contudo, embora a prática de reabilitação de edifícios urbanos comece já a ser frequente, o mesmo não acontece em relação ao património industrial, ainda que nas últimas décadas se tenha assistido a um gradual interesse por esta matéria, surgindo já um pouco por todo o país exemplos de projetos de reabilitação deste tipo de edificado, bastante bem sucedidos, servindo de exemplo a outros. Sobre esta "negligência" face à construção industrial, Francoise Choay na sua "Alegoria do Património", refere a desatenção para com estes edifícios quando escreve

> " a expansão do campo cronológico da nossa herança histórica levanta um problema inédito, o do património industrial, que, para além disso e apesar do seu nome, escapa geralmente à empresa da" indústria cultural. Se eu evoco as condições da sua reutilização em primeiro lugar, é com a finalidade de mostrar que, apesar da sua denominação comum, esse património não pode e não deve ser confundido, como é muitas vezes com o património da era pré-industrial. Este último depende de valores e riscos diferentes." (1)

---

(1)- Choay, Francoise,(Julho 2000), a Alegoria do Património, Edições 70, pág. 191

e problematiza as práticas de restauro e de reconversão dos edifícios que possuem um valor afetivo de memória, para as comunidades em que estão inseridos, devendo por isso assentar tais práticas, numa estreita correlação com as tradições e com a malha urbana, que por sua vez passa a ser valorizada num conceito de domínio patrimonial mais abrangente que eclodiu, a partir da década de 60 do séc. XX,

> "… os monumentos históricos constituem apenas parte de uma herança que não pára de aumentar, por via da anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem estes bens (…) o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano: os quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras (…)". (2)

Ao destacar as múltiplas possibilidades que a reutilização de edifícios industriais oferece, a autora apresenta um leque de soluções já implementadas na Europa e nos Estados Unidos:

> "… os edifícios individuais, frequentemente de construção sólida, sóbria e de fácil manutenção, são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e prestam-se a utilizações, públicas e privadas, múltiplas. Na Europa, tal como nos Estados Unidos, são inúmeras as fábricas, *ateliers* e entrepostos transformados em imóveis de habitação, em escolas, em teatros ou mesmo em museus." (3)

particularizando, por último, o exemplo do programa do mercado dos matadouros da Mouche "O grande mercado dos matadouros da Mouche, com uma magnífica estrutura metálica construída em Lião em 1918, por Tony Garnier, tornou-se num centro de trocas e de espectáculos vivo e atraente, …" (4).

Porém, embora estas práticas sejam correntes no campo internacional, e em Portugal tenham começado já a ser implementadas, muito trabalho há ainda por fazer até sensibilizar municípios, antigos proprietários, ou descendentes destes, e investidores, a apostar na recuperação de velhas fábricas, algumas de elevado valor patrimonial, não apenas físico, pela qualidade da construção, mas histórico, económico, e social, na medida em que nos falam de uma época, com toda a sua carga cultural, tornando-se ponto de referência para a memória da cidade e da região em que se inserem, e de dinamização económica e cultural.

---

(2) - Choay, Francoise, (julho 2000), a Alegoria de Património, Edições 70, pág. 12

(3) - Choay, Francoise, (julho 2000), a Alegoria de Património, Edições 70, págs. 191

(4) - Choay, Francoise,(julho 2000), a Alegoria de Património, Edições 70, págs. 191

Tais projetos de reabilitação, embora tentando preservar, sempre que possível, os principais elementos construtivos do edifício existente, permitem ao arquiteto ser criativo e reinventar a funcionalidade da estrutura, permitindo-lhe harmonizar elementos atuais com outros do passado. A reconversão torna-se assim a estratégia adequada para salvaguardar edifícios industriais ameaçados pelo abandono e ruína, da demolição, valorizando o espaço urbano em que estes se inserem, e evitando a voraz expansão das cidades.

Beja, não é exceção da situação de abandono do centro histórico, sendo possível constatar-se nos últimos anos, dia após dia, um aumento de edifícios devolutos caminhando para a ruína, e expostos a atos de vandalismo e à indiferença de descendentes dos antigos proprietários e de instituições de poder local perante tal situação. Contudo, também nela é já possível hoje, observar-se com alguma frequência, a preocupação da reabilitação, quer de edifícios públicos como privados, embora o complexo fabril "Aliança" continue negligenciado e entregue à degradação e ao abandono, sendo por isso o local eleito para "práticas sociais desviantes".

Inserida num contexto rural, a cidade não teve nem tem grandes tradições industriais, sendo por isso os Moinhos de Santa Iria, um marco na história da sua indústria, bem como da economia da região dado que esta fábrica serviu não apenas os interesses económicos dos grandes industriais moageiros, como os interesses dos produtores de trigo da área envolvente ao núcleo urbano. Para além do papel económico e social que desempenhou, o edifício da fábrica foi um valioso exemplar de património arquitetónico industrial, não apenas a nível local como nacional (dado que é provavelmente único da Indústria Moageira no sul do país, existindo apenas um outro de características idênticas em Lisboa), constituindo-se ainda como um significativo elemento identitário da paisagem urbana, fatores que fazem dele atualmente um importante testemunho da memória coletiva da população pacense.

II.DESCRIÇÃO, JUSTIFICAÇÃO E PERTINÊNCIA DO OBJETO DE ESTUDO

O objeto de análise desta dissertação é um conjunto de edifícios que constituiu a antiga unidade fabril do ramo da moagem, de princípios do século XX (1918) – Aliança - da cidade de Beja, também conhecida por – Moinhos de Santa Iria, localizada junto à estação de Caminhos de Ferro e que, juntamente com outras firmas do mesmo ramo, constituíam a Sociedade Industrial Aliança, embora na fase final da sua existência e, por questões relacionadas com interesses económicos, acabasse por ficar agregada apenas à fábrica de moagem da Póvoa de Santa Iria na região de Lisboa (Loures).Trata-se de um imponente complexo industrial em estado de

abandono e ruína, constituído por seis edificações de dimensões diferentes, embora todas elas obedecendo a planta retangular, que inclui a casa de habitação do diretor da fábrica e do moleiro, e uma estrutura de silagem formada por sete células que, embora construída posteriormente (década de 50) e em betão, obedece à cor de todo o conjunto - o amarelo - fator que o particulariza no contexto arquitetónico da cidade, onde predomina o branco do casario. O edifício central mais pequeno, de pé direito alto (receção e serviços administrativos), é constituído por um só piso térreo; o subsequente, o corpo principal (fabril) por três pisos que alojavam a maquinaria de transformação do cereal (Fig.1) o lateral esquerdo (fabril) por dois pisos que albergavam os moinhos(Fig.2); um outro, à direita do central (armazenagem) por um só piso térreo, e dois edifícios, ladeando os silos (um de apoio e outro de armazenagem), ambos, apresentando igualmente, um só piso térreo. (Fig.3). Todos eles se encontram em estado de ruína.



Fig.1 - Maquinaria instalada no corpo principal
Sociedade Industrial Aliança (1918) – Jornal de Beja



Fig. 2 – Maquinaria instalada do edificio lateral (onde começou o incendio)

Sociedade Industrial Aliança (1918) – Jornal de Beja



Fig. 3 – Fábrica de Moagem - Aliança – em Beja (fotografia do local – autor)

O conjunto é confrontado a Norte com a REFER, a Sul com a Rua da Lavoura, a Nascente com terrenos e edifícios da REFER e a Poente com armazéns, outrora de adubos e sementes para a agricultura. (Fig. 4)



Fig. 4 – Planta de terreno da Fábrica de Moagem – Moinhos de Santa Iria- Beja

---

(Fig. 4) - Planta de terreno cedida pelo Gabinete Técnico da Câmara de Beja.

A 18 de julho de 1981, pensa-se que um curto-circuito no edifício lateral da fábrica terá feito deflagrar um violento incêndio que (segundo o relato do atual comandante dos Bombeiros Voluntários de Beja, na altura adolescente, e que presenciou a catástrofe, e o artigo do Jornal de Beja da época) passando rapidamente através do sem-fim que transportava sacas de sémola para o edifício principal, o reduziu em poucas horas a paredes, sem lajes, sem escadarias e sem cobertura. Hoje, embora degradado, este complexo industrial de particulares características arquitetónicas, permite, pelo relativo estado de conservação em que ainda se encontra, a sua reabilitação, que se impõe com alguma brevidade a fim de evitar a ruína total, ou até a demolição que, segundo consta, com ou sem fundamento, parece ter sido uma hipótese já anteriormente alvitrada. Urge então, sensibilizar a autarquia para a necessidade de acionar e agilizar os meios legais e técnicos para a viabilização de tal projeto.

Não apenas a preocupação de salvar este edificado moageiro, como a possibilidade de viabilizar as potencialidades multifuncionais que ele oferece através da reutilização, permitindo imprimir novas dinâmicas, necessárias à cidade, nas vertentes económica, social e cultural, terão sido fatores determinantes na escolha do tema proposto. Beja precisa de núcleos propulsores de riqueza, de desenvolvimento económico, promotores de postos de trabalho, particularmente para os jovens da região, que têm que partir à procura de emprego, condenando a região ao aumento da desertificação e do atraso; precisa de espaços adequados e confortáveis onde os jovens estudantes possam trabalhar, precisa de boas livrarias especializadas nas várias áreas do conhecimento, precisa de espaços adequados para praticar a música que se faz nesta terra, precisa de espaços museológicos não apenas ligados a um passado longínquo e a uma História do grande personagem, mas também a uma história de um passado recente que nos fale de processos económicos, de formas de trabalho, da riqueza da região e da sua ruralidade que a caracterizou até há bem pouco tempo - precisa de testemunhos materiais que perpetuem a memória de um povo. Em termos conclusivos, poder-se-á acrescentar, que foi também pensando na necessidade da criação destes espaços que Beja não tem, mas que merece, e no contributo que a reabilitação da Fábrica de Moagem poderá oferecer, minimizando esta situação, que este projeto nasceu. Pretende-se ainda que esta dissertação vá além da sua intenção académica e seja mais um instrumento de motivação para salvar estruturas industriais com as características da visada neste trabalho, a fim de se valorizar não somente este tipo de património, como as povoações em que ele se insere, revivificando segmentos da história económica regional, que por vezes pertencem a um passado recente, mas que, com as rápidas

e constantes mutações a que atualmente a economia está sujeita, corre o risco de vir a ser esquecida e ignorada. Para além da vertente histórica, será ainda de valorizar o processo de reabilitação destes edifícios como uma mais-valia nos campos social e cultural, na medida em que irá transformar espaços "mortos", em pequenos polos de desenvolvimento, aumentando a empregabilidade local e proporcionando à população a fruição de novos espaços confortáveis e apelativos ao desenvolvimento do bem-estar, da cultura e do lazer.

Não é intenção deste projeto, reabilitar a estrutura de silagem incorporada no conjunto, mas apenas recuperá-la, por se considerar que este edificado que teve um papel fulcral na história da fábrica e da atividade agrícola da região, deverá continuar de pé, como monumento de homenagem ao trigo, que fez história no Alentejo até há bem poucas décadas, e ao modernismo arquitetónico industrial, onde a estreita relação entre a forma e a função, materializou o princípio funcionalista da arquitetura. Deverá então, permanecer tal como foi no passado, de forma a perceber-se o seu funcionamento, podendo eventualmente vir a ser aproveitada como ponto de armazenagem de outros cereais, caso venham a ser implementadas novas medidas de estímulo à produção cerealífera no país, reanimando, em simultâneo, a via férrea, igualmente em situação de abandonado e obsolescência ou, quem sabe, vir a ser objeto de um programa que lhe atribua um novo significado. Até lá, os silos deste complexo, os edifícios mais representativos de uma época, permanecerão como símbolo de uma política de industrialização cerealífera que determinou a economia da região num período em que a Campanha do Trigo (1929/1969) fazia do Alentejo "o celeiro de Portugal", bem como símbolo de vivências e de parte do imaginário coletivo de grande significado local e regional, interrompendo a planura da paisagem com a sua verticalidade e rivalizando em altura com a torre de menagem do castelo, assinalando um ponto de referência histórica da cidade.

Concebidos por engenheiros, que utilizaram o cálculo e a geometria para este tipo de programas industriais, onde a criação das formas emergia da função utilitária de armazenagem do grão de cereal a que destinavam, estes robustos espaços silares de grandes dimensões, construídos em betão, impondo-se na paisagem pela volumetria, pela simplicidade geométrica das formas, cedo se fizeram notar por grandes mestres do modernismo arquitetónico como Le Corbusier, exercendo neles um grande fascínio estético e ideológico, suscitando-lhes um profundo interesse pelas novas competências formais, bem como pela inovadora forma de construir.

Em "Vers une Architecture", livro publicado em 1923, e constituído por uma compilação dos seus polémicos textos escritos para a revista "L'Esprit Nouveau", sobre um novo conceito de arquitetura que abria caminho para o chamado "Estilo Internacional",

> "L´architecture est le jeu savant, correct et magnifique des volumes assemblés sous la lumière". nos yeux sont faites pour voir les formes sous la lumière; les ombres et les clairs révèlent les formes; les cubes, les cônes, les sphères, les cylindres ou les pyramides sont les grandes formes primaires que la lumière révèle bien; l'image nous en est nette et tangible, sans ambiguïté." (5)

Le Corbusier presta homenagem aos silos pela beleza da sua simplicidade geométrica, publicando nesta obra várias fotografias de silos americanos, com o objetivo de exaltar a forma destas construções, "Les formes primaires sont les belles formes parce qu'elles se lisent clarement."(6), e tece rasgados elogios à engenharia e aos engenheiros que, trabalhando a partir do cálculo saído das leis da natureza, e usando formas geométricas, criam obras que, segundo ele, estão no caminho da grande arte "Opérant par le calcul, les ingénieurs usent des formes géométriques, satisfaisant nos yeux par la géométrie e notre esprit par la mathématique; leurs oeuvres sont sur le chemin du grand art."(7), em detrimento da arquitetura "agonizante" e dos arquitetos que não adquiriram a conceção de volumes primários, de formas simples "Les architectes d'aujourd'hui ne réalisent plus les formes simples".(8). Os silos, obra de engenheiros, e símbolos de uma nova dimensão industrial, recorrendo a formas puras, e concretizando o conceito de funcionalismo, pelo qual a forma emerge da função, como elemento estruturante para a conceção arquitetónica, impuseram-se como ícones do modernismo arquitetónico "Voici des silos et des usines américaines, magnifiques PRÉMICES du nouveau temps."(9) passando o seu processo de construção a ser implementado por engenheiros e arquitetos, em todo o tipo de estruturas, tornando-se fonte inspiradora de novas formas e de novos projetos, ocupando assim um papel de destaque na arquitetura moderna.

---

(5) - Le Corbusier,(1995), Vers Une Architecture, Champs arts, Flammarion, Paris. Pág.16.

(6), (7), (8) - Le Corbusier,(1995), Vers Une Architecture, Champs arts, Flammarion, Paris. pág.13.

(9) - Le Corbusier,(1995), Vers Une Architecture, Champs arts, Flammarion, Paris. pág.20.

III. METODOLOGIA E ESTRUTURA

Após a escolha do tema, foi desencadeada uma cuidada análise dos edifícios que formam a unidade industrial, a fim de se averiguar da viabilidade do projeto, nomeadamente em relação ao estado da estrutura existente, à possibilidade de preservar alguns dos elementos construtivos ainda existentes, bem como à probabilidade de possíveis soluções arquitetónicas atuais que, neste caso, terão de ser totalmente recriadas dado que apenas existem as fachadas ainda conservadas ao ponto de poderem suportar todo o processo da obra e alguns lances de escadas, bastante danificados. Toda esta fase foi acompanhada por um levantamento fotográfico que consta no ponto 5.2. e nos Apêndices, e em medições que permitiram um estudo mais meticuloso dos condicionalismos em análise. Concluindo-se da observação presencial, a possibilidade de recuperação do edificado, desencadeou-se todo um processo de pesquisa e recolha de informação específica sobre a fábrica, sem dúvida o mais difícil, por vezes até desmotivante e desencorajador pela escassez de fontes, obrigando-nos por vezes, a recorrer à entrevista como estratégia de superação do vazio documental, a fim de extrairmos da memória dos bejenses, informações sobre o objeto de estudo, que não constam na Conservatória do Registo Predial, nem nos arquivos. Terminada a árida e desgastante fase de recolha de dados específicos sobre o edifício, iniciou-se um outro momento, o da investigação bibliográfica que proporcionasse a informação necessária ao suporte teórico desta dissertação. Pesquisou-se então sobre o processo evolutivo da industrialização em Portugal, particularmente no setor moageiro; produção de trigo e políticas cerealíferas no Alentejo; sobre o conflito de interesses entre produtores agrícolas e industriais do trigo que condicionava a produção de ambos os setores; e sobre a criação/organização e reorganização das empresas de moagem. Passou-se em seguida, para a pesquisa de obras específicas sobre reabilitação urbana e reabilitação de edifícios industriais, a fim de constituírem o quadro teórico para a componente prática. E porque os Moinhos de Santa Iria se localizam no Alentejo, na cidade de Beja – centro polarizador da vasta região em que se insere, e cuja história teve como fio condutor – o trigo, que condicionou a economia, a sociedade, a cultura e, inevitavelmente a arquitetura da região, considerou-se pertinente investigarmos um pouco sobre a condicionante geográfica e sobre a história da cidade, a fim de podermos incluir neste trabalho uma notícia histórica, com vista à contextualização do objeto de estudo. Também a análise do presente, com todas as rápidas transformações económicas que modificam o tipo e os meios de produção, a paisagem, infraestruturas e equipamentos industriais, se considerou pertinente para este trabalho de

investigação, particularmente enquanto fator de sensibilização da necessidade urgente de salvaguardar um bem patrimonial que é o testemunho de uma época, e de um passado ainda que recente, bem como de um tipo de arquitetura que desempenhou um papel fulcral na economia regional e nacional. O conhecimento da cidade atual, torna-se ainda um relevante contributo, enquanto indicador não apenas das novas realidades económicas, como sociais e culturais, ajudando a repensar o espaço da fábrica em função das necessidades locais nessas áreas. A informação utilizada na vertente teórica, assentou na pesquisa bibliográfica em suporte de papel e digital, e proveio de várias tipologias de fontes nomeadamente, obras de caráter geográfico, arqueológico, histórico, económico e social, arquitetónico, dissertações, jornais e Diários do Governo, monografias, catálogos de exposições, roteiro histórico da cidade, e entrevistas, nomeadamente a elementos da Cooperativa Agrícola de Beja, Serpa, Brinches e Cuba. Concluída a fase de pesquisa, passámos à realização do trabalho. Este, enquanto teórico-prático, divide-se em duas vertentes distintas - a primeira, teórica (PARTE I) e uma outra, a segunda, prática (PARTE II) - a elaboração da proposta de reabilitação do edifício em causa.

A primeira parte é constituída por dois capítulos, constando no primeiro a contextualização política, económica e social da época de construção e laboração da fábrica, a nível nacional, e regonal, dado que estes fatores tal como os culturais e técnicos que prosperavam na altura, condicionaram a arquitetura industrial, seguindo-se o enquadramento geográfico e histórico da cidade que "acolheu" o edifício visado, produto de todas essas realidades envolventes. O segundo e último capítulo, começa por fazer uma reflexão sobre as vantagens da reabilitação do património industrial, passando-se de imediato para a análise de dois casos reais de reabilitação de fábricas de moagem do Alentejo, (Serpa e Évora) que apresentavam algumas características em comum com a fábrica de Beja, objeto de estudo desta dissertação, e ilustram o leque de possibilidades que tal prática arquitetónica oferece a estes edifícios e às comunidades locais. Os restantes pontos deste capítulo focalizam-se na fábrica de moagem de Beja, contemplando uma breve análise do percurso histórico-económico do edifício, bem como a descrição das construções do complexo moageiro no seu estado atual, seguida de um estudo avaliativo do estado físico do imóvel, a fim de se poder concluir da viabilidade da intervenção com vista à preservação, adaptação a novos usos e inserção no tecido urbano. A segunda parte, como já anteriormente foi referido, dará lugar à vertente prática logo, à apresentação da proposta, seguida de uma breve conclusão, da bibliografia, dos índices de documentos, de figuras, de gráficos e de mapas, constando por último, em apêndices, as fotografias do lugar (do autor), e os restantes desenhos técnicos da proposta.

PARTE I

CAPÍTULO I

1.CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E SÓCIO-ECONÓMICA, NACIONAL E REGIONAL

O processo de industrialização da moagem em Beja terá começado em 1890, aquando da criação da Companhia de Moagem e Massas de Beja (doc.1), sob o impulso das políticas económicas da Regeneração que, abrindo Portugal aos mercados externos através do livre-cambismo dinamizaram os transportes, a agricultura e a indústria.

ANO	COMPANHIA	CAPITAL SOCIAL
1855	Comp.ª Ceres	40 000$000
1857	Sociedade de Manutenção Civil	144 000$000
	Total	184 000$000
1862	Comp.ª Lisbonense de Moinhos a Vapor	100 000$000
	Total	100 000$000
1874	Comp.ª da Fábrica do Bom Sucesso	150 000$000
1875	Comp.ª Industrial Eborense	160 000$000
1875	Comp.ª Industrial e Agrícola Portuense	300 000$000
1876	Comp.ª Industrial de Fafe	130 000$000
1876	Comp.ª Edificadora e Industrial de Coimbra	200 000$000
1879	Comp.ª de Moagem de Santa Iria	275 000$000
	Total	1 215 000$000
1880	Nova Comp.ª Ceres	120 000$000
1883	Comp.ª de Moagem da Estrela	200 000$000
1884	Comp.ª Bom Intento	20 000$000
1888	Comp.ª de Moagem de Viana do Castelo	150 000$000
1888	Comp.ª Elvense de Moagem a Vapor	40 000$000
1889	Comp.ª de Moagem do Barreiro	200 000$000
1889	Comp.ª de Moagem de Panificação a Vapor	150 000$000
	Total	880 000$000
1890	Comp.ª de Moagem e Massas de Beja	150 000$000
1890	Comp.ª de Moagem Harmonia	150 000$000
1890	Comp.ª Progresso Fabril	50 000$000
1891	Comp.ª Tavirense de Moagens	24 000$000
	Total	491 000$000
	Total Geral	2 726 000$000

(Doc.1) – Cronologia da criação de Companhias Industriais Moageiras em Portugal no séc. XIX

(Doc. 1) - Ferreira, Jaime Alberto do Couto, (Prof. Associado da Faculdade de Economia da U. de Coimbra), Um Século de Moagem em Portugal, de 1821 a 1920, Das Fábricas às Companhias e aos Grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança, pág. 276 in: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5294.pdf

A primeira grande aposta do Fontismo (1º fase da Regeneração) terá sido na revolução ferroviária, sem a qual o país não poderia ter conhecido os caminhos da modernização económica e que viria a beneficiar o Baixo Alentejo com o troço ferroviário de 1864 que ligaria Lisboa ao Alentejo e que serviria particularmente os interesses da agricultura especializada na produção do trigo, onde a exploração capitalista se fazia já sentir através da introdução de maquinaria agrícola importada, e da utilização de adubos químicos com vista ao abastecimento do mercado interno,

> "O progresso no tráfego do caminho-de-ferro é um dos melhores índices de desenvolvimento do comércio e, consequentemente, um óptimo indicativo da consolidação e alargamento do mercado interno. Ora se nos lembrarmos que em 1877 as vias férreas transportavam ao todo 466775 toneladas de mercadorias, dez anos depois 1 101 745 e, em 1897, já perto de 2 milhões de toneladas, ficaremos em boa medida esclarecidos sobre o desenvolvimento do país; em vinte anos, o tráfego de mercadorias quase quadriplicou, o que revela o progresso firme das relações capitalistas – o mercado interno estava formado e em plena expansão no último quartel do séc. XIX". (10)

Porém, a fraca competitividade internacional das indústrias portuguesas levaria a que Portugal fosse um bom mercado para os produtos externos, ficando inundado de produtos industriais mais baratos e competitivos, na sequência do livre-cambismo posto em prática pela política da Regeneração, resultando num saldo negativo da balança comercial, e consequentemente dependente do capital estrangeiro, quer pelo recurso a sucessivos e avultados empréstimos quer pela via dos investimentos, visto aparecerem em algumas indústrias capitais não portugueses, conduzindo o país ao aumento da dívida pública e a uma gravíssima situação financeira entre 1890/92, o que terá obrigado o governo a repensar o modelo económico e a abandonar as políticas livre-cambistas, optando por uma viragem para o protecionismo que estimulava então a agricultura a abastecer o mercado nacional e colonial. Porém,

> "A crise financeira de 1891 não prejudicou, todavia, o desenvolvimento capitalista do país – após 1892, à sombra da nova pauta, a indústria progride, se bem que o défice da nossa balança comercial continuasse pesadíssimo. Com a crise de 1891 quem sofre são (…) a classe trabalhadora e a classe média, mas a acumulação capitalista não foi prejudicada," (11)

---

(10), (11) – Castro, Armando de, (1976), A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX, Limiar, págs. 100 e 145.

Apesar do atraso industrial português de cerca de um século em relação à Inglaterra, muito foi feito neste setor nas primeiras décadas chamado período de Regeneração. Num país até aí predominantemente rural, diversificaram-se e aperfeiçoaram-se os setores industriais mais promissores, entre eles, o da moagem que viu as tradicionais mós serem substituídas pelo moinho de cilindros metálicos importado da Áustria-Hungria. Estimulou-se a expansão de sociedades anónimas pela lei de 22 de Junho de 1867, o que denota uma significativa dinâmica capitalista, a que a já referida crise do final do século (1890/92), empurrou para a concentração, surgindo grandes Companhias ligadas a setores produtivos como têxteis, produtos químicos e moagem entre outros; serviços públicos como Água, Eletricidade e Gás e Telefones; transportes, como o ferroviário, Seguros, Bancos e na exploração colonial onde o capital financeiro dominava.

Sensivelmente a partir de 1870, os resultados da industrialização começam já a ser visíveis pelo aumento significativo de capital investido na moagem, passando unidades fabris até aí designadas pelo nome dos seus proprietários, a integrar Companhias e Sociedades, melhor preparadas para as oscilações dos mercados, como é o caso da já referida Companhia de Moagem e Massas de Beja - "Ainda em noventa, apareceu a Compª de Moagens e Massas em Beja." (12). Doravante, o fenómeno das companhias moageiras revelava-se o mais significativo do setor industrial.

Este tipo de concentração impôs-se na altura, não apenas pelo motivo anteriormente apontado, como pelo objetivo de ampliar substancialmente o volume de investimentos e de lucros como ainda, para adquirir grandes quantidades de cereal que nenhuma empresa isoladamente conseguiria, dado as restrições governamentais à compra de trigo importado. Em 15 de Julho de 1889, publicava-se no Diário do Governo nº.156, a lei protecionista que regulamentava o comércio de cereais - a compra de trigo nacional, a importação de trigo exótico, a armazenagem, a circulação e a transformação do cereal. Esta lei só autorizava as fábricas de moagem a comprarem trigo estrangeiro, desde que tivessem comprado uma quantidade de trigo nacional igual ou superior ao dobro do que pretendiam comprar, garantia ainda aos produtores a venda do seu trigo com boa rentabilidade, ao fixar os preços de venda num mercado controlado, valorizando ao mesmo tempo as terras cerealíferas do sul.

---

(12) - Ferreira, Jaime Alberto do Couto, (Prof. Associado da Faculdade de Economia da U. de Coimbra), Um Século de Moagem em Portugal, de 1821 a 1920, Das Fábricas às Companhias e aos Grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança, pág. 276

A procura desenfreada das "moageiras" aos trigos exóticos (provenientes de Inglaterra e da Califórnia) não era apenas justificada pela escassez de trigo nacional, mas pelas vantagens que estes trigos traziam a estas empresas ao serem de melhor qualidade e mais económicos que os "trigos rijos" nacionais, permitindo uma proporção superior de farinha de 1ª qualidade. A percentagem de trigo exótico a importar, atribuída a cada fábrica pelo sistema protecionista, era anunciada anualmente numa lista publicada no Boletim Oficial do Governo – Tabelas de Rateio de Trigo.

Porém, a alternância partidária proveniente do rotativismo político e as consequentes mudanças das medidas governamentais para a moagem, dificultavam o processo produtivo e acentuavam problemas de concorrência. Aquando da criação da Companhia de Moagem de Beja (1890), Portugal, vivia um período político instável dando o rotativismo partidário, desencadeado com a Regeneração, sinais de fragilidade e transmitindo ao país, não apenas insegurança política como económica. A crise económica de 1890, a incompetência de muitos dos elementos da classe política, bem como os interesses e rivalidades partidárias, levavam a que sobre o governo e sobre o Rei recaíssem duras críticas e culpas dos males que afetavam o país, e à maior crise da monarquia constitucional e do sistema económico liberal português. Por sua vez, o choque de interesses sobre os territórios africanos entre Portugal e Inglaterra levaria o nosso Rei D. Carlos à humilhante assinatura do Ultimato britânico, facto que adensaria o descontentamento nacional contra o monarca, particularmente do Partido Republicano que gozava da simpatia de vários segmentos da população portuguesa. Estava então aberto o caminho para a República que não tardaria a conquistar o poder, após o regicídio em 1908. Também a Beja chegavam as ideias políticas que circulavam em Lisboa, através do caminho de ferro, bem como através de intelectuais, filhos de uma abastada burguesia rural e comercial que tendo cursado medicina, farmácia e direito nas Universidades de Lisboa e Coimbra, por lá terão aderido ao ideário republicano, implantando o PRP em Beja e no distrito.

Nomes como António Aresta Branco, médico e proprietário agrícola (nomeado em 1910, Governador Civil pelo Governo Provisório), Ernesto Campos de Carvalho, proprietário agrícola, Francisco Pereira Coelho, advogado, e Augusto das Neves Barreto, médico, eram elementos efetivos da comissão política do PRP no distrito de Beja em 1908 (13).

---

(13) – Informação retirada do Catálogo da Exposição – Beja Republicana (2019), pág. 8.

Às eleições parlamentares de 5 de abril de 1908 e de 28 de agosto de 1910, O Círculo de Beja apresentava os candidatos republicanos: Dr. Manuel de Brito Camacho, médico, e jornalista; José Miranda do Valle, agrónomo, Dr. José Jacinto Nunes, advogado e proprietário e, Dr. António Francisco Collaço, médico (doc.2), tendo sido eleito deputado republicano nas eleições parlamentares de 1908 e de 1910, o deputado pelo PRP, Manuel Brito Camacho.



N. 102 Beja—Quinta-feira, 19 de Março de 1908 Anno II

O PORVIR

SEMANARIO DEMOCRATICO INDEPENDENTE

Candidatos republicanos pelo circulo de Beja

Dr. Manuel de Brito Camacho, Medico e jornalista
José Miranda do Valle, Agronomo
Dr. José Jacintho Nunes, Advogado e proprietario
Dr. Antonio Francisco Collaço, Medico
Dr. Augusto Baeta das Neves Barreto, Medico

(Doc. 2) – Candidatos republicanos pelo Círculo de Beja

Após a vitória republicana, grandes desafios se colocavam ao novo poder em Beja tais como: a modernização da cidade a nível de infraestruturas – calcetamento de ruas e praças, luz elétrica, água canalizada e telefone; a reorganização administrativa, dotando-lhe chefias nas repartições públicas como juiz de comarca, conservador do registo predial, reitor no liceu e comandante no Regimento de Infantaria 17 bem como, a colocação de Beja no itinerário da estrada internacional que ligaria Portugal a Espanha via Rosal de La Frontera que, no projeto já anteriormente existente deixava Beja, Serpa e Ficalho fora do percurso. Porém, a implantação da República em 5 de outubro de 1910, não traria a tão desejada estabilidade política, nem económica, nem social. A divisão do partido republicano, o predomínio do poder legislativo sobre o executivo e a participação de Portugal na 1ª Guerra, não permitiram a concretização da extensa legislação republicana, não resolvendo por isso os problemas estruturais do país, nem trazendo a tão desejada paz social aos portugueses.

(Doc.2) – Semanário Democrático Independente de Beja O PORVIR, de 19 de Março de 1908 (Arquivo Biblio. Municipal)

Por sua vez em Beja, também as constantes divisões partidárias dificultaram a consecução das melhorias propostas para Beja, ainda que aos republicanos se deva, mais concretamente, a Ezequiel Soveral Rodrigues, líder do Partido Democrático de Beja e, Presidente da Comissão Executiva da Câmara de Beja de 1919 a 1925, após as eleições locais de 1919, 1922 e 1925, o abastecimento de água à cidade e a instalação de luz elétrica nas casas de habitação.

Embora não resolvendo todos os problemas da Nação, os dirigentes republicanos legislaram intensamente no campo social com vista à concretização do seu ideário, abolindo pela Constituição todos os privilégios de nascimento e títulos nobiliárquicos, defendendo uma sociedade democrática e laica e no âmbito da justiça social, reconhecendo o direito à greve, regulamentando o horário de trabalho e criando a Previdência Social nas áreas da habitação social, saúde e assistência.

Contudo, a alta burguesia e o grande capital continuam a ter espaço nos governos republicanos, e as Companhias continuam a formar-se e a expandir-se ampliando as concentrações, nomeadamente no setor moageiro como é o caso dos dois grandes grupos – "Um, surgiu da Nova Comp.ª Nacional de Moagem foi o da Companhia Industrial de Portugal e Colónias e o outro foi a formação da Sociedade Industrial Aliança formada a partir da Fábrica do Caramujo e da empresa Cruces & Barros"(14); ambos surgem em 1918.

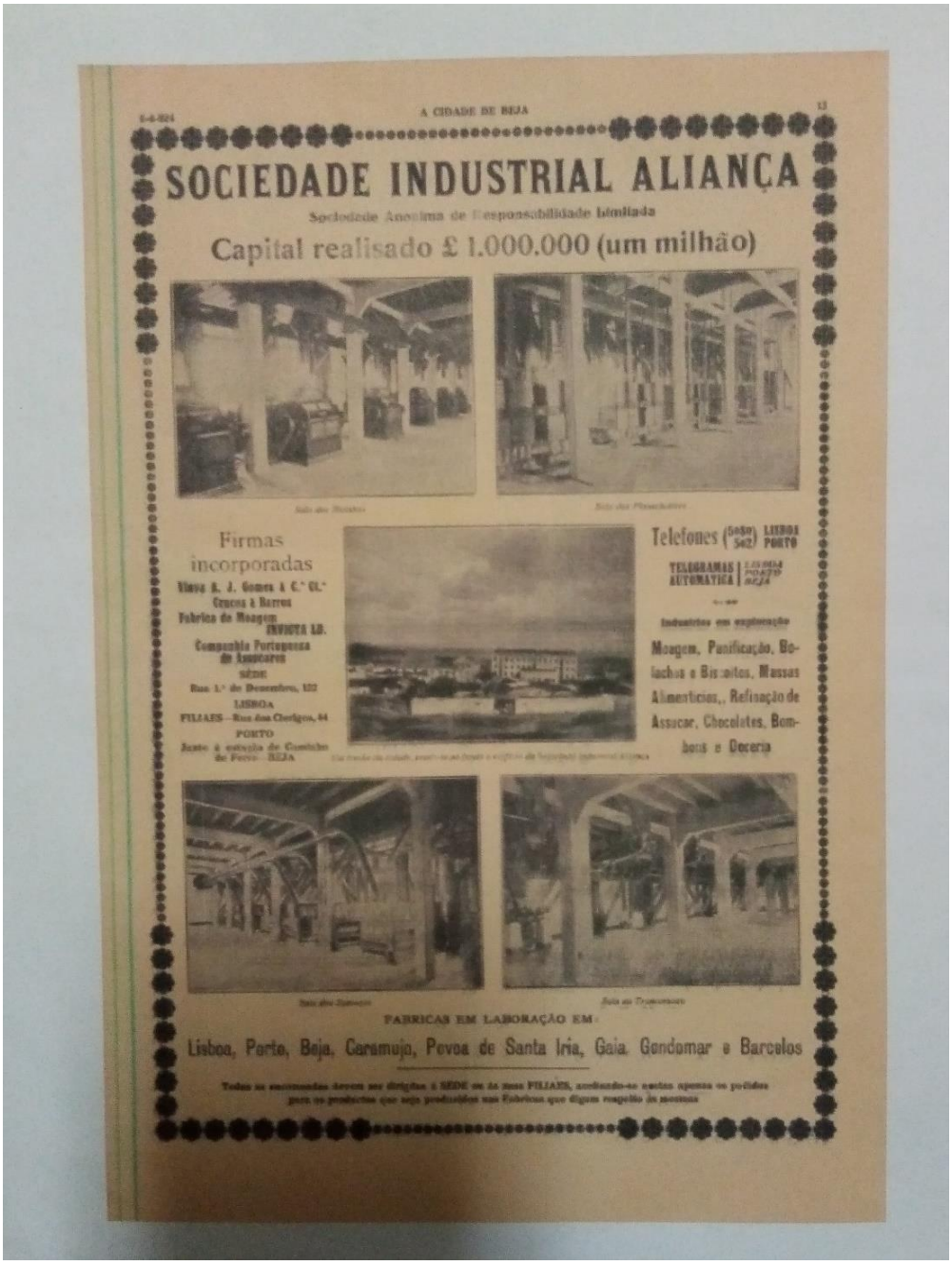
Aos benefícios anteriormente apontados e trazidos a Beja pelos republicanos, a cidade irá usufruir ainda na 1ª República e no contexto dos grandes interesses moageiros, de uma magnífica fábrica neste setor que será uma mais-valia não apenas para a cidade, como para a região onde se situam as extensas culturas de trigo.

> "Perante esta poderosa e tentacular concentração, e com o objetivo de criar uma fábrica de moagem e de massas alimentícias em Beja, formou-se (em 25 de Fevereiro de 1918), um segundo grupo moageiro, a Moagem Aliança, Limitada, que aglutinou a Companhia de Moagem Invicta,
>
> haviam resistido à integração na Nova Companhia Nacional - a Viúva de A.J. Gomes & Compª.. Comandita, e a Cruces & Barros, Lda." (15)

---

(14),(15) - Ferreira, Jaime Alberto do Couto, (Prof. Associado da Faculdade de Economia da U. de Coimbra), Um Século de Moagem em Portugal, de 1821 a 1920, Das Fábricas às Companhias e aos Grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança, pág. 281

Tal acontecimento foi publicitado no jornal "A cidade de Beja" (doc.3) em grande destaque, passando a Fábrica a ser conhecida como "Aliança" ou, mais tarde, a partir de setembro de 1925, "Moinhos de Santa Iria".



(Doc. 3) – Sociedade Industrial Aliança (1918)

(Doc.3) – Anúncio da Sociedade Industrial Aliança no periódico "A Cidade de Beja". (Arq. Biblio. Municipal)

A partir de 1919, a situação política nacional agravou-se, levando a que desse ano, a 1926, tivesse havido em Portugal 26 governos com uma duração média entre 3 e 6 meses.

A enorme instabilidade governativa alavancava o país para atos de violência gratuita incluindo assassinatos a chefes do governo como, António Granjo, que se demitira do cargo na véspera da ocorrência, greves e aumento de impostos, fatores que preocupavam a alta burguesia e as classes médias que, receosas do bolchevismo, aspiravam um governo forte que recuperasse a ordem e a tranquilidade económica.

Não apenas por condicionalismos internos como pela influência de soluções políticas autoritárias que proliferam na Europa após a grave crise política e económica do após Primeira Guerra, Portugal iria enveredar à semelhança de Itália e da Alemanha por um estado autoritário – o Estado Novo, após o instável período de ditadura militar que depôs a Primeira República. Também Beja estava dividida politicamente neste período entre a esquerda republicana e uma fação do republicanismo mais à direita, tendo vencido esta última que apoiava um estado autoritário. Hostilizando a cidade industrial e a industrialização que submeteu a um apertado controlo do Estado (condicionamento industrial), o Estado Novo defendia um ideal de autarcia assente na agricultura, privilegiando o mundo rural e fomentando a cultura cerealífera com a Campanha do trigo (entre 1929 e 1937, inspirada na batalha italiana do trigo), que integrava medidas encorajadoras à grande produção do cereal particularmente no Alentejo, que o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, apelidava de "celeiro de Portugal". Tais medidas vieram satisfazer os interesses dos grandes produtores trigueiros que viram nas leis protecionistas (à semelhança das leis promulgadas nos finais do séc. XIX - 1889 e 1899, que atribuíam pesados impostos alfandegários sobre o trigo estrangeiro), na possibilidade do recurso ao crédito, na atribuição de subsídios e no alargamento das áreas de cultivo, a possibilidade de ampliar os seus lucros. O aumento significativo da produção cerealífera, para além de ter conseguido a autossuficiência do país, favoreceu a produção de adubos e de maquinaria agrícola e deu trabalho a muitos portugueses. Logicamente, as moageiras, e em particular a fábrica de moagem de Beja, situada em plena planície cerealífera, terão sido beneficiadas com a Campanha, podendo adquirir maiores quantidades de trigo nacional para a farinação, e logo, cotas de rateio de trigo importado, mais elevadas, fator que agravou o conflito latente entre a lavoura e a moagem, levando os agrários a um violento ataque verbal aos industriais moageiros, no Diário do Alentejo de Beja de 20 de fevereiro de 1932, a quem ironicamente designaram de "reis da farinha larvada e podre…".

Porém, cedo este brusco aumento da produção cerealífera, se tornava superior ao consumo nacional, provocando uma baixa de preço do trigo nacional, e gerando uma situação de conflito entre agricultores e industriais moageiros,

> "Com tais motivos por pano de fundo, acendeu-se um acerbo conflito entre os produtores de trigo e os industriais moageiros, queixando-se os primeiros da profunda baixa do preço do cereal – o qual devido à especulação dos comerciantes, não conseguiram vender ao nível da tabela – e, depois, devido ao facto de as moageiras não comprarem a totalidade da sua produção. Os moageiros, por sua vez, argumentavam com a sua incapacidade de comprarem uma produção excessiva para o consumo da farinha, queixando-se, para além disso, dos inúmeros moinhos improvisados que, nascidos da sobreposição e da baixa do preço do trigo, ameaçavam a sua margem de lucro." (16)

É neste contexto que em 1933 é criada pelo Decreto Lei nº 22871, de 24 de julho, a Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT), com sede em Lisboa, que desempenhava o papel de intermediária entre os agricultores e os industriais de moagem, com o objetivo de regular os conflitos entre ambos; uma federação de celeiros concelhios cooperativos, criados nas regiões produtoras de trigo, e responsável pela produção do cereal, que apoiava técnica e financeiramente, bem como pela produção de armazenagem, contribuindo para o aparecimento dos silos de betão armado no nosso país, a fim de se resolver o problema de armazenamento de cereais (agravado com a superprodução, decorrente da Campanha do Trigo), iniciativa apoiada pelo Estado e à qual, através de organismos corporativos, prestava igualmente assistência financeira, e benefícios ao nível do crédito. Ainda que criada como organismo corporativo no Estado Novo, a FNPT viria a transformar-se no final do regime (1974), com a extinção dos organismos corporativos, em organismo público, abrindo caminho para a criação da EPAC em 1976 – Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, pelo Decreto-Lei nº 663/76, Diário da República – I Série, Nº181, de 4 de agosto de 1976, porém, com a liberalização da importação de cereais e sementes, proveniente da adesão de Portugal às Comunidades Europeias (1986 e 1989), acabaria por cessar a sua função em 1999, pelo Decreto Lei nº/99 de 29 de dezembro.

---

(16) – Amaral, Luciano, (1996) Política e economia: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC in Análise Social, vol. XXXI (136-137), (2º,3º,) pág. 467

Em 1934, igualmente assente na doutrina corporativista, instituía-se pelo Decreto-Lei nº 24185, de 18 de julho, a Federação Nacional de Industriais de Moagem (FNIM), também com sede em Lisboa, formada por grémios de industriais de moagem, criados em cada distrito; era um dos organismos de coordenação económica para a moagem que definiria as bases institucionais em que funcionaria o mercado de trigo, atividade que exerceu e monopolizou, até à década de 70, apesar das constantes divergências com a lavoura.

No setor industrial, apesar do condicionamento imposto pelo dirigismo económico do Estado Novo, fomentou-se a expansão de grandes grupos económicos e concentrações (como forma de limitar a concorrência), alguns já existentes como é o caso da CUF (Companhia União Fabril), criada no final do período da Regeneração, após a crise de 1890-1892, "… da legislação do condicionamento das industrias, que pretendendo, originariamente, modificar o regime cerealífero, acabou por induzir um violento processo de reorganização e concentração da indústria moageira logo a seguir a 1926." (17). Neste contexto político-económico, as grandes Companhias continuariam a existir, bem como a grande moagem alentejana, e consequentemente, a fábrica de Beja. Porém, com a Segunda Guerra Mundial (embora Portugal tivesse mantido a neutralidade no conflito), a nossa economia seria afetada dado que, até então muito dependente dos produtos estrangeiros, viu-se privada deles, levando o Estado a reorientar a política económica, que passaria a assumir o desenvolvimento da indústria como prioridade. Perante tal alteração, nos anos 50, o condicionamento industrial abrandava as exigências, revelando uma tendência para um regime de liberdade de iniciativa embora sob orientação de um organismo corporativo. Gradualmente o regime de condicionamento vai sendo substituído por uma série de exigências em termos de qualidade, a nível de técnica, higiene, e segurança, para o exercício das atividades, regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 39634, Diário do Governo I Série, Nº 97 de 05 de maio de 1954. As fábricas de moagem, continuariam submetidas ao condicionamento industrial, carecendo de autorização sempre que se tornasse necessária qualquer melhoria em termos de ampliação, modernização do espaço fabril, ou de maquinaria, embora beneficiassem de apoios financeiros do Estado.

---

(17) - Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), coordenação de Fernando Rosas, Direção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Vol. XII, Editorial Presença, 1º Edição, Lisboa, pág. 307

Também a fábrica de moagem de Beja terá aderido à modernização, nos anos cinquenta substituindo o motor a diesel, por um motor elétrico, com vista a melhorar o seu desempenho.
Após a queda do Estado Novo levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (1974), a Fábrica de Moagem Aliança/Moinhos de Santa Iria, continuaria a laborar com os mesmos sócios e gerente, apesar de alguns constrangimentos, até à data do incêndio, em que encerraria as suas portas para sempre.
Na vertente social, nos finais do séc. XIX, altura em que foi criada em Beja, a primeira Companhia de Moagem em Beja, (1890) a sociedade portuguesa, à semelhança da europeia, assistia a significativas mudanças provenientes do triunfo do Liberalismo e da civilização industrial que começara a dar os primeiros passos a partir do Fontismo (1851). Através de uma abundante legislação liberal desmantelava-se uma sociedade de ordens típica do Antigo Regime, abolindo títulos e privilégios e proclamando a igualdade dos homens perante a lei, onde os privilégios provenientes do nascimento, deixavam de ter sentido. Surgia então uma sociedade de classes assente na mobilidade social onde nascer pobre não era estigma ou bloqueio para ascender na escala social. A riqueza passa doravante a ser justificada como fruto do trabalho, do empenho e esforço pessoais. Com a Regeneração, davam-se os primeiros passos na industrialização portuguesa e com ela a divisão da sociedade em dois grandes grupos ou classes – a Burguesia, e o povo – camponês ou operário. As distinções entre os homens radicavam-se no poder económico, na posse da propriedade e dos meios de produção, no prestígio da profissão exercida, na cultura ou nas opções políticas. A burguesia, que se afirmara enquanto classe através do Liberalismo, dividia-se em alta burguesia, que dominava o mundo financeiro e empresarial, e onde encontramos empresários industriais como os sócios das grandes Companhias de Moagem atrás referidas, grandes negociantes, ou grandes proprietários agrícolas do Alentejo que, concentrando poder económico, político e social, ocupava um lugar hegemónico na sociedade oitocentista, até à década de 60 do século XX – "É esse, entre as derradeiras décadas do século XIX e a primeira metade do nosso, o grande tempo do latifúndio, da concentração de propriedade, das fortunas que se fazem e desfazem ao sabor das políticas cerealíferas ou das flutuações climáticas." (18)

---

(18) - Portugal – o Sabor da Terra – Baixo Alentejo, (1997), José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo, Círculo de Leitores. pág.33

Por sua vez as classes médias, ao invés da alta burguesia, poderosa mas restrita, eram mais numerosas e heterogéneas, indo dos pequenos empresários na indústria, aos serviços e às profissões liberais - médicos, advogados, notários, engenheiros, contabilistas … . Muitos dos elementos destas profissões, ascendiam pelo seu prestígio na hierarquia social, chegando alguns a desempenhar cargos políticos não apenas no séc. XIX como daí em diante, como é exemplo disso, grande parte do elenco governativo da Primeira República, nas primeiras décadas do séc. XX.

Também em Beja, médicos, advogados e agrónomos se valorizaram e desempenharam um papel de destaque na vida política da cidade, particularmente no período republicano. Os advogados tornavam-se indispensáveis no contexto da complexa administração empresarial, tendo por isso a "moageira" da cidade, os seus advogados, sendo o último, o dr. Bellard da Fonseca (19).

Existia em Beja, a partir do séc. XIX e durante o séc. XX, até ao Movimento Militar do 25 de Abril, uma poderosa e abastada burguesia rural, detentora de extensas propriedades agrícolas, que possuía na cidade aparatosas casas de habitação como a da família Vilhena de tipo senhorial que ocupava todo um quarteirão (Fig.5), e onde hoje se encontra atualmente o serviço de águas da cidade EMAS (Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja) ou a casa dos Lavradores da Preguicinha (Fig.6), (nome da herdade dos donos da casa, e pelo qual eram conhecidos), esta última, um excelente exemplar da arquitetura portuguesa do arquiteto Raúl Lino e onde atualmente se encontra um dos Centros de Saúde da cidade, entre muitas outras que ainda hoje povoam a cidade, embora poucas se encontrem na possa das famílias dos antigos donos.

---

(19) – Informação prestada pela antiga funcionária da secretaria da Fábrica (D.Augusta Carreira Marques)



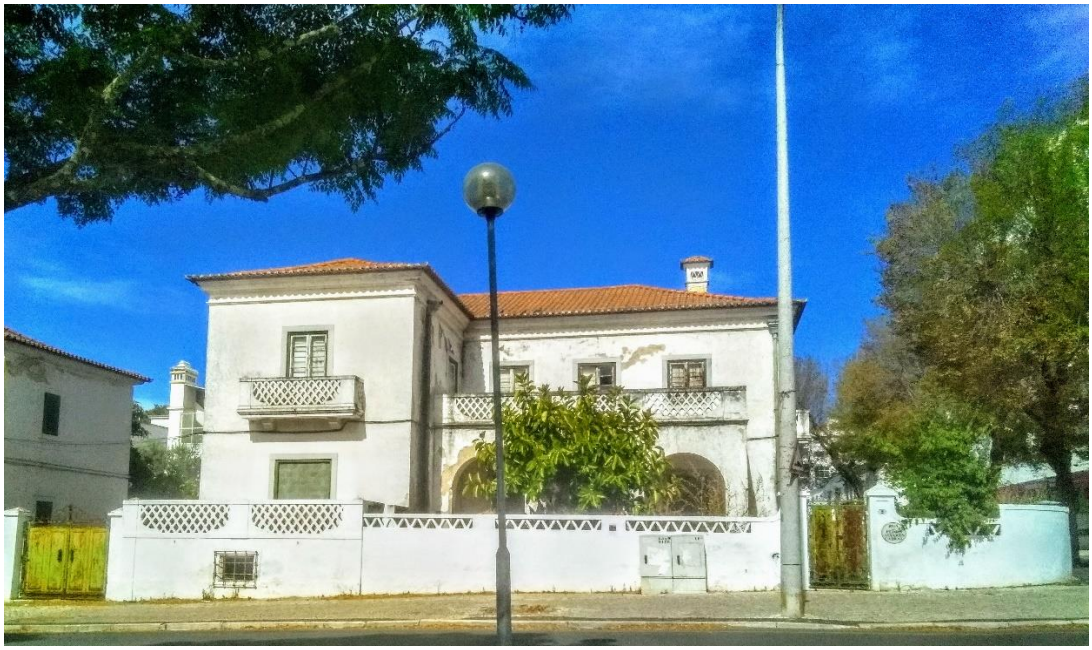
(Fig.5) – Casa da Família Vilhena – Frontaria (Fotografia do autor)



(Fig.6) – Casa dos proprietários da Preguicinha, projeto de Raul Lino (Fotografia do autor)

Algumas destas casas ostentatórias, embora citadinas, eram funcionais possuindo uma estrutura de autossuficiência muito idêntica à dos montes alentejanos, onde não faltava o celeiro, o forno, a casa da lenha, as cavalariças e o palheiro, para além das casas dos criados, dependências que se abriam para um quintal protegido por muros altos. Toda esta elite possuía também um monte ou herdade no campo, onde passava grande parte do tempo a administrar as suas terras, vindo à cidade temporariamente para tratar de negócios. Porém, a crise agrícola dos anos 60, provocada pela persistência dos baixos preços agrícolas, impedia a subida dos salários dos trabalhadores rurais, fator que os levava a desertificar os campos, migrando para a cintura industrial de Lisboa ou emigrando para a Europa ou para as colónias, fazendo com que o distrito de Beja e as freguesias rurais do concelho não parassem de perder população, agravando ainda mais a situação dos produtores trigueiros que o Estado tentava compensar com subsídios, a fim de minimizar os efeitos negativos desta crise. Tal situação desincentivou o investimento agrícola, contribuindo para agravar as dificuldades do setor, provocando uma decadência da "aristocracia fundiária" e contribuindo para que algumas destas casas fossem gradualmente ocupadas por diversas funções, entre elas, serviços públicos. Muitas destas famílias que persistiram na agricultura e permaneceram em Beja, foram mais tarde obrigadas a abandoná-la, aquando da Reforma Agrária desencadeada pelo 25 de Abril, vendo as suas propriedades ocupadas, nacionalizadas e coletivizadas, convertidas em UCPs.

A par desta elite que vivia do enorme potencial dos solos envolventes de Beja, nela se desenvolvia também uma grande diversidade do setor terciário, a quem as classes médias deveram o seu incremento. Neste heterogéneo grupo social alentejano podiam encontrar-se ricos comerciantes, que ostentavam casas dignas do seu prestígio económico, por vezes idênticas às dos grandes lavradores, ainda que mais comedidas (Fig.7), uma burguesia citadina e letrada descendente da velha aristocracia rural que exercia na cidade profissões liberais, gozava de prestígio social e possuía elegantes vivendas, algumas de influência modernista e que substituíam o quintal por um pequeno espaço ajardinado. (Fig.8)



(Fig.7) - Casa do proprietário de uma das maiores lojas de tecidos da cidade – Casa Figueira (Fotografia do autor)



(Fig.8) – Casa de um conceituado médico da cidade – década de 50 (Fotografia do autor)

A par destes grupos proliferava na sociedade oitocentista de Beja, com o aumento da burocracia privada e pública, o número de empregados de escritório nas firmas industriais e comerciais, bem como o número de funcionalismo público nas repartições estatais como, Finanças, Direção

de Estradas, Bancos, Registos notariais, Correios, Serviços de Águas e Eletricidade que, pelo seu grau de instrução e vestuário se distinguiam das camadas populares. Ao grupo das classes médias juntavam-se ainda pequenos/médios proprietários de oficinas de serralharia, carpintaria, padarias entre outros. Este estrato social não possuía um tipo de habitação específico, podendo habitar em casas mais ou menos confortáveis, de acordo com o grau hierárquico que ocupava nos serviços, ou com a capacidade económica da sua oficina.

Dado Beja se situar numa zona rural, a população das freguesias limítrofes era na altura, maioritariamente constituída por trabalhadores rurais que viviam de magras jornas, por vezes interrompidas por crises cerealíferas que acentuavam a sua situação de miséria e precipitavam surtos de emigração legal e clandestina para destinos diferentes - no séc. XIX para o Brasil, e a partir dos anos 50, para a Europa e colónias –

> "Para a restante população sem terra, restava o trabalho jornaleiro, que alimentava os ganhões nas épocas fartas do ano, durante as mondas, a ceifa ou a apanha da azeitona. No resto do ano a ocupação escasseava, e mais ainda quando os anos agrícolas eram maus e a seara pobre. Era então que os ganhões passeavam por entre as imaculadas ruas das aldeias de taipa e cal, o negro da fome." (20)

No espaço urbano, ainda que inserido num contexto económico tipicamente rural e embora nele habitassem trabalhadores rurais, o operariado ganhava já expressão em profissões como – sapateiros, serralheiros, costureiras, padeiros, forneiros, carvoeiros, definindo-se a consciência de classe através da criação de Associações como a Associação dos Sapateiros em Novembro de 1910. Até ao Estado Novo as camadas populares habitavam em pequenas casas sem grandes condições, espalhadas pelas irregulares ruas da cidade. Em 1942, Beja recebe o primeiro bairro social – o Bairro da Apariça (Fig. 9) em 1948, surge um outro bairro social, na sequência do primeiro – o Bairro Salazar, hoje, Bairro Catarina Eufémia (Fig.10) e, em 1950 edifica-se mais um bairro social – o Bairro de Nossa Senhora da Conceição (Fig.11), este da iniciativa da Cáritas, permitindo que os trabalhadores de Beja com salários mais baixos, pudessem usufruir de uma habitação mais digna.

---

(20) – Portugal – O Sabor da Terra – Baixo Alentejo,(1997), José Mattoso Suzanne Daveau, Duarte Belo, Círculo de Leitores, pág.33.

Ainda que construídos em zonas periféricas, todos estes bairros apresentam uma razoável qualidade de construção, integrados em espaços urbanos ordenados, e abertos em pracetas e pequenos jardins à escala do bairro, reveladores de igual qualidade, como é possível observar nas figuras 9, 10 e 11.



(Fig.9) – Bairro da Apariça (Fotografia do autor)



(Fig.10) – Bairro Catarina Eufémia (Fotografia do autor)



(Fig.11) – Bairro de Nossa Senhora da Conceição (Fotografia doa autor)

2. BEJA – CIDADE DO TRIGO.

Beja (…), não é uma dessas cidades privilegiadas que, logo numa primeira impressão, deixam no viajante sensações inolvidáveis. O seu casario, que parece pegar-se à terra na paisagem cerealífera da região, sobressai unicamente pela sua formosura e pelo contorno de alguns edifícios, como a torre do castelo, que emergem entre os telhados. Mas quem dispuser de tempo para percorrer as suas ruas e conhecer um pouco da sua história, acabará certamente por captar algo desse encanto subtil que o lento decurso dos séculos deu à cidade (…).

Pilar Afonso, Alberto Gil, Alentejo

Instalada numa colina e no meio dos intermináveis e férteis barros negros, (Fig.12) os mais ricos do Alentejo, Beja esteve desde os primórdios ligada à agricultura, sendo o trigo, o fio condutor da sua economia, sociedade e cultura. Centro urbano, inserido num meio rural privilegiado pela fertilidade dos solos, fator determinante não apenas na sua economia, como na sua história, tanto do passado, como do presente, a cidade foi ao longo dos tempos pólo aglutinador da riqueza produzida na região, e centro de funções administrativas e políticas, tendo sido as aptidões dos barros dioríticos, para a produção cerealífera (Fig.13) que fizeram de Beja, o centro de poder mais importante entre Portel, a norte, e o Algarve, a sul.

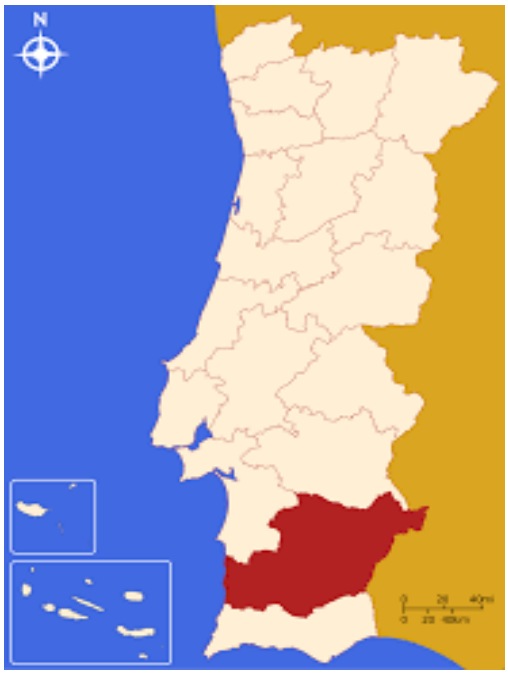


(Fig.12) – Barros negros de Beja (Fotografia do autor)



(Fig. 13) – Barros de Beja, preparados para a sementeira do trigo. (Fotografia do autor)

2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO



Mapa 1 - Distrito de Beja

2.1.1. LOCALIZAÇÃO E CLIMA

Beja situa-se a 38° 2’ de latitude norte e a 7° 53’ de longitude oeste, sobre um planalto de cerca de 280 metros, dominando estrategicamente a peneplanície alentejana caracterizada até há bem pouco tempo, pela cultura de cereais e de extensas áreas de árvores de sequeiro, hoje, por culturas de regadio – oliveiras, e entre as bacias hidrográficas do Guadiana e do Sado. Ocupa uma posição geográfica central, entre o litoral atlântico do qual dista cerca de 80 Km em linha reta, e Espanha, com um afastamento da fronteira espanhola de cerca de 60 Km também em linha reta, posicionamento que desde sempre influenciou o seu desenvolvimento económico. Para além da lavoura do trigo e da pecuária, a região beneficia ainda da extração mineira nos concelhos de Aljustrel e de Castro Verde, importante recurso na economia local.

Localizada na região do Alentejo e na sub-região do Baixo Alentejo, Beja é capital do mais extenso distrito do país (com uma área de 10223 Km2), limitado a Norte, pelo Distrito de Évora, a Sul, pela região do Algarve – Distrito de Faro, a Oeste, pelo Oceano Atlântico e o Distrito de Setúbal e a Este, pela Espanha. Os seus catorze concelhos distribuem-se pelas duas subdivisões: Baixo Alentejo à qual pertencem os concelhos de: Alvito, Cuba, Vidigueira, Moura, Barrancos,

Serpa, Beja, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Ourique, Castro Verde, Mértola e Almodôver; ao Alentejo Litoral pertence o concelho de Odemira (Mapa 1). É sede de um dos maiores concelhos nacionais (com cerca de 1150 Km2), constituído a partir de 2013, com a reestruturação de freguesias (21), por 10 freguesias, duas urbanas e oito rurais, ocupando as primeiras uma área de cerca de 76 Km2, enquanto as outras, as rurais, ocupam uma superfície de 1071 Km2 ; a reestruturação administrativa respeitou a integridade territorial e identidade de cada uma delas, surgindo na área urbana dois grupos - a União de Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira e a União de Freguesias de Santiago e S. João Batista; na área rural a União de Freguesias

de Salvada e Quintos, a União de Freguesias Trigaches e S. Brissos, a União de Freguesias de Santa Vitória e Mombeja, a União de Freguesias de Albernoa e Trindade, mantendo-se não agrupadas as freguesias rurais de Cabeça Gorda, Baleizão, Nossa Senhora das Neves, Beringel, S. Matias e Santa Clara de Louredo (Mapa 2). Este concelho é limitado a Norte pelos municípios de Cuba e Vidigueira, a leste por Serpa, a sul por Mértola e Castro Verde e a Oeste por Aljustrel e Ferreira do Alentejo.



(Mapa 2) – Distrito de Beja

---

(21) – Diário da República, 1ª Série, nº 19, Lei nº 11-A/2013, em 28 de janeiro



(Mapa 3) – Freguesias do município de Beja

Beja dista por estrada, 183 Km de Lisboa, 143 Km de Setúbal, 78 Km de Évora e 153 Km de Faro.

A área do distrito é constituída por uma extensa planície cortada por serras de pequena altitude: a Norte, a serra do Mendro; a Oeste, os picos de Aroche, e a Sueste, a serra do Caldeirão. Possui a maior barragem do país – a barragem do Alqueva (rio Guadiana), que partilha com Évora e com Espanha, e que influenciou grandemente a agricultura da região e outras mais pequenas como, a barragem do Chança, partilhada com Espanha, a Barragem de Santa Clara, a barragem do Monte da Rocha, a barragem do Roxo e a barragem de Odivelas.

O clima, embora temperado, confunde-se frequentemente com um clima continental pelos contrastes térmicos ocorridos entre o verão e o inverno, e pela fraca pluviosidade provocada pela sua localização em latitude, pelo afastamento do litoral bem como pelo relevo plano, levando por vezes a pensar-se na existência de duas estações anuais apenas, ainda que na realidade existam quatro. Os verões são secos e quentes, chegando mesmo a uma temperatura máxima diurna de 40° e não raramente, superior; também no verão podem ocorrer significativas amplitudes térmicas diurnas inclusive nos meses mais quentes, provocadas pelas perdas de calor por irradiação devido à reduzida humidade do ar e à transparência da atmosfera. Os invernos são frios, particularmente nos meses de janeiro e fevereiro, podendo as temperaturas mínimas diurnas descer aos zero graus ou mesmo a valores negativos (1° a 3°), provocando a formação de geada.

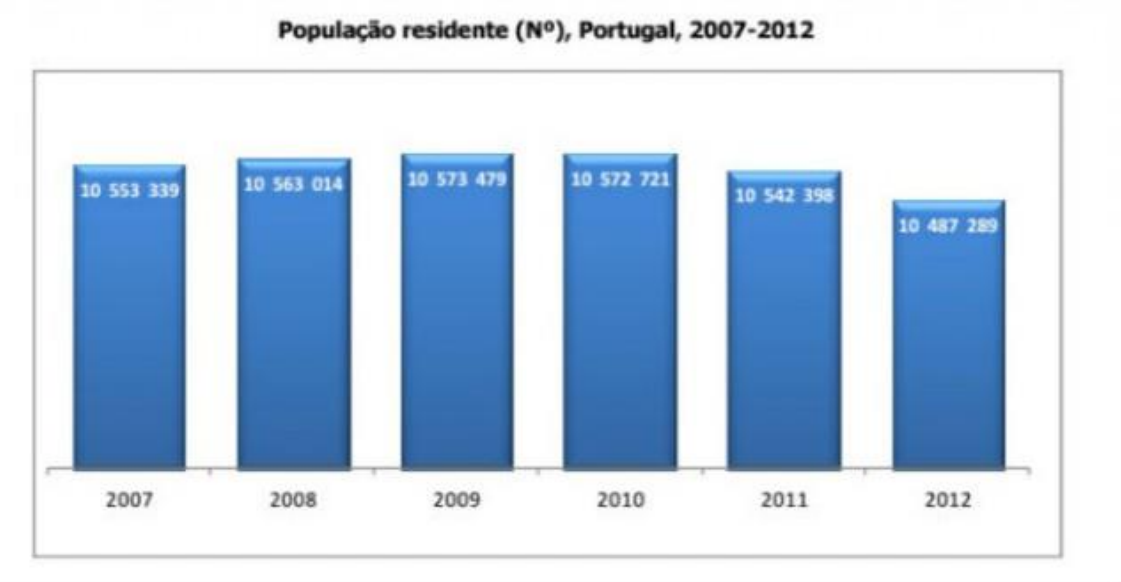
2.1.2. ACESSIBILIDADE

Beneficiando de uma boa localização e situando-se a meia distância entre Lisboa e o Algarve e entre o litoral alentejano e a fronteira de Espanha, Beja dispõe de uma privilegiada acessibilidade, sendo servida por uma boa rede de estradas que lhe permite fazer a ligação não só ao resto do país como ao exterior - pelo IP2 (eixo de ligação Norte/Sul) e pelo IP8 (eixo de atravessamento Oeste/Este), dispondo ainda de uma rede de vias municipais que permite estabelecer ligações diretas entre as diferentes sedes de freguesia e, entre estas e as estradas nacionais. Contudo, o panorama a nível ferroviário não se poderá considerar tão facilitador, dado que nos últimos anos Beja, ao invés de ter beneficiado de mais e melhores ligações a outros pontos do país, viu limitados os acessos para Lisboa e inviabilizados para o Algarve, bem como para Serpa e Moura, a primeira linha a ser encerrada. Tendo praticamente perdido este meio de transporte, tão utilizado pela população da cidade, os transportes rodoviários de passageiros tornaram-se o principal transporte público nas ligações inter-regionais e intra-regionais. A nível de transportes locais, existe uma rede urbana de transportes urbanos.
Beja dispõe ainda de um aeroporto (importante infraestrutura para o desenvolvimento da região), com uma pista de aterragem considerada a segunda melhor do país.

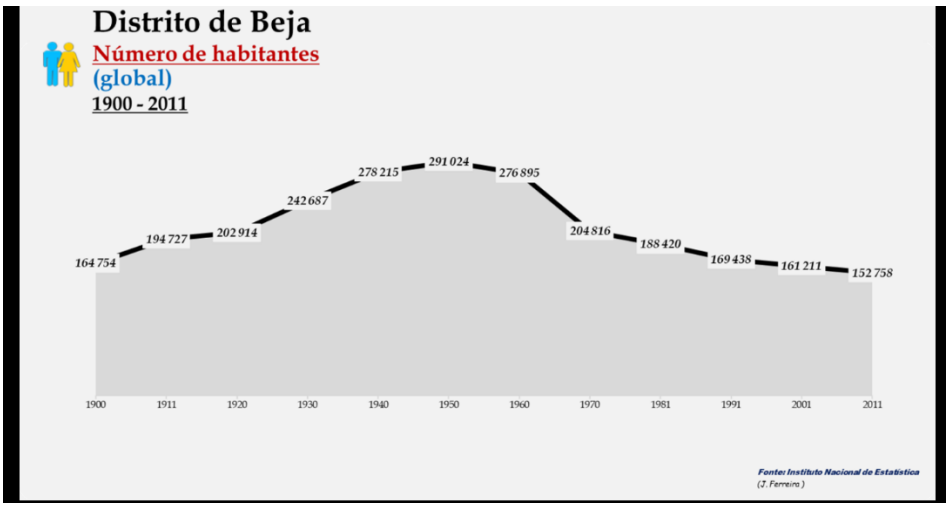
2.1.3. POPULAÇÃO

De acordo com os dados apurados nos últimos censos, realizados em 2011, atualizados em 14 de junho de 2019 e fornecidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), o concelho de Beja tem uma população residente com 33. 677 habitantes e uma densidade populacional de 29.3 hab./Km2, reveladora de uma ocupação de espaço pouco densa e que, embora considerado um valor baixo a nível nacional, é dos mais elevados do distrito. Mais de 60% da população está concentrada na cidade, enquanto 35% reside em lugares com menos de 2000 habitantes e 5,2% em lugares entre 2000 e 5000 habitantes, dados que revelam a tendência para um crescimento cada vez mais acentuado do espaço urbano, enquanto nos aglomerados rurais se verifica um progressivo abandono, de níveis preocupantes, acentuando-se assim uma estrutura de povoamento de tipo concentrado, associada a problemas de despovoamento rural. A par da fraca densidade demográfica, o envelhecimento e decréscimo da população de Beja, à semelhança do panorama nacional (Gráf.1), tem vindo a agravar-se, com particular incidência

na primeira década do presente século, onde a evolução da população registou um comportamento médio anual negativo (Gráf.2).



(Gráf.1) - Envelhecimento da população residente em Portugal (INE)



(Gráf.2) – Evolução da população de Beja – Censos 2011

Entre 2001 e 2011, a população jovem (15 aos 24 anos) do concelho de Beja decresceu de 16,2% para 14,9% da população residente total, reduzindo também o número de indivíduos na idade ativa (25 aos 64 anos) de 67,3% para 66%, aumentando a percentagem de idosos (65 e + anos) de 16,6 para 19,0. Perante os dados reveladores da persistência de decréscimo e

envelhecimento da população, a demografia constitui para o concelho um dos principais problemas a enfrentar. Embora verificando-se uma distribuição assimétrica da população no distrito, todos os concelhos apresentam um decréscimo e envelhecimento demográfico agravado pela fraca atração e retenção da população ao nível do mercado de trabalho, que se mostra pouco dinâmico.

As principais fontes de rendimento do concelho nas duas últimas décadas assentaram num intenso processo de terciarização não acompanhado de um crescimento efetivo de atividades económicas produtivas, que deteve o maior número de trabalhadores, seguindo-se o setor secundário e por último o setor primário, onde a agricultura desencadeou um processo de modernização, dispondo hoje, de fatores de atração de investimentos nacionais e estrangeiros a nível agrícola - grandes plantações de olival e construção de lagares, milho e outras culturas de regadio, pela disponibilidade de espaço, clima e água (Alqueva).

Mas, se Beja é hoje ponto de partida para grande percentagem do segmento jovem da população, que procura na Europa e noutros continentes melhores condições de vida, tal como os trabalhadores rurais de finais do século XIX ou dos anos 50 e 60 do século XX, aquando das crises cerealíferas, é hoje também ponto de chegada de vagas imigratórias vindas dos vários cantos do globo e canalizadas para a apanha da azeitona ou plantação de extensos projetos agrícolas, substituindo os operários agrícolas que o Baixo Alentejo e o distrito e concelho de Beja não têm. Primeiro chegaram à cidade e aos concelhos rurais envolventes, a partir de 2010, imigrantes do leste europeu – ucranianos, moldavos e búlgaros, seguidos dos asiáticos – tailandeses, nepaleses, indianos e paquistaneses, chegando por último os imigrantes provenientes de África Subsariana – Senegal, Guiné Bissau, Guiné Conacry e Gambia. Embora a maior parte destes imigrantes (32%) se encontre nos concelhos de Beja da sub-região do Baixo Alentejo, (24%) encontram-se no concelho de Odemira, no Alentejo Litoral. Em 2018, verificou-se um acréscimo de imigrantes que obtiveram residência em Portugal (13,9%), tendo sido publicado no Relatório Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA), desse mesmo ano, dados que comprovam que houve nacionalidades no referido período, com uma representação acima da média como é o caso dos povos provenientes da Ásia, sendo Beja exemplo disso, onde as comunidades indiana, nepalesa e tailandesa são particularmente representativas, nomeadamente a última, com 53,4% do total dos habitantes oriundos da Tailândia com residência legal em Portugal (Fig.14).



(Fig.14) Tailandeses em Beja, trabalham na Herdade Vale da Rosa
Diário de Notícias, Edição online de 3 de julho de 2019

3. DINÂMICA DO ESPAÇO URBANO

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem a sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma.

Carta de Atenas, ponto 65

Ao aproximarmo-nos de Beja por qualquer das estradas de acesso – Norte, Sul, Leste, Oeste, a presença do passado da cidade torna-se inquestionável, ao avistarmos a imponente torre do castelo. Porém, a escassa distância desta, uma outra torre com ela ombreia em altura, evidenciando-se igualmente na homogeneidade da planura do casario - os silos da EPAC. Ainda que afastadas no tempo e com funções diferentes, as duas sintetizam o duplo caráter da cidade: político, a primeira, e económico, a segunda, embora ambos os poderes se liguem por um elemento comum – o trigo. Nessa aliança terá assentado a base da organização das forças produtivas e estrutura social, provavelmente desde o primeiro povoado da Idade do Ferro no 1º milénio a. C., até à desintegração deste sistema produtivo, social e espacial, desencadeada pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Beneficiando de um posicionamento estratégico, no cimo de um planalto, instalada no meio dos barros negros, os mais ricos do Alentejo, detentora de importantes recursos mineiros e de água no subsolo (como o comprova o elevado número de poços) e, beneficiando da proximidade do Guadiana, navegável a sul de Mértola, Beja reunia condicionantes atrativos à fixação de vários povos e à formação de cidades que se sucederam ininterruptamente, como o confirmam os achados arqueológicos. Marcada pela ruralidade ao longo dos tempos, Beja apresenta um tecido urbano muito próprio, onde o rigor arquitetónico das ruas é ajustado ao modo de vida alentejano, e onde a beleza artística das ferragens das varandas, janelas e portões (Fig.15), entre outros pormenores decorativos como emolduramento das portas e janelas nos surpreende, nele encontramos ao lado da simplicidade das brancas e atarracadas casas de sabor popular, a sobriedade das casas aristocráticas, igualmente marcadas pela horizontalidade, constituindo um harmonioso conjunto edificado onde a monumentalidade dos edifícios religiosos não destoa.



(Fig.15) – Ferragens de janelas e portões (Fotografia do autor).

Mas, Beja não é hoje uma cidade, apenas com marcas do passado, nela o presente, tal como em qualquer outra cidade referenciada pela sua história, seguiu o rumo da modernidade, adaptando a arquitetura ao crescimento demográfico e construindo funcionais e incaracterísticos prédios de apartamentos.

3.1. NOTÍCIA HISTÓRICA – O TEMPO E A ARQUITETURA

Muito do protagonismo que o Baixo Alentejo deteve nas várias construções políticas em que o seu território esteve integrado se ficou a dever à sua principal produção – o cereal. Dotada naturalmente para uma agricultura extensiva como a praticada pelas sociedades pré-industriais, a vastidão das suas terras, a imensidão dos espaços abertos, que nunca oferecem um obstáculo real à progressão do arado, pareciam chamar o cereal – assim era ontem como anteontem, e até onde chegam as informações que os documentos e a arqueologia nos vão dando.

José Matoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo
Portugal – O Sabor da Terra – Baixo Alentejo

O trigo foi no Baixo Alentejo e na região de Beja, o grande motor da História, desde os primeiros povos que aqui se fixaram até às últimas décadas do século XX, determinando o sistema produtivo, a divisão da propriedade, as estruturas políticas, sócio-económicas e culturais, bem como, aliado a outros fatores, a própria arquitetura, não apenas civil como na vertente económica – moinhos, posteriormente, a fábrica de moagem, silos, fornos de pão, padarias, grémios da lavoura, casas comerciais de alfaias agrícolas, produtos químicos e sementes, etc..

Beja é uma cidade muito antiga. Julgava-se até não há muito tempo, que a origem desta cidade remontava ao período romano, embora arqueólogos e historiadores se mantivessem céticos perante tal certeza, porém, as escavações arqueológicas efetuadas na rua do Sembrano nas décadas de 80 e 90 do século XX, vieram clarificar dúvidas, e provar que já antepassados dos romanos haviam habitado a zona do planalto onde hoje se situa Beja. A muralha defensiva com a espessura de três metros (datada da Idade do Ferro – 1º milénio a.C.), só se justificaria se se tratasse de proteger um aglomerado urbano importante. Embora nenhum documento escrito fale da existência desta cidade ou do seu povo, a sua existência é inquestionável como o confirmam achados arqueológicos posteriores (fragmentos de cerâmica ática) noutros pontos da cidade, o que leva a concluir que este povo tinha ligações com a Grécia Antiga, antes da dominação romana. Mas, se na realidade, pouco se sabe sobre a cidade deste período (Ferro), o mesmo não acontece em relação à cidade romana que posteriormente viria a ocupar este espaço. De nome Pax Júlia, integrada na província romana da Lusitânia e capital de um dos três

"conventus júridicus" (divisões territoriais jurídico-administrativas em que se subdividiam as províncias) Beja, era a cidade mais importante da região, como o confirmam vestígios arqueológicos de grandes dimensões associados à construção e decoração de imponentes construções que denotam a presença de um urbanismo, típico das grandiosas cidades romanas (Fig.16).

Não só o espaço urbano detém um importante espólio romano, também a área rural dos arredores de Beja nos fala da presença romana através das "villae" romanas (explorações agrícolas), destacando-se a villa de Pisões, a cerca de 10 Km a sul da cidade que, pelo estado de conservação e por se encontrar a descoberto, nos permite observar uma das partes que a constituía – a "pars urbana", a residência do proprietário e família que, à semelhança das casas das cidades era confortável e requintada, como é possível constatar pela extensão da casa, número de divisões e pavimento das mesmas, revestido de lajes de mármore, e mosaicos de reduzida dimensão, decorados com motivos geométricos (Fig.17), bem como pelo complexo termal (Fig.18).



(Fig.16) – Capitel romano encontrado em escavações na cidade – Museu Regional de Beja
(Fotografia do autor)



(Fig.17) – Pavimento de uma das salas – mosaico polícromo (Pisões) - (Fotografia do autor)



(Fig.18) – Complexo termal – Hipocausto (Fotografia do autor)

Para além da "pars urbana", também a "pars rústica" - aposentos dos criados e servos e a "pars frutuária" - celeiros, lagares e adegas faziam parte desta unidade de produção, ainda que as duas últimas não tenham ainda sido escavadas, embora identificadas pela presença de grandes pedras de lagar. Pelo que hoje é observável deste centro de exploração agrícola, poder-se-á concluir que os romanos detinham já técnicas de engenharia e arquitetura bastante avançadas, particularmente visíveis no hipocausto, onde canalizações e aquecimento de águas foram pensadas ao pormenor, reveladoras do pragmatismo e cultura de um povo com um grau civilizacional fora do seu tempo. Pensa-se que, embora se produzisse aqui o vinho e o azeite, o trigo seria a sua principal produção, destinada a abastecer Beja, o centro urbano mais próximo, e a alimentar circuítos de exportação para outras regiões através do Mediterrâneo (o mar Romano). Pelo regime de propriedade e forma de exploração da terra, coloca-se a possibilidade desta villa romana, ocupada entre os séculos I e IV, poder ser, entre outras, o embrião das "herdades alentejanas".

Após a queda de Roma, o vasto império desagrega-se, ficando vulnerável a sucessivas invasões de povos provenientes do Norte e Leste europeu, que dariam origem à formação de múltiplos reinos cristãos e de uma nova Europa política. Deslocando-se para a Península Ibérica um desses povos - os visigodos, aqui formariam o reino Visigótico entre os séculos V e VIII d. C. que, embora introduzindo algumas alterações políticas, ao cristianizar-se assimilaria grande parte dos princípios norteadores da administração e cultura romanas. Beja, entre outras cidades, manteve nesta época o protagonismo político, administrativo e económico que vinha desempenhando no mundo romano, agora acrescido pelo poder religioso ao afirmar-se como sede de bispado, numa Europa medieval e cristã em que Igreja detinha amplos poderes. A igreja de Santo Amaro (Fig.19) assentando sobre uma das primeiras basílicas paleocristãs da cidade, alberga hoje um acervo de peças desta época, considerado um dos mais significativos do país, deste período (Fig.20).



(Fig.19) – Igreja de Santo Amaro (Fotografia do autor)



(Fig.20) – Conjunto de capitéis visigóticos (Núcleo Visigótico de Beja – Igreja de Santo Amaro)
(Fotografia do autor)

No séc. VIII os árabes, vindos pelo Norte de África, derrotam o último rei visigótico e dominam a Península Ibérica, passando a cidade "Pax Júlia" a ser designada pelos muçulmanos de Beja

ou Baja, mantendo-se uma das principais cidades do "al-Andaluz", designação atribuída por este povo aos seus territórios na Península, apesar de ter diminuído a sua importância. Nela nasceu o rei-poeta Al-Mu'tamid, rei de Sevilha que ainda hoje se mantém presente na memória histórica da cidade pela toponímia (Fig.21).



(Fig.21) – Rua al Mu'tamid (Fotografia do autor)

Se dos povos anteriores que por aqui passaram há um espólio considerável, particularmente dos romanos, da Beja islâmica restam apenas algumas peças de cerâmica (Fig.22) e moedas, presentes no Núcleo Museológico da rua do Sembrano e no Museu Regional de Beja, tendo porém sido descoberta uma extensa necrópole com centenas de sepulturas, na primeira década deste século, aquando da realização de obras ocasionais na cidade. Essa escassez de materiais arqueológicos, quando se sabe comprovadamente que os árabes permaneceram cerca de seis séculos na cidade, deve-se ao facto de o processo da conquista cristã ter sido moroso, prolongando-se por cerca de um século de conflito permanente, que deixou a cidade destruída e despovoada e de, após a sua expulsão, terem sido destruídos pelos cristãos todos os seus despojos.



(Fig.22) – Peças de cerâmica muçulmana (Museu Regional de Beja) (Fotografia do autor)

Embora a influência árabe tivesse sido importante na vida rural da região, sendo determinante o desenvolvimento das técnicas de regadio, e a introdução de culturas mediterrânicas como a laranjeira, o limoeiro, a oliveira ,a amendoeira, a alfarrobeira e a figueira, também para os árabes, tal como para os outros povos que os antecederam neste território, o trigo foi fator de fixação na região, não tendo sido indiferentes à fertilidade dos barros de Beja como o confirmam as palavras do geógrafo árabe do séc. X, Al Razi, traduzidas por cristãos -"Beja (ou seja, os campos que rodeiam a cidade, mais do que os do resto da sua vasta circunscrição) é mui boa terra e de boa sementeira…"(22), tendo praticado uma política de continuidade neste setor, dedicando-se igualmente à cultura do trigo.

Alvo de construções e desconstruções provenientes do contexto político, religioso e sócio económico de cada época, Beja era integrada no séc. XIII no reino de Portugal, após a retirada muçulmana e, embora destruída e despovoada, e tendo perdido a proeminência política e económica que sempre a caracterizara, tornava-se urgente, num ambiente de reconquista cristã, protegê-la com um sistema de defesa, repovoá-la e, para tal, reconstruí-la restituindo-lhe um espaço urbano de acordo com as novas necessidades políticas e religiosas.

---

(22) – cit. In: Portugal - o Sabor da Terra – Baixo Alentejo, (1997), José Matoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo, Círculo de Leitores, pág.17

É nesta conjuntura que D. Afonso III vai doar à cidade um Foral em 1254, promovendo-a a centro administrativo e religioso, procedendo à sua defesa com o intuito de incentivar a sua reconstrução e fixação, incentivando a agricultura na região.

Desencadeava-se então em Beja, em pleno período medieval (séc. XIII) uma intensa atividade construtiva, iniciada pelo convento de S. Francisco, pertencente à Ordem dos Franciscanos, um dos melhores monumentos de arquitetura religiosa da cidade, e o primeiro a ser construído fora das muralhas, dado o importante papel das ordens religiosas, não apenas na evangelização como na proteção da população e na dinamização da atividade agrícola, num território cristão, até há bem pouco tempo ocupado por muçulmanos. Nele será de destacar a Capela dos Túmulos, excelente exemplar de arquitetura gótica, mandada construir por D. Dinis, com a abóbada de cruzaria de ogivas artesoada, e a elegante janela de arco quebrado, rasgada no plano central da abside (Fig.23), tendo mais tarde (séc. XV) sido adaptada a panteão familiar de João Freire de Andrade, herói da conquista de Ceuta.

Embora fundado em 1268 (fora dos muros da cidade), o mosteiro foi sofrendo alterações ao longo do tempo, tendo-lhe sido acrescentado no séc. XVI um claustro de estilo manuelino (Fig.24), a fim de dar luminosidade às dependências interiores que em volta dele se foram construindo, como o refeitório e a igreja.

No séc. XIX com a extinção das Ordens Religiosas o convento foi adaptado a quartel militar até à década de 60 do séc. XX, passando depois para a G.N.R. e hoje, após as obras de reabilitação entre 1993/1995, é pousada, uma das melhores do país.



(Fig.23) - Capela dos túmulos do Convento de S. Francisco – Beja (Fotografia do autor)



(Fig.24) – Claustro do Convento de S. Francisco – Beja (Fotografia do autor)

A necessidade de impor a presença cristã na cidade, levou a que na época, outros edifícios religiosos surgissem, como a Igreja de Santa Maria, com as suas brancas e cilíndricas torres, construída também no séc. XIII e reveladora de alguns elementos do "gótico alentejano" (Fig.25).



(Fig.25) - Igreja de Santa Maria (Fotografia do autor)

Alguns autores colocam a possibilidade desta igreja ter sido edificada no espaço da principal mesquita da cidade, embora sofrendo as devidas alterações construtivas e decorativas, adequadas às necessidades religiosas deste período.

E, se urgia cristianizar o espaço urbano, não menos importante se tornava tratar da sua proteção, reconstruindo em simultâneo (princípios do séc. XIII) o sistema de defesa – muralhas e castelo, embora a reedificação do castelo e a construção da sua torre de menagem, a mais alta do país e um excelente exemplar da arquitetura militar gótica, se tivesse prolongado até ao séc. XIV, a cargo do rei D. Dinis (Fig.26).



(Fig.26) – Castelo de Beja (Fotografia do autor)

O castelo e as suas muralhas funcionavam não apenas como defesa dos habitantes de Beja como também de afirmação do poder dos monarcas do reino.

Para além do aproveitamento arquitetónico que foi feito de edifícios pré-existentes à época medieval, pensa-se segundo alguns historiadores e arqueólogos, que ainda terão ficado visíveis neste período, vestígios de outras fases de ocupação da cidade, nomeadamente da romana. E, se na paisagem urbana coexistiam fragmentos arquitetónicos de várias épocas e culturas, também na sociedade desta época coexistiam num ambiente de relativa tolerância, a par dos cristãos, uma população moura e uma população judia concentrados em bairros ainda hoje conhecidos por “mouraria” e “judiaria”.

Saindo do espaço urbano, não deverá uma vez mais ser esquecida, também no período medieval, a excelente produtividade dos barros negros da área de Beja, particularmente em

culturas cerealíferas. À preocupação de reconstrução da cidade, expressa no foral afonsino, é acrescida a preocupação de incentivar a agricultura com o alargamento das áreas de cultivo. Detentora das técnicas agrícolas deixadas pelo povo romano e pelo povo árabe, irá ocorrer na região, depois da Reconquista, um incremento da atividade agrícola impulsionada pelos mosteiros, em especial o já referido convento de S. Francisco, contribuindo para o crescimento económico da cidade, como o confirma a presença dos vários silos, estruturas (negativas) escavadas, para armazenamento do cereal, maioritariamente o trigo, situados no exterior da muralha, atualmente, Avenida Miguel Fernandes, descobertos aquando das obras do Projeto Pólis (Fig.27). Estas estruturas apresentavam grandes dimensões, com uma média de três metros por silo, correspondendo em capacidade a uma média de seis metros cúbicos por silo. De formato oval, apresentavam várias tipologias de fundos – bico, oval ou plano, e a boca estruturada com elementos de pedra ou cerâmica de construção (Fig.28), existindo ainda outros, apenas tapados com uma mó que desempenhava a função de tampa. Será ainda de referir que, em períodos de crises cerealíferas no reino, não muito raros na Idade Medieval, era a Beja que era requisitado o cereal necessário, concluindo-se a abundância de cereal na região.



(Fig.27) – Silos Medievais na Avenida Miguel Fernandes em Beja



(Fig.28) – Boca de Silo Medieval – Av. Miguel Fernandes – Beja

Na segunda metade do séc. XV Beja torna-se sede de um extenso e rico ducado, assente na fertilidade cerealífera dos territórios das duas margens do Guadiana, sendo o primeiro duque, o infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, casado com D. Beatriz ou D. Brites, pai de D. Leonor, casada com D. João II, e de D. Manuel, futuro duque de Beja que viria a ser rei de Portugal nos finais do séc. XV. De sede de ducado desde o séc. XV, Beja passaria em meados do séc. XVII e até ao séc. XIX a Casa do Infantado, sempre na posse de filhos segundos de reis, o que denota a importância económica e política da região. É neste contexto que a fisionomia da cidade se irá alterar, particularmente com D. Manuel I, já na condição de rei, embora a seus pais se deva a fundação de um mosteiro que viria a ser dos mais ricos do sul do reino - o Convento de Nossa Senhora de Conceição, na segunda metade do séc. XV, um edifício que se insere no gótico tardio, atualmente Museu Regional de Beja (Fig.29), e que receberia em meados do século XVII a religiosa Sóror Mariana Alcoforado, presumível autora das "célebres" cartas de amor destinadas ao conde de "Chamily", militar francês com quem manteve um romance aquando da passagem deste por Beja numa das suas campanhas ao Alentejo. Também a estes duques (pais de D. Manuel) se deve a fundação de uma casa para doentes, que D. Manuel redimensionaria e transformaria no Hospital de Nossa Senhora da Piedade, mais conhecido pelo Hospital da Misericórdia, perdurando no tempo até à data da inauguração do Hospital que ainda hoje serve a cidade (1970).



(Fig.29) – Convento de Nossa Senhora da Conceição (Fotografia do autor)

Com D. Manuel I, Beja vê recuperado o seu estatuto oficial de cidade que havia perdido durante a Idade Média, através do foral manuelino de 1510; assistindo-se a toda uma renovação urbana com a abertura de ruas e praças, sendo a mais significativa, a Praça Nova, edificada na zona do antigo fórum da cidade romana e circundada de casas de dois pisos com arcaria manuelina, hoje Praça da República, ainda com lugar de destaque no espaço urbano.

Na segunda metade do século XVI, com D. Luís, quinto duque de Beja e filho de D. Manuel, esta praça será grandemente beneficiada com a construção no topo, do aparatoso açougue de arquitetura de influência do Renascimento italiano que, pela sumptuosidade e impacto da construção, se considerou ser mais adequado adaptar-se a igreja, como viria a acontecer, sendo ainda hoje a Igreja da Misericórdia (Fig.30), embora destituída de tais funções e destinada a espaços de exposições e eventos culturais.



(Fig.30) – Igreja da Misericórdia – Praça da República - (Fotografia do autor)

Para além da construção de vários edifícios religiosos neste período, nomeadamente a Igreja de Santiago, adaptada a Sé Catedral em 1932, abundam no centro histórico da cidade, vestígios de arte manuelina, particularmente na decoração da cantaria das janelas.

Nos séculos seguintes, Beja continuou a crescer, aumentando a construção de templos, palácios e de casario, chegando contudo à primeira metade do séc. XIX, circundada pela cintura de muralhas medievais, com características de uma cidade antiga e nitidamente rural, mantendo o traçado urbano projetado no reinado de D. Manuel I (centro histórico), onde ainda hoje se encontram alguns dos edifícios já anteriormente referidos, poupados à feroz destruição das invasões francesas ou das obras de requalificação da cidade, levadas a cabo nos finais do séc. XIX, pelo então governador civil, o liberal madeirense de tendências republicanas, ainda antes da implantação da República, Visconde da Ribeira Brava. Com o objetivo de criar modernos espaços urbanos abertos, também o Convento da Conceição foi alvo desta implacável destruição e, embora não tenha sido totalmente destruído, perdeu uma grande extensão do seu enorme edifício, restando hoje apenas uma pequena parte; contudo, igual sorte não tiveram, a "Casa dos Corvos", palácio árabe completamente destruído ou o "Paço dos Infantes" do qual

restam apenas fotografias e um passadiço que unia o palácio ao Convento, perdendo assim a cidade parte da memória do seu passado e da sua identidade.

Porém, apesar das vicissitudes a que o património histórico da cidade foi submetido no período acima referido, Beja foi recompensada em 1880 com um amplo e aprazível espaço público de convívio e de lazer, fora das muralhas, e muito ao gosto dos padrões urbanísticos europeus, proporcionando à população que vivia no centro histórico, um espaço de grande atratividade – o Jardim Público Gago Coutinho e Sacadura Cabral; a este benefício, um outro não menos importante se lhe iria juntar em 1893 – o caminho-de-ferro, permitindo-lhe a ligação a Lisboa, alavancando a sua economia ao abrir as portas ao comércio com a capital, e proporcionando o arranque da Fábrica de Moagem Aliança que, sem comboio, tornava inviável a sua existência nesta cidade, visto tratar-se de uma terra de interior onde os transportes de carga eram ainda inoperantes. Em 1918, o arquiteto Raúl Lino dava início ao projeto de instalação da Biblioteca Municipal e Museu Regional no Convento da Conceição, (devoluto desde 1895). Em agosto de 1923, com Ezequiel Soveral Rodrigues concretizava-se mais uma das promessas republicanas – a água canalizada chegava a Beja e, em julho 1926, embora depois do golpe do 28 de maio, mais uma obra republicana ganhava forma, o fornecimento da luz elétrica às casas de habitação tornava-se uma realidade, melhorando as condições de vida da população desta cidade alentejana.

Com o Estado Novo, a partir de 1933, a cidade entrava numa fase de grande expansão arquitetónica de cariz modernista, ganhando uma nova dinâmica urbana através da construção de equipamentos públicos de grande qualidade, como é o caso do Liceu Nacional de Beja, excelente exemplo do "modernismo português" do arquiteto Cristino da Silva, a então Escola industrial e Comercial de Beja, atualmente, Escola D. Manuel I, o Governo Civil, o novo edifício dos Correios, o Banco de Portugal, o Tribunal, o Estádio Municipal, a Gare Rodoviária, a Piscina Municipal, o Mercado Municipal e o Hospital distrital entre outros; a par destas obras, abriram-se amplas e elegantes avenidas arborizadas, enquadrando os edifícios de habitação, como a Avenida Vasco da Gama, beneficiada com um pequeno jardim longitudinal, em toda a sua extensão.

Mas, ao falarmos da história de Beja e do seu património arquitetónico, não poderemos deixar de referir o Bairro Alemão, construído nos anos 60 (66/67), projeto de influência modernista "internacionalista" de grande qualidade, um marco no urbanismo da cidade, em que os edifícios, estabelecem uma harmoniosa relação com os espaços verdes. Exclusivamente português, este bairro, ainda que financiado pelo governo da RFA, no contexto de "guerra fria",

foi destinado a alojar famílias e pilotos da Força Aérea da RFA. Tratou-se de uma realidade que, a par da sua importância no plano urbanístico, interferiu na altura na economia da cidade, particularmente no comércio, que sofreu um novo dinamismo, enquanto que nos campos envolventes, dias difíceis se avizinhavam, ao começarem a chegar máquinas agrícolas que iam empurrando os homens que neles trabalhavam para a emigração. Com as novas realidades políticas, sociais e económicas desta década, provenientes do marcelismo e dos Planos de Fomento, os serviços vão ganhando expressão no centro da cidade, enquanto as áreas residenciais se vão expandindo pelos barros negros de grande riqueza agrícola, apelando à necessidade de uma criteriosa política de gestão urbanística e á aplicação de instrumentos de gestão e ordenamento do território, que levaria em 1967 ao 3º Plano Geral de Urbanização. Traduzindo a cultura e a economia do seu povo, a cidade continua a crescer, estabelecendo os limites desse crescimento com base no respeito pelo seu compromisso com a terra. Nesta sequência, em 1992 é ratificado o PDM de Beja (instrumento definidor das linhas gerais de política de ordenamento físico e de gestão urbanística do território municipal) pela Portaria nº 359/92 de 22 de abril, sendo ratificada a revisão do PDM a 8 de setembro de 2000, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2000. Doravante, equipamentos públicos, zonas residenciais e áreas económicas serão criteriosamente pensados e definidos em função de espaço, do funcional, de forma a tornar esta cidade um centro urbano organizado, atrativo e harmonioso.

Em suma, a razão da existência da cidade de Beja, de toda a sua história, da construção de cada edifício, eclesiástico ou laico, rico e aparatoso ou pobre, comercial ou industrial, bem como da Fábrica de Moagem Aliança nela construída no início do séc. XX, todos eles assentam inevitavelmente num fator comum - na riqueza e na planura dos solos que a rodeiam - dos barros negros, e na consequente atividade agrícola que sempre a caracterizou – ontem cerealífera, hoje essencialmente olivícola.

3.2. O PRESENTE

Apesar dos constrangimentos de vária ordem nomeadamente a nível demográfico como o envelhecimento da população, as baixas taxas de nupcialidade e de natalidade, e o consequente decréscimo do número de alunos no ensino básico e secundário, o abandono da população jovem pela ausência de atratividade laboral e o frágil desenvolvimento empresarial, Beja é hoje

(segunda década do século XXI), uma cidade com cerca de 23.400 habitantes (censos/2011), que se estende pela planura dos seus barros de forma controlada, mantendo o equilíbrio entre a modernidade e a tradição e que oferece qualidade de vida e grandes potencialidades na agroindústria e em vários outros setores de investimento. Pouco industrializada, embora com grandes potencialidades para vir a prosperar nesta área, a cidade vive essencialmente de serviços, contudo, não deixou para trás o vínculo com a terra que, com a criação da Escola Superior Agrária viu crescer uma geração de jovens agricultores empenhados em dinamizar uma agricultura adaptada às novas culturas e tecnologias, às necessidades da região e aos mercados de exportação. O trigo, cultura de sequeiro, que liderou a economia e a paisagem alentejana até sensivelmente ao terceiro quartel do século XX e deu forma aos "Moinhos de Santa Iria", foi nas últimas décadas avassaladoramente substituído após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, bem como a seguir à construção da barragem do Alqueva, por culturas de regadio, outrora impensáveis no Alentejo, e que hoje invadem os barros de Beja substituindo a paisagem de searas de cultura trigueira, em extensas áreas verdejantes de milho (Fig.31), olival (Fig.32) e, vinhas (Fig.33) com expressão na indústria transformadora da região, particularmente na produção de azeites e de vinhos, considerados estes últimos pelos enólogos, dos melhores do mundo. A par destas culturas e muito recentemente, começam a impor-se, ainda que por enquanto, a um ritmo mais lento, as plantações de amendoeira que vão ganhando extensão, e conquistando mercados de exportação de amêndoa, fruto bastante procurado, e com grandes probabilidades de se impor no universo agrícola da região, contribuindo certamente para o surgimento de inovadores equipamentos de armazenamento e de transformação deste produto. Em suma, para o trigo que deu vida ao Alentejo ao longo dos tempos, resta hoje uma pequena parcela dos campos envolventes de Beja (barros negros), fechando-se assim um longo ciclo de vida económica da região, para outros se iniciarem, fator que vem dar uma maior consistência à necessidade de reabilitação da fábrica de moagem Moinhos de Santa Iria, enquanto salvaguarda da memória da cultura de um povo, marcada por este cereal.



(Fig.31) – Cultura de milho nos barros de Beja (Fotografia do autor)



(Fig.32) – Olival de regadio nos barros de Beja (Fotografia do autor)



(Fig.33) – Cultura de vinha na região de Beja (Fotografia do autor)

Mas, não foram apenas as culturas que foram alteradas, com elas chegaram novas estruturas de armazenagem, inovadoras nos materiais e nas técnicas utilizadas, mais leves e funcionais, adequadas aos novos tipos de produção. Dos volumosos e pesados silos da EPAC, construídos na década de 50, em betão armado (Fig.34), apenas um está ainda em bom estado de conservação e ativo, recebendo trigo e cevada dos sócios da Cooperativa Agrícola no final das ceifas, para abastecimento do mercado interno, sendo o último cereal destinado à produção de cerveja (Fig.35). Ao lado deste enorme edifício de silagem, situa-se uma moderna estrutura em aço, mais pequena, mais leve e funcional (Fig.36) (hoje de uso generalizado em culturas agrícolas de menor extensão, pelas vantagens que oferece), e que neste caso é usada para depósito do milho (Fig.37), cultura de regadio atualmente em expansão no Alentejo, e impensável na região aquando da construção dos altos silos para o trigo, destinado atualmente a fábricas nacionais para produção de rações para animais; ambas as estruturas representadas, são atualmente pertença da Cooperativa Agrícola – Serpa-Brinches e Cuba. Os restantes silos que povoam a área envolvente, nomeadamente os que se situam na rua da Lavoura, a poucos metros da Fábrica, perdendo a sua funcionalidade devido às transformações agrícolas, encontram-se em estado de obsolescência e situação de progressivo abandono.



(Fig.34) – Silos da EPAC (Fotografia do autor)



(Fig.35) – Carregamento de cevada para abastecimento de Fábrica de cerveja nacional (outrora silo da EPAC, atualmente, da Cooperativa agrícola Serpa-Brinches-Cuba. (Fotografia do autor)



(Fig.36) – Moderno silo metálico (aço) para depósito de milho (Fotografia do autor)



(Fig.37) – Milho a ser transportado para o silo (Fotografia do autor)

Mas, não apenas os antigos espaços de armazenagem do trigo se encontram em estado de abandono e degradação, também os velhos edifícios moageiros como o da fábrica "Aliança" objeto de análise desta dissertação, foram ultrapassados e condenados à ruína em terras alentejanas e substituídos por engenhosos e gigantescos lagares servindo os interesses do novo tipo de produção (Fig.38).



(Fig.38) - Lagar de azeite que serve uma das maiores explorações olivícolas da região. (Fotografia do autor)

Os barros de Beja, têm hoje um perfil diferente, melhor para uns, para os que consideram que as novas culturas, nomeadamente a "moderna" oliveira que invadiu os campos, oferece amplas oportunidades à região, não apenas em termos de investimento, como em termos de empregabilidade (são hoje os intermináveis olivais que absorvem grande percentagem da população imigrante e que empregam grande número de pacenses nos sofisticados lagares); pior para os que consideram que as recentes plantações são excessivas, pela exaustão dos solos e pelo elevado grau de poluição ambiental resultante dos constantes tratamentos químicos a que as oliveiras são submetidas para produzirem frutos saudáveis em grandes quantidades (Fig.39) bem como pelos fumos e cheiros libertados pelos lagares subsequentes, que estão a ameaçar a qualidade do ar da região.



(Fig.39) – Produção de jovem olival de regadio, submetido a tratamentos químicos

(Fotografia do autor)

Mas, se em termos económicos, as políticas comunitárias permitiram à região de Beja a abertura para novas possibilidades, também em termos sociais, de saúde, de educação e de cultura se verificaram grandes desafios, permitindo à cidade a fruição de um leque mais vasto de serviços, bem como de um parque de equipamentos sociais mais alargado, apetrechado não apenas de novos edifícios, como de edifícios reabilitados, prática até então pouco utilizada na região, mas que paulatinamente se começou a instalar na área urbana. Assistiu-se assim a uma nova atitude para com este último tipo de edificado, que outrora seria para demolir, sendo atualmente possível observar com alguma acuidade, a reabilitação de edifícios públicos e património residencial, particularmente do centro histórico, a zona mais afetada pela desertificação, ao ser gradualmente despovoada, à medida que a oferta de novas e modernas áreas residenciais se estende pela periferia, passando esta zona a ser escassamente ocupada por serviços, entregue ao abandono, e exposta à degradação. A título de exemplo deste tipo de realizações, poder-se-á referir o edifício do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, bem como a recuperação de outros edifícios públicos igualmente situados da Praça de República, muitos deles impulsionados por apoios comunitários. A partir de então, também várias construções privadas lhe seguiram o exemplo, embora neste campo muito trabalho haja ainda por realizar, pois subsistem alguns proprietários deste tipo de imóveis que preferem, a título de conforto ou por questões culturais, optar por novas construções em áreas mais amplas com outro tipo de

acessibilidades, do que apostar na reabilitação em zonas de ruas apertadas e de difícil estacionamento.

Pelo que atrás foi referido, poder-se-á considerar Beja, neste momento, apesar de algumas resistências a este tipo de prática, um bom exemplo de aplicação da requalificação de edifícios, bem como de preservação de alguns segmentos da sua história, e da sua identidade cultural. Assiste-se então na cidade nas últimas décadas do séc. XX a uma nuclearização de dinâmicas funcionais bem como a alterações no tecido urbano ao ser beneficiado com a implementação de novas infraestruturas sociais, funcionais e modernas como a vulgarmente conhecida "Casa da Cultura/Casa da Juventude", projeto de 1982 do arquiteto Hestnes Ferreira e a Biblioteca Municipal em 1993, entre outros, permitindo à cidade a fruição de novos e confortáveis espaços destinados à cultura e ao lazer. Na área da educação, Beja dispõe hoje de estabelecimentos escolares que vão desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Superior, passando pelo Ensino Profissional e Ensino da Música com o Conservatório Regional do Baixo Alentejo, sendo o Instituto Politécnico de Beja, criado em 1979 e constituído por quatro escolas – Esc. Superior Agrária; Esc. Superior de Educação; Esc. Superior de Saúde e Esc. Superior de Tecnologia e Gestão, que se distribuem por vários blocos e se complementam com o verde da paisagem, sendo o edifício da ESTIG (2012), do arquiteto Nuno Montenegro, um excelente exemplar de arquitetura moderna onde de certa forma a tríade Vitruviana – utilidade, beleza e solidez, se conjugam numa harmonia perfeita. Este edifício mereceu uma Menção Honrosa no Architizer A+Awards (Fig.40) e foi o último a ocupar o espaço universitário.



(Fig.40) – Edifício da ESTIG (Fotografia do autor)

Estas escolas constituem hoje uma excelente oferta para os jovens da região na medida em que não apenas ministra um ensino de qualidade, como contribui para o desenvolvimento da própria região através de uma investigação canalizada para as potencialidades e necessidades da mesma, bem como através da formação de quadros técnicos. No campo da saúde, poder-se-á considerar que, se atendermos ao número de habitantes e de equipamentos e recursos humanos, Beja apresenta indicadores favoráveis na Saúde Pública ao oferecer um Hospital Distrital com várias especialidades apoiado por dois Centros de Saúde que complementam a sua atividade, bem como no campo privado, onde se vão multiplicando Clínicas de várias especialidades, possibilitando um leque de opções mais abrangente.

A eficácia e complementaridade destes serviços transmite algum conforto e segurança à população nesta área. Também no desporto a cidade está equipada de boas infraestruturas para a prática desportiva como campos de futebol; piscina coberta e piscina de Verão – descoberta; ginásios; pistas de atletismo e campos de ténis. Entre 2001 e 2004, Beja assistiu a novas transformações na paisagem urbana, desta vez em espaços públicos abertos, como jardins e praças que adquiriram uma feição inovadora com a consecução do Projeto Pólis, que suscitou

na cidade acesas controvérsias, sendo, contudo, de particularizar neste projeto, o Parque da Cidade, enquanto aprazível espaço de lazer. Para além dos equipamentos públicos e sociais acima referidos, Beja conta ainda com equipamentos de apoio à economia como o Parque de feiras e exposições onde sempre se realizou a feira anual da Ovibeja, com o objetivo de incentivar a economia da região bem como a economia nacional, dado que a ela acorrem pequenas e médias empresas de todo o país, ligadas aos mais variados quadrantes, não apenas a nível da indústria como de serviços e até de produtos financeiros. Este espaço, pela diversidade de condições que reúne, é ainda palco de grandes eventos hípicos, musicais entre outros. A par da expansão da malha urbana, Beja começou a desenvolver nos finais do século XX, princípios do século XXI na área da periferia, um espaço estritamente económico "Parque Industrial" destinado ao exercício de pequenas e médias empresas de vários quadrantes produtivos, responsáveis por um crescente desenvolvimento local e regional.

Beja, cidade do interior alentejano, apesar dos constrangimentos vários já anteriormente apontados, é atualmente uma cidade singular, detentora de uma paisagem, de um clima, de uma economia, de uma história e de uma cultura únicas, que oferece hoje qualidade de vida aos seus habitantes. É, pois, urgente, definir estratégias económicas claras e viáveis com vista ao desenvolvimento sustentável da região, para que os jovens não tenham mais que abandonar a sua terra natal à procura de oportunidades que nela não têm encontrado.

Foi neste contexto que surgiu a ideia de reabilitar o degradado edifício dos "Moinhos de Santa Iria", não apenas pela intenção de salvar um peculiar edifício industrial que toda a população gostaria de ver recuperado, enquanto marco identitário de um tempo que fez história na cidade, como pelas potencialidades arquitetónicas de reabilitação, como ainda pelo propósito de lhe restituir vida – física e económica, tornando-o uma possibilidade de trabalho e crescimento económico para a cidade e para a região.

CAPÍTULO II

4. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS

Embora a reabilitação de edifícios antigos tenha vindo a adquirir uma importância crescente no nosso país, particularmente de edifícios dos centros urbanos, não apenas pela intenção de preservar o património arquitetónico, como também de promover a qualidade do espaço urbano, nas franjas das cidades, ao contrário observa-se um aumento de edifícios industriais obsoletos em condições de abandono preocupantes, degradando o ambiente onde se inserem. Vários são os fatores que contribuem para o avolumar desta situação, nomeadamente as rápidas transformações a que hoje assistimos nas áreas da tecnologia, economia, sociedade, hábitos de consumo, entre outras, que exigem das empresas, uma ágil e eficaz capacidade de resposta, criando novas estratégias de produção, que correspondam a tais níveis de exigência. Porém, nem todas elas se encontram preparadas para enfrentar tais desafios, correndo o risco da descontinuidade da sua atividade, sendo ultrapassadas num mercado altamente competitivo, e forçadas a encerrar as suas portas, votando estes edifícios, equipados com maquinaria obsoleta, a uma situação de abandono compulsivo. Também as crises económicas, são responsáveis por tal situação, fator de grande permanência na nossa economia, ou até mesmo a mudança de políticas económicas face a uma região, como é exemplo disso, a região de Beja que, deixando de ser considerada apta para a produção de trigo, deu lugar a extensas culturas de regadio, privilegiadas pela proximidade da barragem e do Alqueva, levando a que as antigas estruturas industriais que serviam as atividades agrícolas, caíssem em desuso, ficando obsoletas, e entregues ao silêncio da degradação. Contudo, o estado de ruína do objeto de estudo proposto, não se integra em nenhuma das causas atrás referidas, sendo atribuído a um incêndio, fator muito comum em edifícios de moagem e igualmente responsável pela ruína da sua congénere da Póvoa de Santa Iria, à qual a moagem de Beja estava agregada. O declínio destes complexos industriais, levou à crescente situação de abandono e ao aumento de espaços decrepitados e problemáticos que exercem consequências negativas na comunidade, e intensificam um dos mais graves impactos ambientais com que nos debatemos nos dias de hoje, tornando-se um tema preocupante que conduz ao surgimento de uma gradual consciência da necessidade de encontrar soluções adequadas para o problema. Num contexto de desindustrialização, a revalorização deste património industrial através da reabilitação, surge como a resposta mais correta para tal situação, proporcionando intervenções que restituam a vida a estes edifícios através da criação de novos espaços adequados à contemporaneidade e a novas funções, poten

cializadores de desenvolvimento local e de novas vivências, contribuindo para a requalificação urbana. A esta estratégia, terão sido sensíveis vários países europeus, que gradualmente foram aderindo a políticas de salvaguarda do património industrial, nomeadamente a França, que a partir da década de 70 do séc. XX (23), terá procedido à preservação e conservação de edifícios industriais através da atribuição de novos usos, como espaços para empresas tecnológicas, centros culturais, universidades, áreas de lazer, entre outros. Em Portugal, embora mais tardiamente, também se tem verificado um crescente interesse por estas estruturas, sendo possível encontrar bons exemplos de projetos de reabilitação de complexos fabris, promovidos pelas Câmaras, ou até por particulares, um pouco por todo o país. Contudo, este tipo de património é ainda negligenciado, nem sempre se verificando esforços para a sua requalificação não apenas a nível do poder central que dedica pouca atenção às políticas de proteção e reabilitação industrial, remetendo a gestão deste património para os poderes locais que, embora conscientes dos benefícios da revalorização destes edifícios para a comunidade, são por vezes confrontados com algumas limitações, entre elas a escassez de meios financeiros que, parece ser a situação da Câmara de Beja, face à antiga Fábrica de Moagem da cidade, segundo informação recente, prestada pelo atual presidente do município, a um jornalista do Lidador Notícias : "os valores a envolver na recuperação (da fábrica) são proibitivos e retiram à autarquia a capacidade de investir, além de que há outros espaços, cujas recuperações são prioritárias como a Casa das Artes Jorge Vieira",(24) quanto ao futuro dos silos da EPAC da rua da Lavoura, a 300 m da fábrica, igualmente abandonados, e que a autarquia poderia "herdar", ao abrigo da Lei 50/2018, o autarca responde "são silos a mais e não nos dedicamos à agricultura". (25) Reconhecendo-se internacionalmente a importância destas estruturas bem como da sua salvaguarda enquanto materialização de sistemas produtivos, sociais, políticos e pelos valores arquitetónicos e tecnológicos que apresentam e que fizeram história numa determinada época, em 1972 na Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural, realizada por iniciativa da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) altera-se o conceito de património cultural, tornando-se mais abrangente e, no Artigo 1 do ponto 45, define-se como património mundial "Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência". (26)

---

(23) - São apresentados casos de reutilização de edifícios industriais no estrangeiro, no II Congresso Internacional sobre Património Industrial – Maio 2014, in: https://comum.rcoap.pt/bitstream/10400.26/22361/1/ArtigoAtasCongresso Internacional.pdf

Quanto aos critérios para avaliação do valor universal excecional, o ponto 77 refere

> "o comité considera que um bem tem valor excepcional (…) se esse bem responder pelo menos a um dos critérios que se seguem …(ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou uma determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou a criação de paisagens; …(iv) representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana." (27)

Doravante, os edifícios industriais passariam a usufruir dos mesmos privilégios e direitos de conservação que os restantes tipos de arquitetura, desde que inscritos na lista do Património Mundial. A 17 de julho de 2003, é definido e aprovado o conceito de património industrial pelos membros da TICCIH (The Internacional Committee for the Consevation of the Industrial Heritage), reunidos em Nizhny Tagil, na Rússia, ficando consignado na Carta de Nizny Tagil sobre Património Industrial, no ponto 1

> "O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas (…) armazéns (…) meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como nos locais onde se desenvolvem atividades sociais relacionadas com a indústria". (28)

No mesmo documento ficaram ainda definidos no ponto 2. ii, os valores do património industrial

> "O património industrial reveste um valor social como parte do registo da vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua conceção" (29),

---

(24), (25) - www.lidadornotícias.pt/beja - antiga - moagem - e – silos – abandonados – a – espera – de – novos – donos/

(26), (27) – Textos fundamentais da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, in: http://whc.unesco.org/uploards/activities/documents/activity-562-1.pdf

(28), (29) - Carta de Nizhny Tagil sobre Património Industrial, TICCIH (2003), in: https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/11/NTagilPortuguese.pdf

acrescentando no ponto 2. iii "Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos construtivos, á sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições." (30) A aprovação destes prossupostos teóricos vem dar uma nova dimensão aos edifícios industriais enquanto parte integrante do património arquitetónico e reforçar a importância da sua conservação, e requalificação quando em estado de degradação, pela implementação sustentável das práticas contemporâneas da reabilitação, já anteriormente apontadas. Respeitando o lugar e a forma e conciliando a identidade arquitetónica do edifício com as novas funções, cabe aos programas de reconversão, salvar este tipo de património da destruição, promover a sua qualidade de reutilização, preservar a memória histórica e social do lugar e, revalorizar o espaço urbano. Todo o projeto desta natureza deverá obedecer a uma metodologia de faseamento do trabalho, constando duma primeira fase, o diagnóstico, assente numa cuidada análise do edifício a ser intervencionado, através da observação presencial e registo fotográfico, avaliando-se a sua estrutura a fim de se poder problematizar a possibilidade da adaptação às novas exigências da reprogramação em termos de segurança, e concluir-se sobre a sua viabilidade. Sendo possível a reconversão, tentar-se-á manter, sempre que possível, os elementos construtivos já existentes, harmonizando-os com as novas soluções arquitetónicas, novos materiais e novas exigências atuais, delineando-se várias estratégias com vista à sua consecução. A fase seguinte será, escolher perante as possibilidades pensadas, a que melhor se ajusta aos interesses em causa. Uma vez definida a estratégia de intervenção, desencadear-se-á a realização do projeto de execução. A implementação do programa no terreno, obriga à participação de uma equipa multidisciplinar, constituída por técnicos especializados bem preparados para um bom desempenho das suas funções. Para além de se apresentar como a solução mais correta, para resolver a preocupante situação de abandono e degradação dos espaços industriais que povoam, um pouco por todo o país, as periferias urbanas, a prática da reabilitação, apresenta outras vantagens e respostas para problemas atuais como, a redução da poluição ambiental, ao reduzir a quantidade de demolições, bem como o recurso a matérias primas, minimizando o processo de exaustão dos recursos naturais.

Avaliados os benefícios destes programas arquitetónicos, consideramos pertinente passar à análise de casos reais, a fim de podermos observar a eficácia de tais medidas na prática.

---

(30) - Carta de Nizhny Tagil sobre Património Industrial, TICCIH (2003) in: https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/11/NTagilPortuguese.pdf

Num Alentejo cerealífero que a Campanha do Trigo do Estado Novo transformou em "celeiro de Portugal", atribuindo-lhe a responsabilidade de abastecer o país deste "precioso cereal", a fim de dispensarmos o trigo estrangeiro, que agravava o equilíbrio da balança pública, as estruturas de moagem e de armazenagem multiplicavam-se, aumentando em simultâneo, as possibilidades de trabalho na região. Porém, na década de 40, na sequência da Segunda Guerra Mundial e das consequentes e inevitáveis políticas restritivas às importações, deixámos de ter acesso aos adubos e maquinaria agrícola do exterior, produtos imprescindíveis ao sucesso da política cerealífera imposta pelo estado, fator que, juntamente com o desgaste dos solos, provocado pela exaustiva cultura cerealífera motivada pelas promissoras vantagens oferecidas pela Campanha do trigo, inverteria a situação anterior, provocando uma grave crise cerealífera que se iria manter até à década de 60 e que, embora ultrapassada, não mais permitiria os índices de produção, idênticos aos anteriores à crise. Neste contexto, as inúmeras estruturas agroindustriais que povoavam o território alentejano, foram gradualmente entrando em falência que as levaria ao abandono e ao estado de decrepitude em que hoje se encontram. Embora muitas delas ainda permaneçam nessa situação, à espera de propostas de reutilização, muitas há também que, tendo sido submetidas a brilhantes programas de reconversão, são hoje excelentes exemplos do vasto leque de possibilidades que este tipo de arquitetura pode oferecer a estes espaços, e à comunidade onde se inserem. O critério utilizado para a seleção dos casos reais apresentados, ancorou-se no Alentejo e em conjuntos de moagem contemporâneos da fábrica de Beja, pelas afinidades regionais, temporais, funcionais e culturais com o objeto de estudo desta dissertação acima referido.

4.1. ANÁLISE DE DOIS CASOS REAIS

4.1.1. A FÁBRICA DE MOAGEM DE SERPA

Em princípios do séc. XX, por iniciativa da "Nova Companhia Nacional de Moagem" (fundada em 1907 e com sede em Lisboa), estabelecia-se em Serpa a fábrica de moagem de cereais, vendida na década de 20 pela então "Companhia Industrial Portugal e Colónias" (criada em 1919 e resultante da fusão da Nova Companhia Nacional de Moagem com outra empresa) à firma local "Sociedade Cooperativa de Exploração Mecânica Agrícola", mais tarde transformada em "Sociedade de Moagem Serpense Lda" e dissolvida em 1940. Também esta nova sociedade acabaria por vender a fábrica, desta vez ao rico comerciante e industrial local

Mariano Lopes, que com os filhos criaria a sociedade "Mariano Lopes & Filhos Lda"; esta nova firma investiria na fábrica, beneficiando-a em termos produtivos através da aquisição e instalação do inovador motor diesel Blackstone. Seguindo a tendência geral das suas congéneres, também este edifício fabril, passando por dificuldades económicas, descontinuaria a atividade produtiva na década de 70 do séc. XX, vindo a ser adquirido mais tarde, pela Câmara Municipal de Serpa que, em 2011 a transformou num inovador projeto aberto à comunidade - "Musibéria" (Centro Internacional de Música e Dança do Mundo Ibérico), que pretende, segundo o presidente da Câmara, na altura, "conservar, defender e divulgar " o património das músicas e danças de raiz luso-espanhola através de atividades educativas e culturais que se centrarão em três eixos: "Formação Especializada em música e dança", "Educação para a vida" e "Difusão cultural". (31)

O Centro está instalado em dois edifícios interligados (Fig.41), um deles, o edifício da antiga fábrica de moagem, reabilitado com o apoio dos fundos comunitários, e o outro, construído de raiz. A estrutura "moageira" apresenta uma tipologia vertical que permitia que o circuito da produção fosse concentrado num só edifício, sendo constituída por dois pisos, diferenciados de acordo com as várias fases de transformação do cereal, e quatro salas, interligadas por peças de maquinaria de acordo com essas fases. No 1ºpiso estava instalado o sistema de mós (produzido na Bélgica pelo atelier Léon Michel Simonis), enquanto que nas salas do 2º piso se encontravam os silos, numa delas, e na outra os peneiros e outros equipamentos que faziam parte do processo de transformação do cereal.

Neste edifício foi instalado o espaço museológico que assenta na exposição e preservação, "in loco", de todo este conjunto de equipamentos instalado na antiga fábrica e que, por se encontrarem ainda em bom estado, se pensa na possibilidade de virem a funcionar com finalidades pedagógicas.

No outro edifício, a este agregado, situa-se o auditório com 138 lugares, o estúdio de som (Fig.42) dois estúdios de dança, nove salas de música, galerias de exposições e sala de conferências.

---

(31)-Entrevista da Sic Notícias ao Presidente da Câmara de Serpa, em 31.05.2011 in: http://sicnoticias.pt/cultura/2011-05-31-centro-internacional-de-musica-e-de-danca-do.mundo-iberico-inaugurado-a-18-de-junho



(Fig. 41) – Centro Musibéria – constituído por dois edifícios interligados (o antigo edifício moageiro e o edifício novo, construído de raiz)



(Fig.42) – Estúdio de som no edifício novo

Para além da preservação dos materiais do edifício antigo, houve a preocupação de encontrar materiais atuais que harmonizassem com os antigos.

Deste projeto de reabilitação resultou a recuperação, conservação e reutilização de um espaço que, degradado e sem vida, revivificou através de uma nova função que revalorizou não apenas o edifício como a própria imagem urbana.

4.1.2. A FÁBRICA DE MOAGEM E MASSAS DOS LEÕES EM ÉVORA

O segundo exemplo proposto é igualmente um edifício moageiro, como anteriormente apontado, igualmente situado em território alentejano, ainda que, pela capacidade produtiva para o qual foi construído, apresente uma extensão e volumetria bem diferente do anterior.
Trata-se da Fábrica de Moagem dos Leões em Évora com uma produção de "45 a 50 toneladas de farinha, sémolas e sub-produtos por dia".(32) A sua história (tal como a da fábrica de Beja), parece estar também ligada, de certa forma, à Sociedade Aliança, na medida em que, embora a construção do edifício, iniciada em 1916, tenha sido da responsabilidade da Sociedade de Moagem Alentejana Lda, em agosto de 1920, a fábrica era adquirida pelo industrial moageiro Eugénio Alvarez e por Manuel Rivera Alvarez, sendo equipada pelo engenheiro Eugénio Alvarez, experiente na área, com a avançada tecnologia suíça. Doravante, o conjunto da fábrica ficaria ligada à família Alvarez e a outros nomes que haviam participado já na Sociedade Aliança, passando a sede a ser em Lisboa. Com as medidas impostas pela ditadura militar de 1926, a fábrica passaria a apostar essencialmente na produção de massas e farinhas canalizadas para o mercado interno, passando a tirar partido dos trigos rijos alentejanos (33). Na década de 70 terá sido comprada por um grupo espanhol, passando a ser designada "Fábrica de Massas Leões" e, em 1993, desprovida de capacidade competitiva, entrava em crise que a conduziria ao inevitável encerramento, ficando condenada ao abandono e degradação, revelando um percurso idêntico ao das suas congéneres. Em 1997, a Universidade de Évora adquiria este complexo com o objetivo de construir uma residência universitária, após processo de demolição, contudo a necessidade de um espaço de ensino maior, levaria a ver neste edifício industrial, a oportunidade de, através de um programa de reconversão, conseguir esse novo espaço.

---

(32), (33) – Informação retirada da obra de Paulo Eduardo Guimarães, (2006), Elites e indústria no Alentejo (1890 – 1960), Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal Contemporâneo, Edições Colibri e CIDEHUS – Universidade de Évora.

Numa composição em forma de U, o conjunto, era inicialmente formado por três secções, sendo a primeira destinada à limpeza prévia, transporte dos cereais, a segunda secção, igualmente de limpeza, distribuía-se por quatro pisos por onde o cereal ia passando por vários tipos de maquinaria até atingir o grau de limpeza pretendido, passando para a terceira secção, a de moagem, onde o trigo era submetido ao processo de transformação em cadeia, passando pelo sistema de moinhos duplos e outros sofisticados equipamentos moageiros. "Associada à fábrica de moagem, estavam as instalações destinadas ao fabrico de massas e uma padaria mecânica" (34). Aos sete austeros edifícios principais, construídos na verticalidade de acordo com a necessidade espacial funcional, sem características arquitetónicas relevantes, apenas marcados pela genuinidade alentejana marcada pela simplicidade das paredes brancas, outros edifícios de menor dimensão se lhe foram juntando, de acordo com as exigências do tipo de produção, com linguagens arquitetónicas, sistemas construtivos e materiais diferentes.

Da autoria dos arquitetos Inês Lobo e Ventura Trindade, o projeto de reabilitação do antigo espaço industrial da Fábrica dos Leões assentou na requalificação dos edifícios mais representativos da unidade fabril, reconvertendo-os numa funcionalidade educacional, procedendo-se para tal, a uma transformação radical de valores ao retirar maquinaria industrial e criar espaços para pessoas. O processo de reformulação foi executado em duas fases tendo-se iniciado os trabalhos da primeira em dezembro de 2007, ficando concluída em outubro de 2008; a segunda fase ter-se-á iniciado em maio de 2009, terminando um ano depois. A primeira fase foi marcada pela reconversão de um dos edifícios originais (com quatro pisos), ainda em bom estado de preservação; reforçado estruturalmente, manteve a simplicidade inicial, tendo sido reconvertido em salas de aula e grandes espaços de estudo. As construções anexas que inicialmente não faziam parte do conjunto fabril, foram retiradas, resultando da sua demolição, materiais que, falando um pouco da história do lugar, foram reaproveitados e integrados na construção do edifício escolar. Em substituição de três dos antigos edifícios retirados, tal como dos anexos, surgiu um novo e volumoso edifício com uma estrutura mista de betão armado e aço, revestido em aço galvanizado, um material escuro que contrasta com a brancura da cal, enquanto acentua a dicotomia passado/presente, e relembra a raiz industrial do conjunto. (Fig.43).

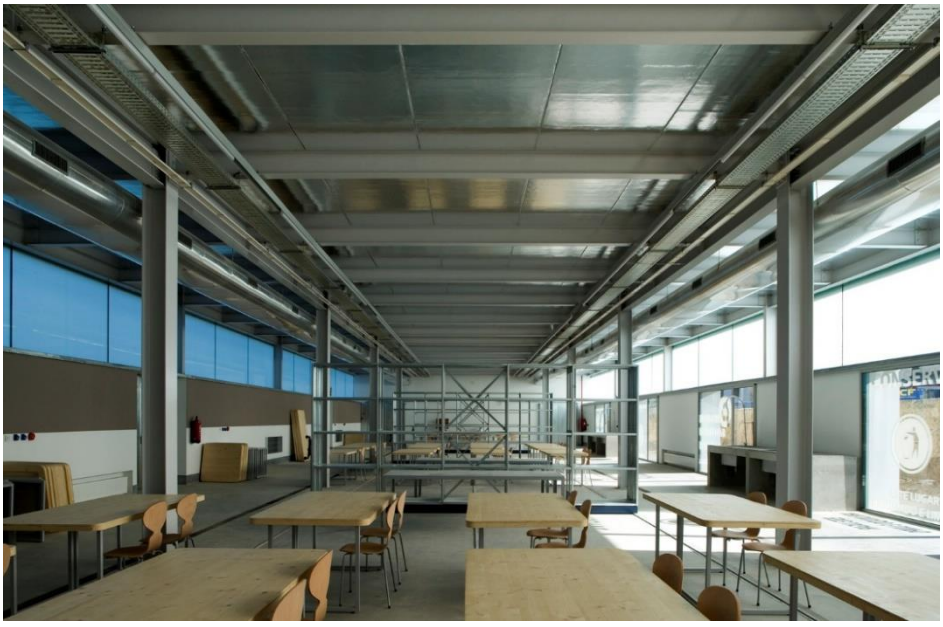
---

(34) – Informação retirada da obra de Paulo Eduardo Guimarães, (2006), Elites e indústria no Alentejo (1890 – 1960), Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal Contemporâneo, Edições Colibri e CIDEHUS – Universidade de Évora, pág. 176.

Embora com uma configuração bem diferente da dos restantes, há neste corpo uma continuidade formal em relação ao antigo, não apenas em termos de volumetria como de cobertura (duas águas); constituído por três pisos, cada um com um programa distinto, dá lugar às oficinas de Artes Visuais e Multimédia do Complexo. (Fig.44)



(Fig.43) – Novo e volumoso edifício com uma estrutura mista de betão armado e aço



(Fig.44) – Oficinas de Artes Visuais e Multimédia

Na segunda fase do projeto, destaca-se a construção do extenso telheiro, visível na figura 42, estrutura mista de betão e ferro, que contorna o pátio central, permitindo o percurso coberto entre os vários edifícios, perpetuando a memória dos velhos telheiros sobre os cais de carga e descarga. Ao longitudinal e volumoso edifício construído na primeira fase, juntaram-se-lhe na segunda, novos edificados que albergam oficinas técnicas e um outro corpo de dois pisos, no pátio, destinado a áreas de convívio docente e discente, ligado ao telheiro e ao edifício maior por duas mangas metálicas (Fig.45).



(Fig.45) – Ligação por mangas metálicas do corpo de dois pisos ao edifício maior

O centro deste complexo é marcado pelo prado verde do pátio central. As novas construções privilegiaram o recurso a materiais de natureza metálica como chapas de aço galvanizado, estruturas metálicas e alumínio de forma a manter uma certa ambiência industrial, conjugada com a contemporaneidade.

A aguardar uma nova intervenção ficaram ainda alguns dos antigos edifícios fabris, à partida reservados ao ensino das artes cénicas, bem como os silos.

Para além das confirmadas possibilidades oferecidas pela reconversão destes complexos fabris, há ainda a acrescentar as razões económicas dado que os custos destas intervenções são inferiores aos de uma construção nova, e ecológicas, enquanto associadas ao reaproveitamento de materiais e ao recurso a processos construtivos não poluentes.

A reabilitação deste obsoleto e degradado complexo industrial, foi determinante para o conforto e qualidade de espaço de ensino da população estudantil da área das artes e arquitetura de Évora, dignificando a instituição e o espaço urbano onde se insere, para além de perpetuar valores histórico/culturais deste território alentejano.

5. A FÁBRICA DE MOAGEM ALIANÇA /MOINHOS DE SANTA IRIA DE BEJA:

5. 1. O PERCURSO HISTÓRICO-ECONÓMICO DA FÁBRICA

Sendo o pão de trigo o alimento básico de todos os estratos sociais da nossa civilização desde os primórdios, e a região de Beja detentora de condições excecionais na produção deste cereal, até há poucas décadas atrás, cedo surgiu o interesse dos industriais moageiros por esta região que, a partir da segunda metade do séc. XIX, inspirados nas políticas livre-cambistas e na crescente industrialização desencadearam uma modernização económica através da criação de firmas individuais ou de poderosos consórcios nesta área industrial. Em 1890, Beja detinha já uma Companhia de Moagem e Massas com um capital social de 150 000$000, (já referenciado anteriormente) cuja sofisticação da maquinaria importada, permitia aumentar consideravelmente a produção de farinha, enfraquecendo as tradicionais estruturas que laboravam de forma artesanal a partir de mós em pedra, movidos pela força eólica ou hidráulica – os velhos moinhos de vento e as azenhas ou moinhos de água. Com a crescente capacidade de farinação, os moageiros passaram a acumular influência económica e política e, as grandes fábricas do setor, espalhadas pelo país, passaram a integrar grandes companhias, sediadas nas duas principais cidades – Lisboa e Porto, rivalizando muitas vezes entre si contudo, era possível encontrar consórcios que integravam Moagens de Lisboa e do Porto, como é o caso da Moagem Aliança Limitada (criada em 25 de fevereiro de 1918) que concentrou a Companhia de Moagem Invicta, do Porto e duas das maiores empresas de Lisboa – a Viúva de A. J. Gomes & Companhia, Comandita e a Cruces e Barros Lda.

A "Moagem Aliança, Limitada", formada com a intenção de criar em Beja, uma fábrica de moagem e massas alimentícias, irá passar por rápidas mutações e, passados poucos meses (26 de setembro de 1918), a companhia foi dissolvida, tendo sido criada na mesma data, a "Sociedade de Moagem Aliança", através da fusão da Cruces e & Barros (Póvoa de Santa Iria) e da Viúva A. J. Gomes (Caramujo). Ainda em 1918, a Fábrica de Moagem Invicta encontrava-se em liquidação vendendo em outubro desse mesmo ano, os três armazéns que possuía em

Beja, na Horta do Cano, perto do caminho de ferro, à Sociedade Aliança Limitada, (da qual faziam parte alguns dos sócios da Invicta) (34) espaço onde seria instalada a Fábrica de Moagem Aliança de Beja. Num cenário de depressão económica provocado pela I Guerra Mundial, a escassez de trigo era um dos fatores mais preocupantes, dado que dele dependia, não apenas em termos nacionais, como internacionais, a base da alimentação das populações. Neste contexto, as grandes concentrações empresariais portuguesas ligadas ao setor moageiro e que abrangiam o comércio de cereais, produção e distribuição de farinhas e a produção de pão e massas confrontavam-se com grandes dificuldades na aquisição do trigo pelo que, os armazéns de Beja, estrategicamente instalados no maior centro de produção cerealífera do país, emergiam como grande depósito de cereais, com a vantagem de se situarem junto ao caminho de ferro, resolvendo em simultâneo o problema do transporte do trigo para outras fábricas do grupo.

Em 26 de setembro de 1918, aquando da criação da Sociedade Aliança Limitada, os armazéns de Beja estavam já incorporados nesta poderosa concentração industrial, o que prossupõe tratar-se de uma reorganização estratégica da sociedade com vista a superar as dificuldades de abastecimento; em 1919, embora em processo de falência, a Sociedade Aliança Lda possuía

> "No Porto (…) a fábrica de moagens e massas Bonfim, a fábrica de moagem Favorita, e em Gondomar, a fábrica Concórdia. No Norte tinha ainda uma fábrica em Barcelos e outra "de destilação e moagem" em Vila Nova de Gaia. Na região de Lisboa, possuía a fábrica de moagem na Póvoa de Sta. Iria (Loures), e em Almada outras duas. Uma rede de armazéns, padarias e prédios completavam o seu património, avaliado em cerca de 514 contos pelas matrizes prediais." (35)

---

(34) -Escritura da sociedade de venda da Horta do Cano (Beja) feita em Lisboa, em 11 de Outubro de 1918 no cartório de António Tavares de Carvalho. Eram sócios da Sociedade de Moagem Aliança L.da, os comerciantes e negociantes lisboetas … Carlos Machado Ribeiro Ferreira, Francisco Cruces Cortinhas, os industriais Domingos Alfredo Barros … , a família Alvarez e D. Maria Soares Rocha, proprietária da Cova da Piedade. Do Porto eram Artur de Lemos (comerciante) e Luís da Costa Faria (lavrador), Porto. In Guimarães, Paulo Eduardo, Elites e Indústria no Alentejo no (1890 – 1960) Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, pág.173

(35) - Guimarães, Paulo Eduardo, (2006) Elites e Indústria no Alentejo no (1890 – 1960) Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, págs.173.

Em 1919, a construção da fábrica de Beja "Moinhos de Santa Iria", estava concluída, iniciando a sua atividade com a produção de farinhas de trigo rijo da região, de qualidade superior, usadas pelas indústrias de pastelaria e bolachas; e massas, provenientes da transformação do cereal em sémola. Esta fábrica enviava farinha (sémola) para a fábrica de massas – Miranda, para a fábrica de massas Leões (Évora), farinha para a fábrica de bolachas Triunfo, e para panificadoras, e sêmeas, para fábricas de rações (36).

Sendo o trigo o "grande motor" destas empresas, elas organizavam-se ou reorganizavam-se em função da aquisição deste cereal que, apesar das pautas protecionistas quer no período republicano quer no Estado Novo em que o trigo ocupava uma posição de destaque na política autárcica do regime, a produção nacional não bastava as necessidades moageiras, tornando-se necessário o recurso aos trigos importados que eram fornecidos a estas empresas mediante cotas de rateio, atribuídas em proporção com a capacidade de produção em toneladas, com a quantidade de trigo português adquirido e com a potência dos motores e maquinaria das suas fábricas. Tendo a fábrica de Beja "… Uma capacidade de produção superior a 100 toneladas de farinhas diárias…"(37), cumpria-se o objetivo prioritário do grupo – aumentar a cota de rateio de trigo exótico (portaria de 30 de Julho de 1909); para além deste objetivo, outros se contemplavam com a construção desta fábrica como o aproveitamento dos trigos rijos da região contemplavam com a construção desta fábrica como o aproveitamento dos trigos rijos da região, a diminuição dos custos de transporte, pela proximidade do transporte mais adequado
para estes produtos (ferrovia) e por último, a conquista de um ponto estratégico quanto aos mercados do interior (abastecimento e consumo).

Na sequência do processo de falência da Sociedade Aliança, formava-se em Lisboa, em fevereiro de 1920, a Sociedade Industrial Aliança, SARL, ficando com todo o ativo e passivo da Sociedade Aliança. Em setembro de 1925, movida por questões cerealíferas, surgia uma nova sociedade resultante da transferência pela Industrial Aliança, das fábricas de Beja e de Santa Iria para a firma Moinhos de santa Iria Lda, passando doravante a Fábrica de Beja, até aí conhecida como Fábrica Aliança, a ser designada de Moinhos de Santa Iria, designação que permaneceu até ao dia do incêndio que terminou com a sua existência.

---

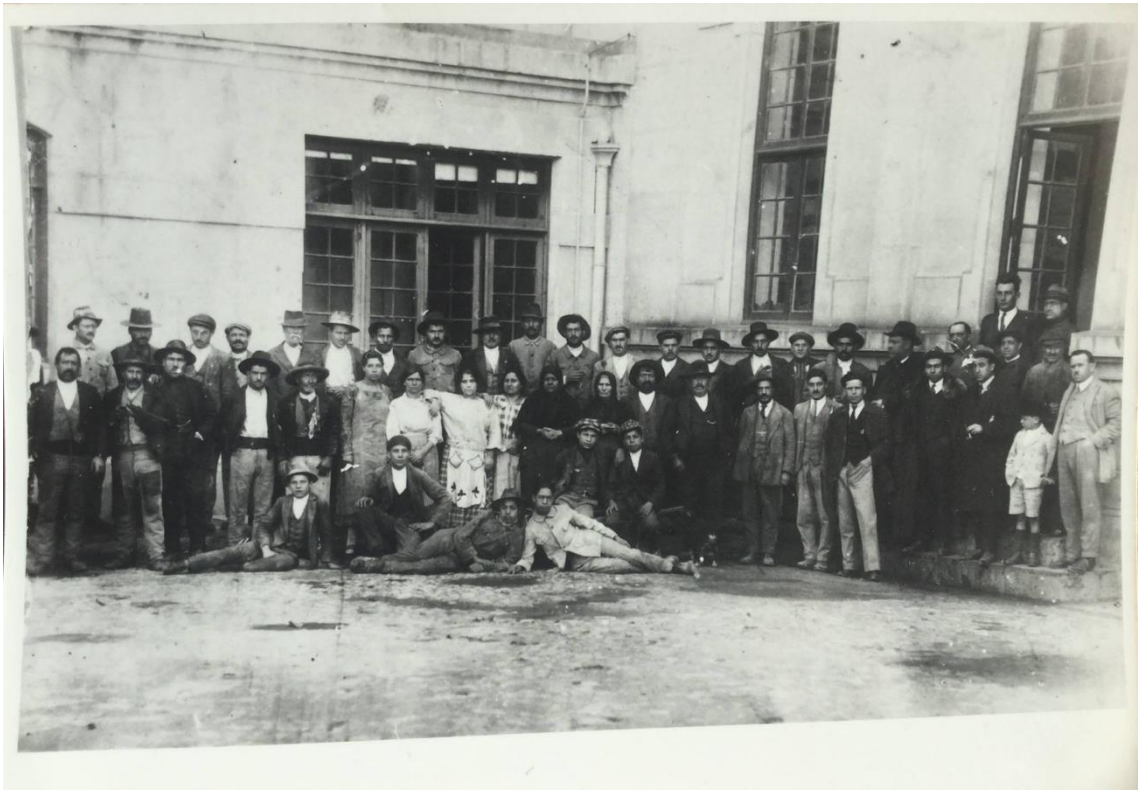
(36) – Segundo informação da funcionária do escritório (D. Augusta Carreira Marques), que diariamente prestava contas, para a administração, sedeada Lisboa (via telefone), da quantidade e tipos de farinha vendidos diariamente.

(37) - In Guimarães, Paulo Eduardo, (2006), Elites e Indústria no Alentejo no (1890 – 1960) Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, p. 174.

A sede administrativa da fábrica passaria a situar-se em Lisboa, na rua Filipe Folque, nº 26 A, e de lá, era feito diariamente o controlo da produção e vendas. Pretendia-se com esta nova sociedade organizar a receção dos trigos de acordo com as potencialidades de cada região; assim, em Beja far-se-ia a receção dos trigos alentejanos de Beja e Évora, enquanto que a Lisboa (Santa Iria), caberia a receção dos trigos exóticos; tal estratégia permitiria economizar nos transportes, valorizar o trigo alentejano e proporcionar trabalho na região. A fábrica de Beja articulava-se assim com o edifício maior na Póvoa de Santa Iria e era composta por um edifício central (fábrica), em volta do qual se situava um outro edifício fabril mais pequeno, e estruturas de apoio - armazéns de cereais, mais tarde (década de 50), substituídos por silos em betão, armazéns de produtos, oficinas, tanques de lavagem, escritórios, e a casa de habitação do diretor (1º andar) e do moleiro (r/c). "As máquinas de origem suíça e alemã eram alimentadas por um motor diesel semi-fixo com uma potência de 400 c. v." (38) sendo a manutenção das mesmas feita pela própria fábrica, bem como as sacas para o ensacamento; também a água e os esgotos, ao invés de assentarem numa infraestrutura pública, provinham a água, de furos, e os esgotos, de uma rede particular da própria fábrica. Os trabalhadores da fábrica (Fig.46) distribuíam-se pelos vários serviços, sendo "5 escriturários, 2 moleiros, 3 fiéis de armazém, 2 maquinistas, 2 carpinteiros, 17 ensacadores e pesadores, pessoal de máquina, 10 trabalhadores nas cargas e descargas, 3 guardas, 8 costureiras e lavadeiras e 4 raparigas". (39); porém, como uma das preocupações dos sócios desta firma, tal como os das suas congéneres era a modernização da maquinaria com vista ao aumento de produção/lucros, o número de funcionários foi-se reduzindo, sendo substituídos por maquinaria cada vez mais sofisticada e, aquando do incêndio, a fábrica dispunha de 45 postos de trabalho, "…tudo foi consumido pelo fogo, além de 45 postos de trabalho que estão em perigo de paralisação"(Jornal de Beja). Segundo informação prestada pela viúva do último diretor, engenheiro Franco Urceira, e pela última funcionária do escritório, ainda viva (Sra. Augusta), foi proposto pelos administradores da empresa (Madeira Rodrigues e João Reis) aos funcionários que pretendessem continuar a trabalhar, a possibilidade de se transferirem para a empresa "Prazeres e Irmãos Sucessores Lda " em Castro Verde, ou para a fábrica da Póvoa de Santa Iria, ainda em funcionamento, embora por pouco tempo, dado que tal como a de Beja, iria ser destruída por um violento incêndio em meados da década de 80.

---

(38),(39) - In Guimarães, Paulo Eduardo, (2006), Elites e Indústria no Alentejo no (1890 – 1960) Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, p. 175.



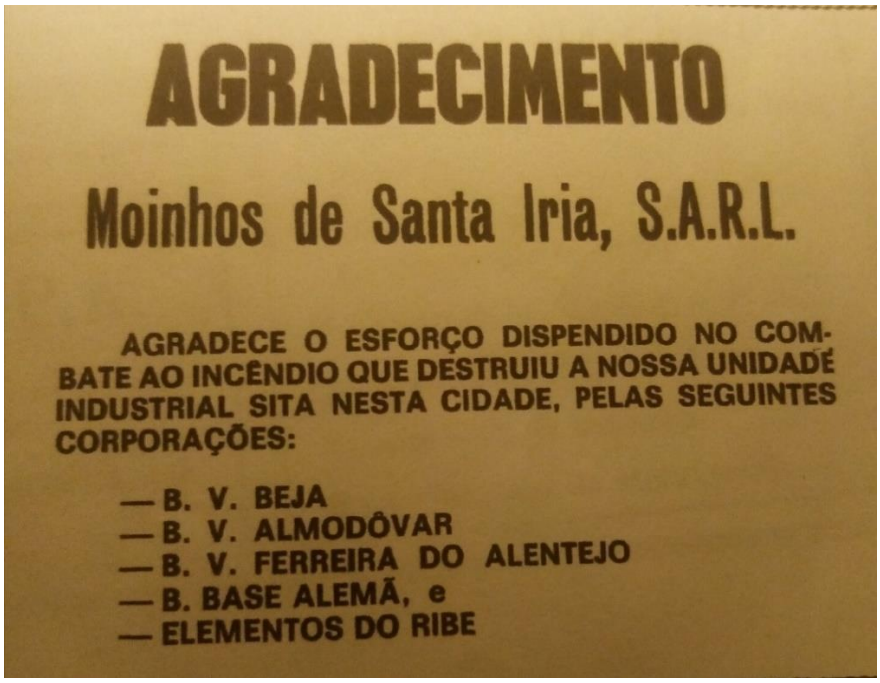
(Fig. 46) – Trabalhadores da Fábrica na década de 20
(cedida pelo arquivo da Biblioteca Municipal de Beja)

No dia 18 de julho de 1981, pouco depois das 15 H, deflagrou em Beja um violento incêndio nos Moinhos de Santa Iria, facto já anteriormente referido, e que terá partido do 2º piso do bloco lateral independente apenas ligado ao bloco central da fábrica por uma pequena ponte de ferro por onde circulava um sem-fim (Fig.47), que na altura transportava sacos que terão sido o agente de propagação do fogo para este edifício de três pisos, onde, chão e escadarias eram revestidos de madeiras, fator propício à rápida expansão das chamas, para além do óleo das máquinas e do calor intenso de um dia de julho no Alentejo, acrescido do vento que se fazia sentir. Segundo o Jornal de Beja, semanário da altura, todo o edifício, à exceção da secção de limpeza, foi destruído pelo fogo, incluindo máquinas, cereais e outros bens, escapando, contudo, os moinhos que apenas precisaram de algumas reparações e limpeza, devido à infiltração de água durante a operação de salvamento.

Dada a violência do sinistro, colaboraram no combate às chamas, várias corporações de Bombeiros – os Bombeiros Voluntários de Beja, os Bombeiros da Base Alemã em Beja, os Bombeiros Voluntários de Almodôvar, Bombeiros Voluntários de Ferreira do Alentejo, militares do Regimento de Infantaria de Beja e populares que terão ajudado os bombeiros a salvar a secção de limpeza.



(Fig. 47) – Edifício do lado esquerdo, onde terá iniciado o incêndio, passando para o edifício central através de um sem-fim que passava pela ponte de ferro, que na altura transportava sacas de sémola.



AGRADECIMENTO

Moinhos de Santa Iria, S.A.R.L.

AGRADECE O ESFORÇO DISPENDIDO NO COMBATE AO INCÊNDIO QUE DESTRUIU A NOSSA UNIDADE INDUSTRIAL SITA NESTA CIDADE, PELAS SEGUINTES CORPORAÇÕES:

— B. V. BEJA
— B. V. ALMODÔVAR
— B. V. FERREIRA DO ALENTEJO
— B. BASE ALEMÃ, e
— ELEMENTOS DO RIBE

(Doc. 4) – Agradecimento público da administração da empresa às Corporações de Bombeiros e RIBE (Jornal de Beja, nº 53, de 24 de julho de 1981)



AGRADECIMENTO

Moinhos de Santa Iria, S.A.R.L.

AGRADECE RECONHECIDA A TODA A POPULAÇÃO DE BEJA O AUXÍLIO GENEROSAMENTE PRESTADO NO COMBATE AO VIOLENTO E TRÁGICO INCÊNDIO QUE NO DIA 18-7-1981 DESTRUIU A NOSSA UNIDADE INDUSTRIAL SITA NESTA CIDADE.

(Doc. 5) – Agradecimento público da empresa à população de Beja

(Jornal de Beja nº 53 de 24 de julho de 1981)

Ao local ter-se-á deslocado com a maior brevidade possível um dos administradores da empresa – Madeira Rodrigues e o Presidente da Câmara.

Terminava assim, o melhor pólo industrial da cidade, restando dele um edifício fabril em elevado estado de degradação e abandono, à espera da reabilitação, que teima em não chegar ou, provavelmente, da demolição que apagará da memória dos pacenses o complexo mais significativo do património arquitetónico industrial de Beja.

Adquirido pela Câmara em 2001, e tendo passado pelo seu executivo vários presidentes, de vários quadrantes políticos, até hoje, nenhum projeto de reabilitação foi pensado por este órgão administrativo, para esta unidade industrial, a pretexto dos elevados custos de uma obra desta natureza, que retiram à autarquia a possibilidade de investimento na preservação do antigo e decrépito edifício de moagem da cidade.

5.2. LEITURA ARQUITETÓNICA DO COMPLEXO

Localizada entre a rua da Lavoura, frente ao antigo Lavadouro Público, a Sul, e o cais de mercadorias do Caminho de ferro, a Norte, a fábrica, objeto de estudo desta dissertação, é constituída por sete corpos, um deles à direita do edifício principal, não referenciado na planta de terreno cedida pela Câmara, e já anteriormente apresentada no ponto 1.1. do Capítulo I. Todos eles se encontram, como atrás referido, em adiantado estado de degradação, embora de momento ainda seja possível a sua recuperação.

Tratando-se de uma unidade fabril de moagem do início do séc. XX, em que o sistema de produção austro-húngaro dava já provas da sua eficácia noutras fábricas portuguesas, a fábrica de Beja que iria laborar com o mesmo modelo, obedeceria a uma tipologia arquitetónica de fábrica de pisos, idêntica às suas congéneres, permitindo que as várias fases do fabrico da farinha se processassem em cadeia, albergando cada piso a sofisticada maquinaria de cada fase do processo de moagem. Assim sendo, o corpo principal do conjunto, onde ocorria a transformação do cereal em farinha, constituído por, rés/do/chão e três pisos, apresenta robustas fachadas de alvenaria de tijolo maciço e reboco (Fig.48) (como convém a um edifício industrial de moagem, que alberga pesadas máquinas e é submetido a constantes vibrações decorrentes do funcionamento permanente das mesmas), cortadas por fenestrações em todos os pisos que permitiam o aproveitamento da luz, sendo as janelas centrais da fachada posterior, virada para o espaço interior da unidade, portas-janelas que se abrem para varandas de sacada em ferro forjado. A estrutura, composta por pilares e vigas de betão que se apoiam nas paredes, e onde assentavam os pavimentos em soalho de madeira (Fig.49), permitia a criação de espaços amplos, requisito fundamental para a instalação de extensos e pesados maquinismos articulados entre si.



(Fig.48) – Fachada lateral de alvenaria de tijolo maciço e reboco.



(Fig.49) – Fotografia da estrutura de pilares e vigas de betão, onde assentavam os pavimentos de soalho de madeira.

A escadaria lateral que ligava todos os pisos era, tal como os pavimentos, em madeira, como se pode observar pela fotografia (Fig.50).



(Fig. 50) – Escadaria lateral

A cobertura deste edifício, e a de todos os outros que fazem parte do complexo, é de duas águas, assente em vigamento de madeira, e era revestida com telhas cerâmicas (como ainda se pode observar no edifício mais pequeno, que se posiciona frente do corpo central, onde a cobertura ainda não abateu, embora ameace a derrocada a qualquer momento) e rematada por platibanda. O outro elemento fabril do conjunto, situado à esquerda do principal, e onde ocorreu o curto-circuito que terá provocado o incêndio, é constituído por r/chão e dois pisos apenas, onde se encontravam moinhos e outro tipo de maquinaria (segundo informação da funcionária administrativa - D. Augusta), tendo entre o 1º e o 2º piso uma pequena ponte de ferro com um sem-fim, por onde passavam os sacos para o corpo principal e que ainda hoje se mantém. Fachadas, fenestração, estrutura e cobertura deste edifício são idênticas às do corpo central e encontram-se em igual estado de degradação. Os restantes edifícios da unidade, eram estrutu-

ras de apoio que garantiam o funcionamento da fábrica como, dois armazéns, e um outro edificado, junto aos silos, onde eram cozidas e lavadas sacas e guardado material de limpeza, encontrando-se os serviços administrativos no pequeno edifício em frente do corpo central. Todos eles têm apenas r/c e apresentam elementos e materiais construtivos idênticos aos dos restantes elementos deste complexo industrial, destacando-se pela altura, volumetria e formas geométricas puras, a estrutura de silagem, elemento fundamental ao desempenho da fábrica e que se articula com o caminho de ferro. O edificado foi pintado de amarelo, cor que, apesar do incêndio e da passagem do tempo se mantém, dando ao conjunto, juntamente com a singularidade compositiva, um caráter identitário, que o destaca da restante paisagem urbana, onde a aparente uniformidade arquitetónica é transmitida pela altura e brancura das fachadas.

PARTE II

1. A PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO E A REVITALIZAÇÃO URBANA

De entre os objetivos que nortearam a escolha do objeto de estudo desta dissertação, destaca-se como já anteriormente foi referido, a intenção de "salvar" o edifício da Fábrica de Moagem de Beja, do início do século passado, (atualmente em adiantado estado de ruína), não apenas pela sua singularidade, como também pelo valioso contributo prestado na história económico-social da cidade. Porém, não se pretende apenas salvaguardar este complexo arquitetónico, com vista a garantir a sua longevidade, ou a manter a memória coletiva, torna-se imperativo restituir-lhe vida, pois sem ela, a conservação do património ficará desprovida de sentido. Para tal, a par da recuperação material, assente num compromisso entre o passado e o presente, e tendo em conta o potencial do conjunto, a proposta privilegiou a reutilização do edifício, em moldes multifuncionais adaptados às novas realidades e necessidades da região, atribuindo-lhe o papel de propulsor de desenvolvimento económico e sócio-cultural, ao serviço da comunidade local, promovendo a melhoria dos laços da população ao lugar.

Para além da valorização do ambiente construído e da relação deste com a envolvente urbana, foi ainda intenção deste desafio, contribuir para a qualificação do espaço integrante da fábrica, tornando-o promotor do bem-estar físico e psicológico.

Após a fase de investigação e análise teórica, passou-se á vertente prática – proposta de reabilitação da fábrica, que pretendeu respeitar e por em prática as orientações arquitetónicas anteriormente adquiridos, e que devem nortear um trabalho desta natureza, com vista à concretização dos objetivos propostos, e anteriormente apontados.

Levar a bom porto esta proposta, não foi tarefa fácil quando faltavam todos os requisitos documentais para a sua consecução - plantas, escrituras, pontos de orientação e informação, contudo, mesmo na ausência de documentos que comprovassem a legitimidade da posse do edifício, caracterização e localização de maquinaria, de plantas que permitissem ter acesso à informação da organização do espaço interior, num "terreno" desconhecido onde tudo faltava, apenas a vontade de criar um projeto que impedisse o desaparecimento de um edifício único que fez parte de uma época e da história económica e social duma região e de um povo, permanecia sólida.

Como ponto de partida para esta vertente prática, foram feitas várias visitas presenciais à fábrica, acompanhadas de registo fotográfico, a fim se poder observar e avaliar a viabilidade do projeto e ponderar o tipo de novas funcionalidades que se poderiam articular aos condicionalismos existentes. Concluiu-se que, embora em avançado estado de ruína, é ainda possível pensar em recuperação dos edifícios, desde que urgente, dado que o passar do tempo, intempéries, amplitudes térmicas acentuadas e temperaturas excessivamente altas no Verão, contribuem para acelerar a degradação, correndo-se o risco da inviabilidade de qualquer projeto de reabilitação deste imóvel. Dele, apenas restam as fachadas, que, embora em mau estado, ainda permitem o restauro; no interior, é possível observar a estrutura, tipo de materiais construtivos, e leves apontamentos sobre a organização do espaço, como a localização da escadaria no edifício central, sendo impossível percecionar qualquer outro tipo de divisões. A cobertura, embora já inexistente na maior parte dos edifícios, permite deixar perceber o tipo de estrutura e materiais em que assentava. Perante tais constrangimentos, e sem qualquer planta de interior, assumiu-se a posição de partir de um espaço totalmente livre, de desenvolver uma reconstrução profunda, que permitisse reinventar a finalidade da estrutura e criar soluções arquitetónicas adequados às novas funcionalidades, ainda que harmonizadas, dentro do possível, com as pré-existentes (neste caso, respeitando o tipo de estrutura e o número de pisos), e conjugando com novos materiais construtivos. A proposta pauta-se assim num compromisso de conciliação entre critérios de exigência, de sustentabilidade e de conforto impostos pela arquitetura contemporânea e, o edificado pré-existente, a realidade urbana e a comunidade em

que se integra, para a criação de novos espaços, com vista à implementação de novos usos, não apenas de vertente económica, mas, privilegiando os campos social e cultural.

Construída na "zona de fronteira" entre os férteis campos de lavoura de trigo e a cidade, de traços tipicamente rurais, a Fábrica, edifício extenso e robusto, reflete os métodos construtivos e a linguagem arquitetónica de finais de séc. XIX, princípios do séc. XX, e das funções moageiras a que se destinava, ao ser construído com rés-do-chão e três pisos - corpo central, e o corpo lateral, por rés-do-chão e dois pisos, adequados às várias fases de produção de farinhas. Situa-se estrategicamente, entre a linha de caminho-de-ferro, e a rua da lavoura, onde se encontravam armazéns de produtos ligados à agricultura e à pecuária, como se pode verificar na fotografia aérea abaixo apresentada (Fig. 51).



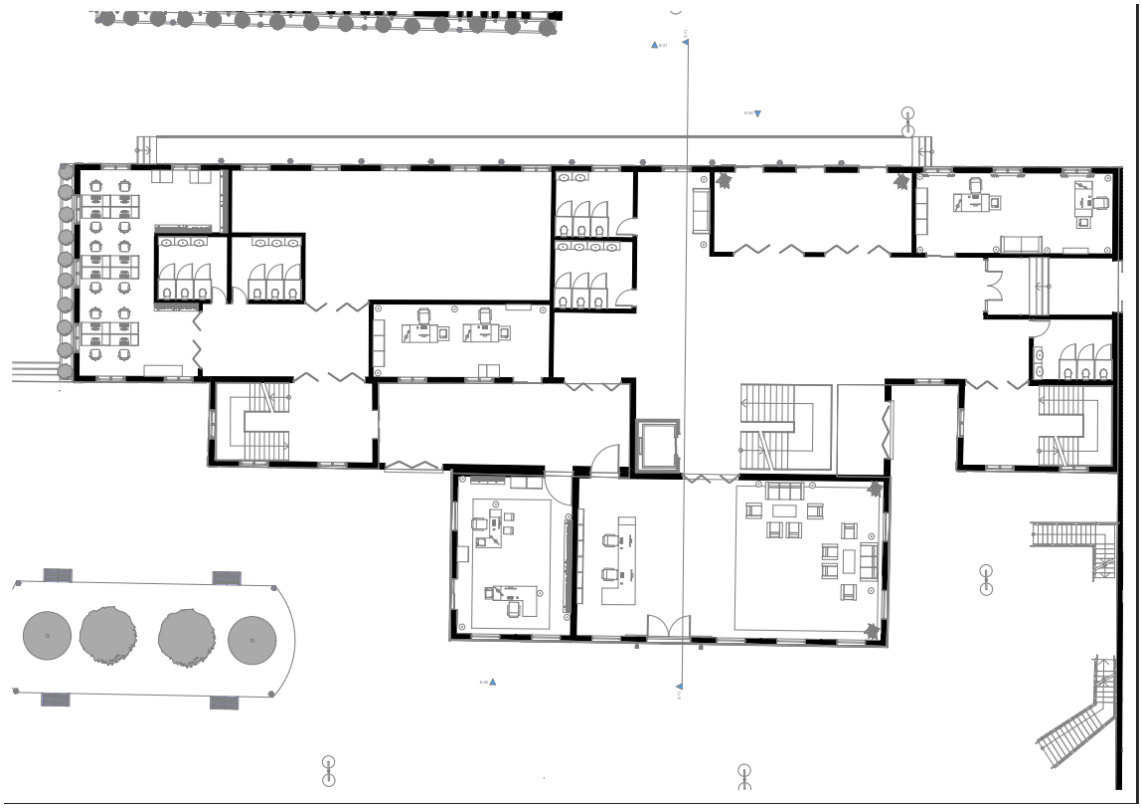
(Fig. 51) – fotografia aérea do terreno

Indústria de grande porte, o complexo edificado é constituído por dois grandes edifícios estruturados em betão, de alçados em alvenaria e pisos de madeira (pinho). A ausência de desenhos técnicos e a destruição do interior permitiu a criação de novos espaços interiores destinados a novos usos consoante as necessidades da cidade.

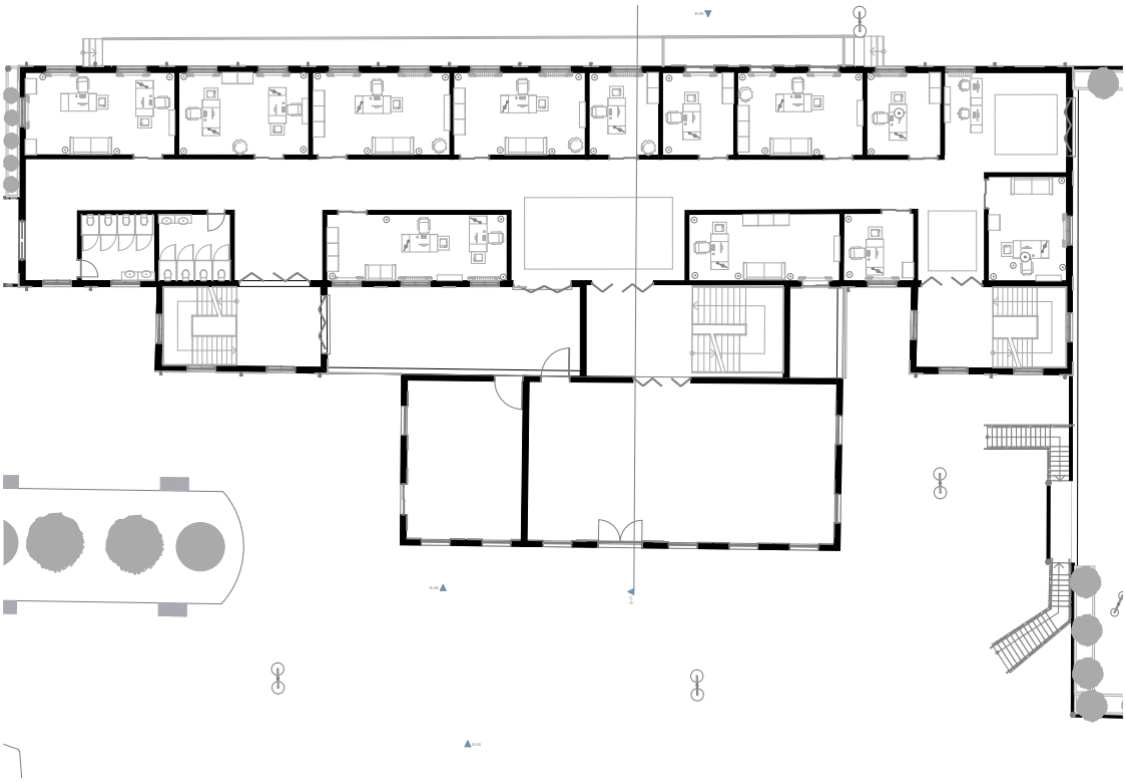
Esteve presente neste programa, a intenção de manter dentro nos edifícios existentes a materialidade original, madeira nas lajes e alvenaria nas fachadas, bem como nas divisões interiores. O objetivo desta proposta é criar empregabilidade, dinamismo sócio-económico e cultural na cidade, colmatando a inexistência de espaços funcionais nestas áreas

O edifício 1 alberga o pequeno edifício de entrada, onde se situava e igualmente passará a situar, um dos escritórios dos serviços administrativos, e a zona de receção. No rés-do-chão (Fig. 52) instalar-se-ão os restantes escritórios da mesma área, bem como gabinetes técnicos de várias vertentes económicos, e espaço de exposições temporárias, com acesso às garagens. O 1º piso (Fig.53) será destinado exclusivamente a escritórios para serviços múltiplos. O 2º piso (Fig.54) foi pensado com vista à criação de ateliers de Artes, Arquitetura e Engenharia, enquanto o 3º piso (Fig.55) espaço aberto, de duplo pé direito, faz ligações diretas ao 4º piso (cobertura), (Fig.56), apresentando espaçadamente três mezaninos, sendo um deles destinado a informática; os restantes, terão a função de coworking, à semelhança de todo o 3º piso, onde se instalará também uma cafeteria.

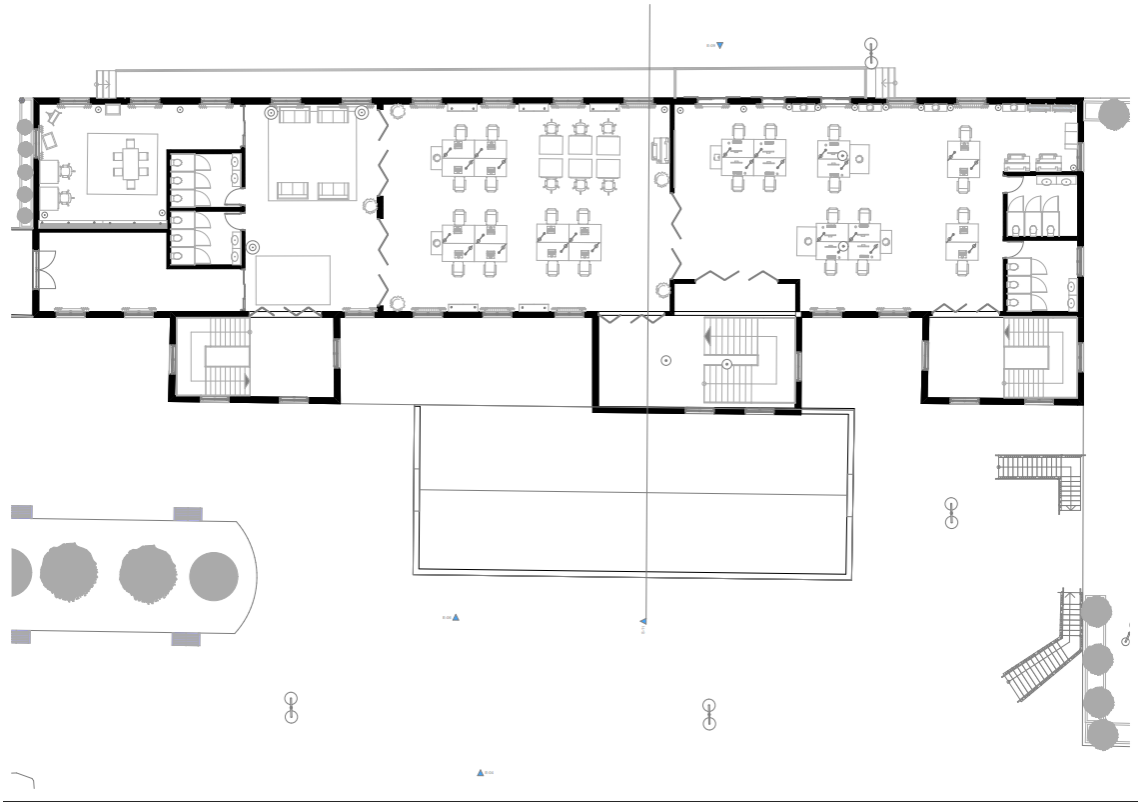
EDIFÍCIO 1 - (central)



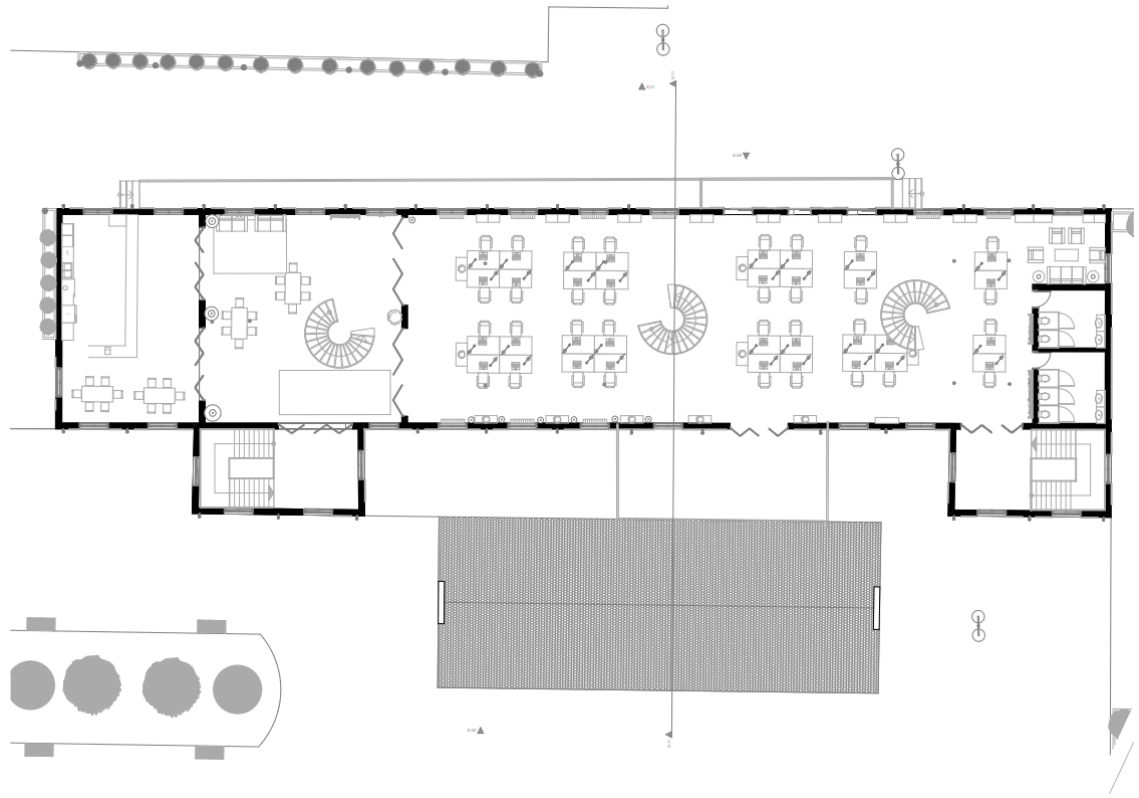
(Fig. 52) – Autor: André Mesquita - Planta do rés-do-chão do Edifício 1 – Esc. 1: 200



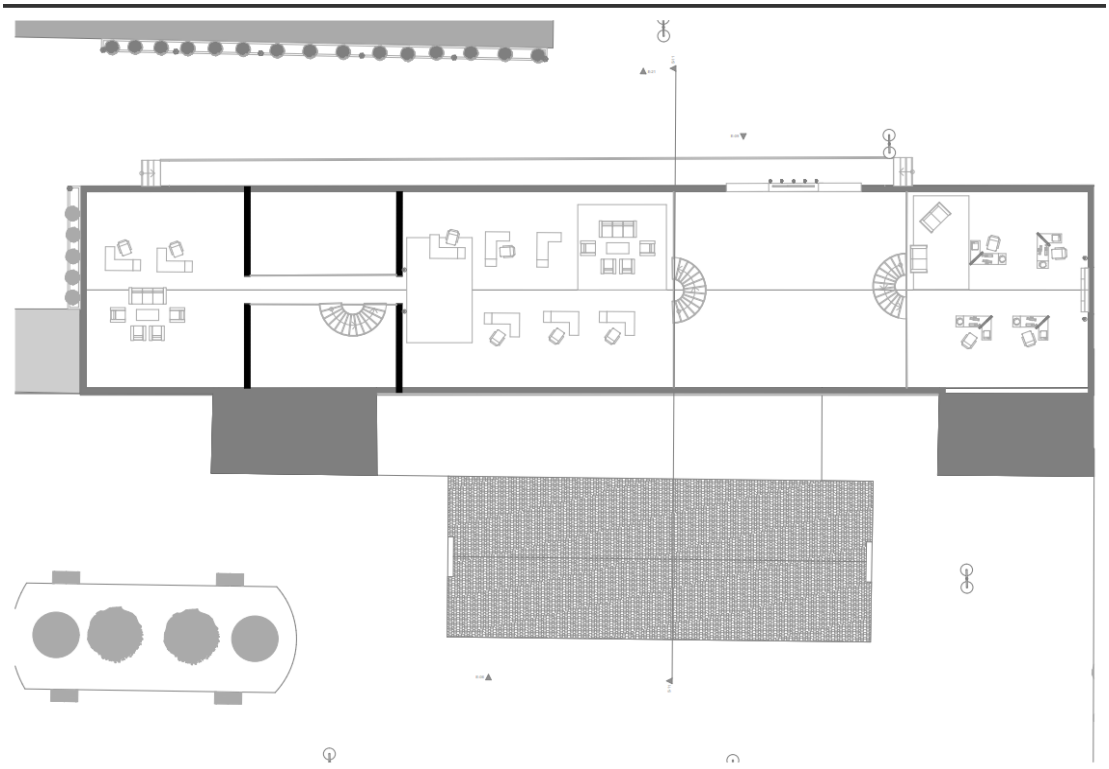
(Fig. 53) – Autor: André Mesquita - Planta do 1º piso do Edifício 1 – Esc. 1: 200



(Fig. 54) Autor: André Mesquita - Planta 2º piso – Esc. 1:200



(Fig. 55) Autor: André Mesquita - Planta do 3º piso – Esc. 1:200



(Fig. 56) Autor: André Mesquita - Planta 4º piso/cobertura -Esc. 1:200



(Fig. 57) 4º piso/cobertura



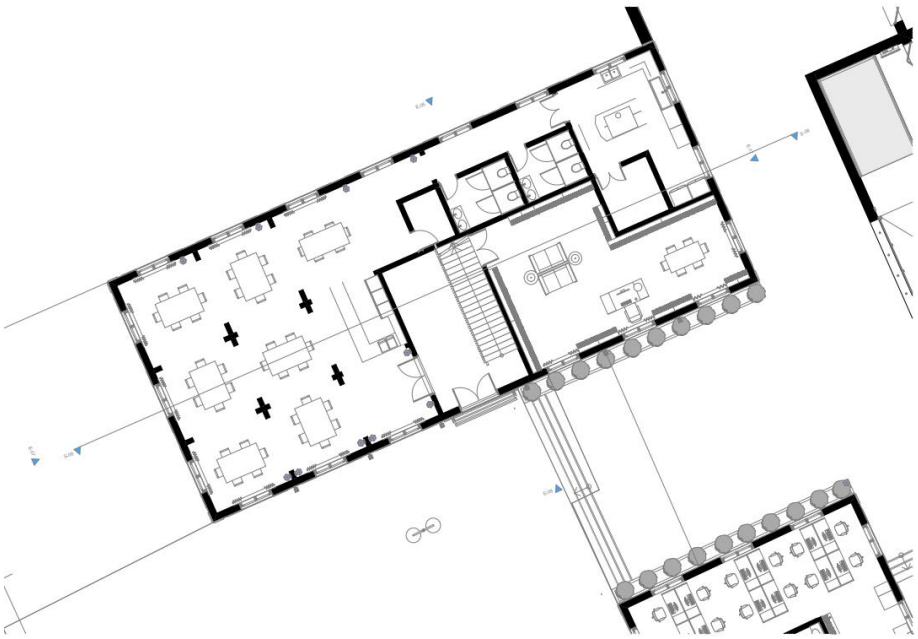
(Fig. 58) Espaço de coworking 3º piso

EDIFÍCIO 2

Este edifico é destinado a espaços de cultura e lazer, bem como entretenimento. No rés-do-chão (Fig. 59) situar-se-ão:

- Restaurante (Fig.60) constituído por arcadas de volta perfeita em tijolo maciço, material original de todo o complexo fabril, num compromisso com a materialidade do passado da fábrica.
- Livraria contendo obras específicas para os vários cursos académicos oferecidos pelo Instituto Politécnico, dado que atualmente a cidade não possui qualquer equipamento desta natureza, tendo os estudantes que recorrer a livrarias de outras cidades ou à aquisição destes bens pela Internet.

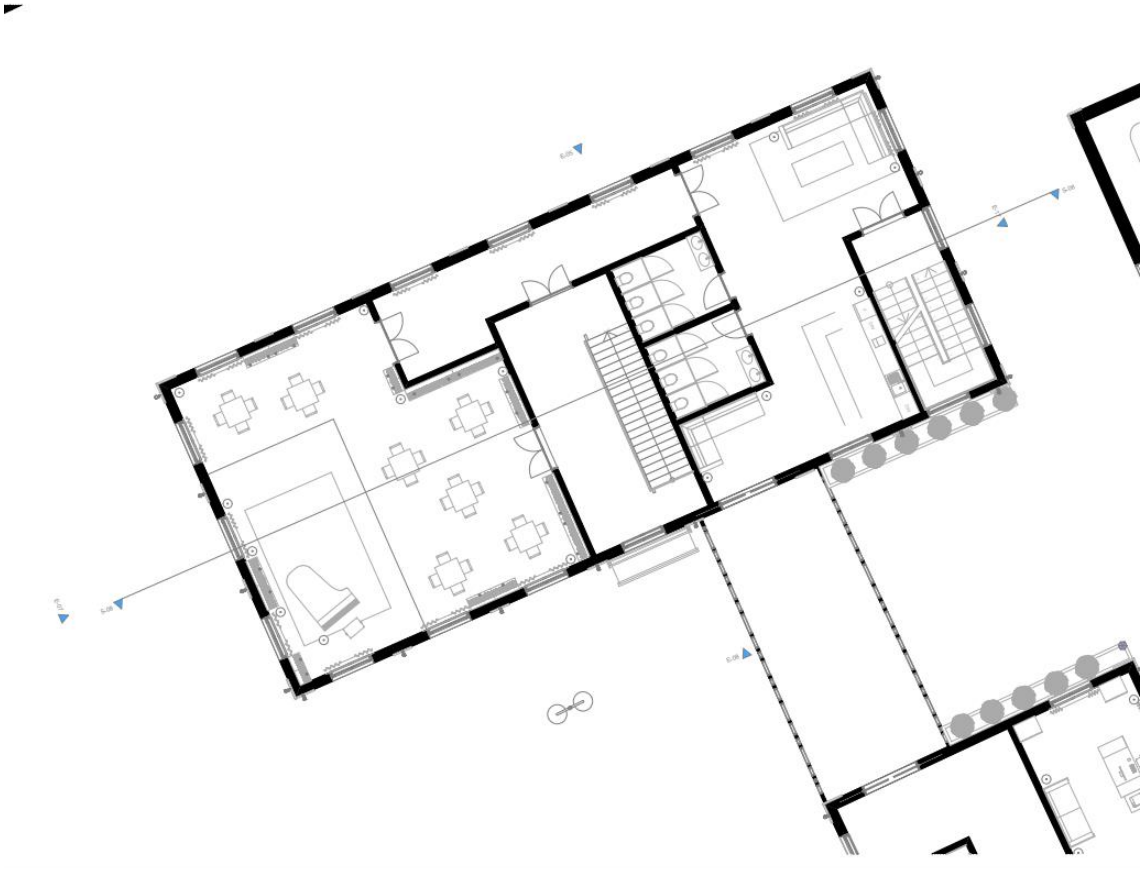
No 1º Piso (Fig.61) foram criados espaços para uma pequena sala de concertos, e um bar, enquanto o 2º piso dá lugar a uma sala maior de concertos com bar próprio (Fig.62), destinada ao entretenimento noturno, dado que não existe este tipo de espaços atualmente em Beja. Este possui pé direito duplo, com um mezanino (Fig.63) de estrutura de madeira (pinho) que dá lugar a duas varandas na cobertura, com o intuito de proporcionar luz natural ao interior, tal como todas as janelas deste espaço (cobertura), circulação de ar e de permitir o acesso de fumadores ao ar livre, dada a restrição desta prática (fumo), em ambientes fechados.



(Fig. 59) Planta do Rés-do-Chão do Edifício 2 – Esc. 1:200



(Fig. 60) Restaurante no rés-do-chão do Edifício 2



(Fig. 61) Planta do 1º piso do Edifício 2 – Esc.1:200



(62) – Sala de concertos com bar



(Fig. 63) – Mezanino sobre a sala grande de concertos

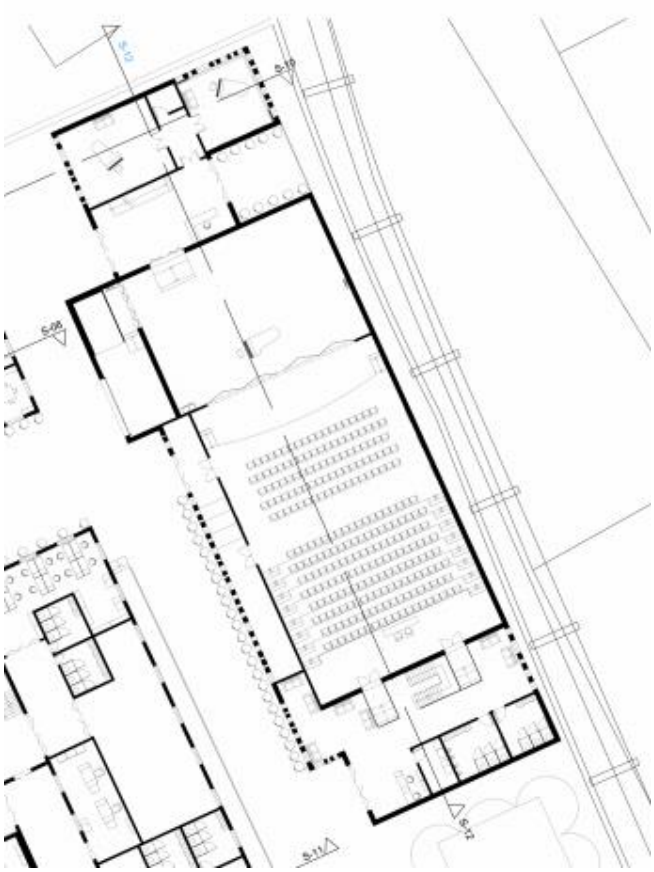
AUDITÓRIO

Situa-se no espaço do atual armazém em ruína, que não se enquadra nas novas funções, tendo por isso que se proceder à sua demolição, construindo-se um novo espaço de raiz que dará lugar a um grande auditório com palco preparado para orquestra, podendo ser usado para sala de ensaio de orquestra do conservatório, dado que esta escola não possui um espaço adequado para esta finalidade.

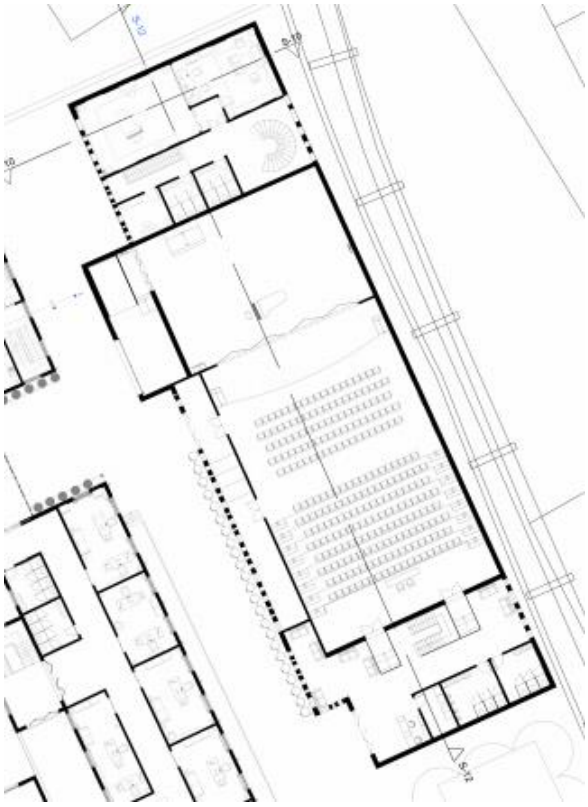
Foram também pensadas, à parte, salas de ensaio para os músicos da cidade, e dois estúdios de gravação, um pequeno e um grande, por não existirem em Beja, este tipo de equipamentos.

Neste grande auditório particularizam-se as funções do palco que, para além de desempenhar a normal uso a que é destinado, possui portas dobráveis em madeira que, isola este espaço, permitindo-lhe desempenhar outras possibilidades como, sala de ensaios de orquestra de Conservatório, aulas de Ballet, ou até para as Universidades, enquanto área de estudo de luz, som, e demais atividades relacionadas com palco. O palco tem acesso ao edifício dos estúdios e ao exterior, pela garagem das cargas; esta, possui um elevador(monta-cargas), de acesso único ao piso superior, destinado exclusivamente a material de palco, aliviando assim o amontoado de materiais nos laterais do mesmo. O espaço do auditório contempla também uma cafeteria.

Todos estes espaços foram pensados tendo em conta o conforto e bem-estar da população local, sem contudo, se perderem traços da identidade do complexo pré-existente.



(Fig. 64) Auditório - planta rés-do-chão



(Fig. 65) Planta do 1º piso

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem chega a Beja, vindo pela estrada de Serpa ladeada de densos olivais, ou até mesmo de comboio, depara-se inevitavelmente com o ainda imponente edifício da fábrica de moagem de Beja, apesar do seu avançado estado de degradação, tornando-se impossível não reparar nele, ou até mesmo ignorá-lo. Construído na "linha de fronteira" entre os campos de trigo que na altura, chegavam até à periferia da cidade e a área urbana, e articulando construção industrial, estrutura de silagem e caminho-de-ferro, este complexo em ruína, paradigma de uma época em que a aposta no ideal de autarcia assentava na cultura trigueira, e referência histórica da atividade agroindustrial da região, iniciou, após o incêndio que forçou a extinção da sua atividade moageira, uma preocupante fase de abandono e decrepitude que se arrasta até hoje, permanecendo, por enquanto, como símbolo de um passado industrial recente, das vivências da população local, e como elemento identitário da cidade. Num Alentejo atual onde a rápida reconversão de culturas transformou o universo agrícola, a obsoleta fábrica de moagem corre o risco da demolição, perdendo-se uma parte da história da cidade.

A fim de se evitar que este edifício industrial tenha igual sorte à que grande parte do património histórico da cidade teve no séc. XIX, com o Visconde da Ribeira Brava, criando mais um hiato na memória histórica e identidade da cidade, através da destruição do património construído, cabe à arquitetura, enquanto força interventiva, salvar este edifício industrial, contribuindo para a sua requalificação, restituindo-lhe vida económica e social, trazendo-o da ruína para a prosperidade, transformando-o num espaço promotor de riqueza e crescimento económico para a cidade, que se confronta com o problema do desemprego, enfraquecimento do comércio local, indústria incipiente e falta de espaços de cultura e lazer. Mas, a responsabilidade de "salvar" este tipo de edificado não cabe apenas à arquitetura mas à vontade política do poder local que, até ao momento, talvez pela necessidade de resolver outras questões, consideradas prioritárias ou, pelos avultados custos da obra, secundarizou este problema.

Terá sido toda esta problemática e a vontade de revitalizar este complexo industrial de forma a que ele volte a ter um papel potencializador de uma regeneração urbana, que alavancou este projeto.

A investigação espácio-temporal e concetual foi o suporte desta proposta, que constituiu um grande desafio, ajudando não apenas a enquadrar o objeto de estudo, como a encontrar a metodologia adequada ao diálogo com estes espaços, como ainda a tentar conciliar a identidade

arquitetónica dos edifícios (recuperando a imagem exterior, dado que do interior pouco resta), com novas dinâmicas, adaptados à vida atual, embora respeitando o lugar, através da adoção de contemporâneas práticas de reabilitação/requalificação. Dada a destruição do interior dos edifícios e a inexistência de desenhos técnicos, bem como de outras fontes de informação que permitissem uma leitura correta do programa inicial, tornou-se necessário repensar estes espaços em função do que resta da forma construída, e do contexto sócio-económico da comunidade, de forma a que as novas soluções se ajustem às necessidades detetadas, numa perspetiva de futuro, comprovando a plasticidade formal e a capacidade funcional que este complexo industrial oferece, ao permitir dotá-lo de condições necessárias a uma complementaridade de novos usos ao serviço da população, bem como a capacidade de requalificar e revivificar a zona envolvente, contribuindo para a valorização do tecido urbano, e perpetuando a imagem da cidade.

Será por último de destacar as vantagens das práticas da reutilização de espaços industriais, em alternativa à demolição, enquanto propulsores de uma revitalização económica, cultural, e de qualidade de vida dos seus habitantes, conciliando a preservação do passado com as exigências socioeconómicas da contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Pilar, GIL, Alberto, Alentejo,(Coord.Editorial:Francisco Bagiele) Everest Editora.

AGUIAR, José, HENRIQUES, Fernando (1994), O Problema da Cor na Conservação e Reabilitação do Património Urbano, LNEC, Lisboa.

ALVES, Gille (1999), "O Património industrial – um território promissor", in: Património – Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais.

AMARAL, Ferreira do, (1966), A Industrialização em Portugal, Fundação EDP, Lisboa.

AMARAL Luciano, (1996), Política e Economia; O Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC, ANÁLISE SOCIAL, Quarta Série, vol.XXXI (136-137) História Empresarial em Portugal.

APPLETON, João, (2003) Reabilitação de edifícios Antigos, Patologias e Tecnologias de Intervenção, 1ª Edição, Edições Orion, Amadora.

APPLETON, João (2007), Reabilitação Urbana e tecnologias de intervenção. Arquitetura Ibérica 19. Reabilitação, Casal de Cambra, Caleidoscópio, ISBN: 978-989-8010-66-7.

ARGEL, David, MARQUES, Helena Guerreiro, (**s.d.**), Quatro Décadas de Beja, Uma Busca das Bruscas Transformações 1950 – 1989, Edição da Câmara Municipal de Beja.

BARBOSA, João Manuel Pires, (2012), Serpa – Musibéria, Centro Internacional de Músicas e danças do Mundo Ibérico. Disponível em: http://www.colecoesfundaçãoedp.edp.pt

BATISTA, Luís Santiago (2010), As ações patrimoniais, Perspetivas críticas. In: Arquitetura e Arte, nº 82/83 Ações Patrimoniais, Futur Magazine, Lisboa.

BATISTA, Fernando Oliveira, (1993), A Política Agrária do Estado Novo, Edições Afrontamento, Lisboa.

Beja Medieval, Os Silos da Avenida Miguel Fernandes (2008), Andrea Martins, César Neves, Vera Aldeias, Vipasca Arqueologia e História, nº2, IIª Série, 2007 p.p. 600 – 609. Disponível em: https://www.academia.edu/1378310/_2008_Beja_Medieval_os_silos_da_Avenida_Miguel_Fernandes

Beja, Olhares sobre a Cidade (1991), Joaquim Figueira Mestre, Edição da Câmara Municipal de Beja.

BENEVOLO, Leonardo (2006), A cidade e o arquiteto, Edições 70, Lisboa. ISBN: 972-44-1332-2.

BRITO, José Maria Brandão de (1989), A industrialização portuguesa, no pós-guerra (1948-1965), Coleção Universidade Moderna, Dom Quixote.

CABRAL, Manuel Villaverde (1976), O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no séc. XIX, A Regra do Jogo, Porto.

CABRAL, Manuel Villaverde (2006), Portugal na Alvorada do Séc. XX, Editorial Presença.

Caracterização do Baixo Alentejo, Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo. Disponível em: https://cimbal.pt/pt/menu/598/caraterizacao-do-baixo-alentejo.aspx

Caracterização Sócio Económica do Distrito de Beja (2008), Maria Teresa Sacristão Cardoso da Silva, Edição REAPN - Rede Europeia Anti-pobreza, Portugal, Núcleo Distrital de Beja. Disponível em: file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/CARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20SOCIO%20ECON%C3%93MICA%20DISTRITO%20DE%20BEJA%20-%202008%20(1).pdf

CARTA DE ATENAS (1933), Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), p.65 Disponível em: https://www.apha.pt/wp-content/uploads/boletim1/CartadeAtenas1933.pdf

CARTA DE NIZNY TAGIL (2003), originado pelo The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), p.1, Disponível em: https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/11/NTagilPortuguese.pdf

CASTRO, Armando de, (1976), A Revolução Industrial em Portugal no séc. XIX, Limiar, Porto.

Catálogo da Exposição, BEJA REPUBLICANA (2019), (Coord.) Constantino Piçarra, Centro Unesco, Beja, Câmara Municipal de Beja.

C**HOAY, Françoise, (2000)**, A Alegoria do Património, Coleção Arte & Comunicação, Edições 70. ISBN 972-44-1037-4

Com o tamanho do tempo, por Beja, onde são maiores as horas e os horizontes (2008), Martinho Marques (texto), António Cunha (Fotografias), Ed. Região de Turismo Planície Dourada.

Concelho de Beja – Evolução da população. Disponível em: https://populacaodistritodebeja.jimdofree.com/beja/

II CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI (2014), Estruturas Industriais Correntes em Desuso – Reutilização ou Ruína?, págs.311/314. Disponível Em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22361/1/ArtigoAtasCongressoInternacional.pdf

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL (1972). Disponível em: https://www.google.com/search?q=conven%C3%A7%C3%A3o+para+a+prote%C3%A7%C3%A3o+do+patrim%C3%B3nio+mundial+cultural+e+natural&client=firefox-b-d&source=lnms&tbm=nws&sa=X&ved=2ahUKEwj0uOaV1OLuAhUhwuYKHW_UCwUQ_AUoAnoECAgQBA&biw=1366&bih=654

CUTILEIRO, José (1977), Ricos e Pobres no Alentejo, Uma Sociedade Rural Portuguesa, Livraria Sá de Costa, Lisboa

DAVEAU, Susanne, (1995), Portugal Geográfico, Edições João Sá da Costa, Lisboa

Decreto Lei nº 22871, de 24 de julho, publicado em: Diário do Governo nº 165/1933, Série I de 1933-07-24.
Cria a Federação Nacional de Produtores de trigo, (FNPT) com sede em Lisboa. Disponível em: https://dre.tretas.org/dre/277648/decreto-lei-22871-de-24-de-julho

Decreto Lei nº 22872, de 24 de julho, publicado em: Diário do Governo nº165/1933, Série I de 1933-07-24.
Estabelece o regime cerealífero. Disponível em: https://dre.tretas.org/dre/277745/decreto-lei-22872-de-24-de-julho

Decreto Lei nº 24185, de 18 de julho, publicado em: Diário do Governo nº 167/1934, Série I de 1934-07-18.
Cria com sede em Lisboa, a Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM) Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/466575/details/normal?filterEnd=1934-12-31&filterStart=1934-01-01&q=1934&jp=true&fqs=1934&perPage=50

Decreto Lei nº 663/76. Publicado no Diário da República nº181/1976, Série I de 1976-08-04
Institui as empresas públicas Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC) e Instituto de Cereais, e aprova os seus estatutos. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/429776/details/maximized?filterEnd=1976-12-31&filterStart=1976-01-01&q=1976&perPage=100&fqs=1976

Decreto Lei nº 572-A/99 de 29 de dezembro, publicado no Diário da República nº 301/1999, Iº Suplemento, Série I-A de 1999-12-29.
Determina a dissolução e regula a liquidação da EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais S.A. Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/425935/details/maximized

Decreto Lei nº 39634 de 5 de maio, publicado no Diário do Governo nº 97/1954, Série I de 1954-05-05.
Promulga a revisão do regime de condicionamento estabelecido para as diferentes indústrias e modalidades condicionadas. Disponível em: https://dre.tretas.org/dre/274256/decreto-lei-39634-de-5-de-maio

Diagnóstico Social do Concelho de Beja (2019), Câmara Municipal de Beja. Disponível em: https://cm-beja.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Divis%C3%A3o%20Desen%20e%20Inov%20Social/Desenvolvimento%20Social/Rede%20Social/DIAGNO%CC%81STICO%20SOCIAL%20%20CONCELHO%20BEJA%20VF%2010_12_19.pdf

Distrito de Beja luta por melhores acessibilidades, (2019), Luís Lourenço (Lusa), Semanário Diário do Alentejo de 10 de setembro. Disponível em: https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/8226/distrito-de-beja-luta-por-melhores-acessibilidades.aspx.

Distrito de Beja com maior comunidade tailandesa do país. Disponível em: https://www.radiopax.com/distrito-de-beja-com-maior-comunidade-tailandesa-do-pais/

Divisões Administrativas de Portugal – Geopalavras (2010). Disponível em: https://www.geopalavras.pt/2010/09/divisoes-administrativas-de-portugal.html zx

Edifício da ESTIG premiado. Disponível em: https://alvitrando.blogs.sapo.pt/edificio-da-estig-de-beja-premiado-2666219

Equipamentos escolares em Beja. Disponível em: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&tbs=lf:1,lf_ui:2&tbm=lcl&q=Equipamentos+escolares+em+Beja&rflfq=1&num=10&sa=X&d=2ahUKEwj0Pfjtu7uAhUzo3EKHScaC7oQjGp6BAgCEFw&biw=1366&bih=598#rlfi=hd:;si:,37.993722986439685,-7.768436180078126;mv:[[38.0297276,-7.776592499999999],[37.9835478,-7.9223282]]

FERNANDES, José Manuel (2003), Arquitetura e Indústria em Portugal no séc.XX, Secil, Lisboa

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto, (2005), Farinhas, Moinhos e Moagens, Âncora Editora. ISBN: 9789727800063.

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto, Um Século de Moagem em Portugal de 1821 a 1920, Das Fábricas às Companhias e aos Grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5294.pdf

FIGUEIRA, Jorge (2005), Agora que está tudo a mudar: arquitetura em Portugal, Casal de Cambra, Caleidoscópio, ISBN: 972-8801-70-X

FIGUEIRA, Jorge, MILHEIRO, Ana Vaz (2005) "O fim da fábrica, o início da ruína", in: A Arquitetura da Indústria 1925-1965. DOCOMOMO Ibérico, Barcelona.

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge (1999), Caminho do Oriente, Guia do Património Industrial, Livros Horizonte, Lisboa.

Geografia de Portugal (2005), (Dir.) Carlos Alberto Medeiros, Vol.3, Atividades Económicas e Espaço Geográfico, Círculo de Leitores. Lisboa.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2006), Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960), Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo, Edições Colibri e CIDEHUS – Universidade de Évora.

História da Cidade – Município de Beja. Disponível em: https://cm-beja.pt/pt/menu/587/historia-da-cidade.aspx

História de Portugal, Antes de Portugal, (dir. José Mattoso), (1993), Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa.

História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890), (dir. José Mattoso), (1993), Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa.

História de Portugal, (dir. José Hermano Saraiva) (1983), Vols. I e II, Publicações Alfa, Lisboa.

História de Portugal, (dir. José Hermano Saraiva) (1983), Vol. VI, Publicações Alfa, Lisboa.

História da Primeira República Portuguesa, (2009), (Coord.) Fernando Rosas, Maria Fernan-Da Rollo, Tinta da China Edições, Lisboa.

Identidade, tempo e memória (2012), Reflexão sobre o processo de reabilitação em edifícios de valor patrimonial. Dissertação de mestrado. Ricardo Mendes Freitas. FAUP. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80341/2/23653.pdf

INFANTE, Sérgio (2001), *Autenticidade, Continuidade e Mudança,* Arquitetura e Vida, nº 15, Lisboa.

LE CORBUSIER (1995), *Vers une architeture*, Champs arts, Collection Architectures, Flammarion, Paris.

Lei nº 11 – A/2013 in: Diário da República nº19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28, Reorganização administrativa do território das freguesias. Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/373798/details/maximized

LUCERNA, Manuel de Lucerna (1978), Sobre os organismos de coordenação económica ligados à lavoura in*: Análise Social,* Vol. XIV, 817-80.

Mais de metade dos imigrantes tailandeses vivem em Beja. Disponível em: https://www.dn.pt/pais/mais-de-metade-dos-tailandeses-vivem-em-beja-11073771.html

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (1997), *O Sabor da Terra, Baixo Alentejo*, Círculo de Leitores.

MAYER, Ruy (1938), *Estabelecimento de silos para trigo em Portugal*, Lisboa.

MEDEIROS. Fernando (1978), A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo, A Regra do Jogo, Lisboa.

MUSIBÉRIA. Disponível em: https://www.cm-serpa.pt/pt/menu/398/musiberia.aspx .

O Concelho de Beja – IPBeja. Disponível em: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=O+concelho+de+Beja

Plano Diretor Municipal de Beja. Disponível em: https://cm-beja.pt/pt/menu/384/plano-diretor-municipal-pdm.aspx

População do Distrito de Beja. Disponível em: https://populacaodistritodebeja.jimdofree.com/o-distrito/1-n%C3%BAmero-de-habitantes/

Portaria 359/92 de 22 de abril, in: Diário da República nº 94, Série I-B de 1992-04-22, Ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Beja de 6 de dezembro de 1991, que aprovou o respetivo Plano Diretor Municipal. Disponível em: https://dre.tretas.org/dre/42759/portaria-359-92-de-22-de-abril

Reabilitação de antigos edifícios industriais, in: Diagnóstico e avaliação do potencial da reabilitação de antigos edifícios industriais (2012), Cap. III. Dissertação de João António Almeida Estêvão. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3520/4/Cap.%203..pdf

Reabilitação da antiga Fábrica dos Leões em Évora. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-175470/reutilizacao-da-antiga-fabrica-dos-leoes-departamento-de-arquitetura-e-artes-visuais-slash-ines-lobo-arquitectos-plus-ventura-trindade-arquitectos/52a7c919e8e44e90be00028f-art-and-architecture-faculty-ines-lobo-arquitectos-photo.

REIS, Jaime (1993), O atraso económico português em perspetiva histórica: Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930), Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2000, in: Diário da República nº 232/2000, Série I - B de 2000-10-07. Ratifica o Plano Diretor Municipal de Beja (revisão). Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/search/543930/details/maximized?q=Lei+n.%C2%BA+10%2F97%2Fen%2Fen

RIBEIRO, Fernando Nunes (1972), *A villa romana de Pisões*, Beja.

RIBEIRO, Orlando (1993), Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, (fot.) Jorge de Barros, (org.) Suzanne Deveau, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

RODRIGUES, Maria João Madeira (2002), *A Arquitetura o que é*, Quimera Editores, Lisboa, ISBN: 972-589-074-4.

RODRIGUES, Urbano Tavares, CARDOSO, António Homem, *A luz da cal, Itinerário alentejano, Éter*, com o apoio da Associação de Municípios de Beja.

ROSAS, Fernando (1994), Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40) – Uma industrialização sem reforma agrária in: *Análise Social*, vol.XXX (128),4º, 871-881.

ROSAS, Fernando, (coord.) (1992), Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Vol. XII, Da Nova História de Portugal, (dir.) Joel Serrão e A.H.de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa.

ROSSI, Aldo (2001), A Arquitetura da Cidade, Cosmos, Lisboa, ISBN: 9727621260.

Roteiro Histórico de Beja, Câmara Municipal de Beja, ISBN: 978-972-8602-09-3.

Serpa – Musibéria, Centro Internacional de Músicas e Danças do Mundo Ibérico (2012), João Manuel Pires Barbosa. Disponível em: https://www.colecoesfundacaoedp.edp.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?skey=480CE5B4103F4011A59F016D55D52D2D&doc=186662&img=178358

Um Século de Moagem em Portugal de 1821 a 1920, Das Fábricas às Companhias e aos Grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança, Jaime Alberto do Couto Ferreira. Disponível em: **https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5294.pdf**

Textos fundamentais da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: Whc.unesco.org/uploards/activities/documents/activity-562-1.pdf.

VIDAL, Vicente Manuel, (2005), A Arquitetura da indústria, 1925-1965, Ed. Fundação DOCOMOMO Ibérico.

ÍNDICE DE DOCUMENTOS

DOC. 1 – Cronologia da criação de Companhias de Moagem em Portugal no Séc.XIX - pág.15
In: **FERREIRA, Jaime Alberto do Couto**, Um Século de Moagem em Portugal, de 1821 a 1920, das Fábricas às Companhias e aos Grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança, pág. 276.
Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5294.pdf

DOC. 2 – Candidatos Republicanos pelo Círculo de Beja. ---------- pág.18
In: Semanário Democrático Independente, O PORVIR, de 19 de Março de 1908, Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

DOC. 3 - Sociedade Industrial Aliança (1918), anúncio no periódico: ---------- pág. 20
"A Cidade de Beja. Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

DOC. 4 - Agradecimento da administração da Fábrica "Moinhos de Santa Iria" ------- pág. 70
às Corporações de Bombeiros e ao Regimento de Infantaria de Beja (RIBE) que colaboraram no combate às chamas do incêndio. in: Semanário - Jornal de Beja, de 24 de Julho de 1981. Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

DOC. 5 - Agradecimento da administração da Fábrica "Moinhos de Santa Iria" ------- pág. 70
à população de Beja que colaborou no combate ao incêndio de 18.7.1981. in: Semanário - Jornal de Beja, de 24 de Julho de 1981. Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – Fotografia da maquinaria instalada no corpo principal da Fábrica, in: ----- pág. 11
anúncio da Sociedade Industrial Aliança, no periódico "A Cidade de Beja" (1918). Fotografia cedida pelo Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

FIG. 2 – Fotografia da maquinaria instalada no edifício lateral da Fábrica, in: -------- pág. 12
anúncio da Sociedade Industrial Aliança, no periódico "A Cidade de Beja" (1918). Fotografia cedida pelo Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

FIG. 3 – Fotografia do autor (2019) – Fotografia do local (Fábrica Aliança/ --------- pág. 12
Moinhos de Santa Iria), Beja.

FIG. 4 – Planta de terreno da Fábrica de Moagem de Beja, cedida pelo Gabinete ----- pág.13
Técnico da Câmara Municipal de Beja. (2019).

FIG. 5 – Fotografia do autor (2019), Casa da Família Vilhena – Frontaria, Beja ------ pág. 31

FIG. 6 – Fotografia do autor (2019), Casa dos proprietários da Preguicinha, Beja ---- pág. 31

FIG. 7 – Fotografia do autor (2019), Casa do proprietário do estabelecimento -------- pág. 33
Comercial, Casa Figueira. Beja.

FIG. 8 – Fotografia do autor (2019), Casa de um conceituado médico da cidade. Beja. pág. 33

FIG. 9 - Fotografia do autor (2019), Bairro da Apariça. Beja ---------- pág. 35

FIG. 10 -Fotografia do autor (2019), Bairro Catarina Eufémia. Beja. ---------- pág. 35

FIG. 12 - Fotografia do autor (2019), Barros negros de Beja. Área agrícola envolvente da cidade. ---------- pág. 37

FIG. 13 – Fotografia dos barros de Beja preparados para a sementeira do trigo. ------ pág. 37

FIG. 14 - Fotografia extraída do Diário de Notícias online, 3 de Julho de 2019 Trabalhadores tailandeses na Herdade da Rosa. (Alfundão – Beja). Disponível em: https://www.dn.pt/pais/mais-de-metade-dos-tailandeses-vivem-em-beja-11073771.html ------- pág. 44

FIG. 15 - Fotografia do autor (2019), Ferragens de janelas e portões. Beja. ---------- pág. 45

FIG. 16 - Fotografia do autor (2019), Capitel romano encontrado em escavações na cidade. Exposto no Museu Regional de Beja. ----- pág. 47

FIG. 17 - Fotografia do autor (2019), Pavimento em mosaico polícromo, de uma das salas da casa de habitação da villa de Pisões, a poucos Km de Beja. ----- pág. 48

FIG. 18 - Fotografia do autor (2019), Complexo termal, Hipocausto. Villa de Pisões. pág. 48

FIG. 19 - Fotografia do autor (2019), Igreja de Santo Amaro. Beja. ---------- pág. 50

FIG. 20 - Fotografia do autor (2019), Conjunto de capitéis visigóticos, Núcleo Visigótico de Beja – Igreja de Santo Amaro. Beja. ------- pág. 50

FIG. 21 - Fotografia do autor (2019), Rua de Beja – rua Al-Mu'tamid. ---------- pág. 51

FIG. 22- Fotografia do autor (2019), Peças de cerâmica muçulmana. Museu Regional de Beja. -------- pág. 52

FIG. 23 – Fotografia do autor (2019), Capela dos túmulos do Convento de S. Francisco. Beja. ---------- pág. 54

FIG. 24 – Fotografia do autor (2019), Claustro do Convento de S. Francisco, (atual pousada), Beja. ------- pág. 54

FIG. 25 – Fotografia do autor (2019), Igreja de Santa Maria. Beja. ---------- pág. 55

FIG. 26 – Fotografia do autor (2019), Castelo de Beja. Beja. ---------- pág. 56

FIG. 27 – Silos Medievais na Avenida Miguel Fernandes. Beja. ---------- pág. 57 Disponível em: https://www.academia.edu/1378310/_2008_Beja_Medieval_os_silos_da_Avenida_Miguel_Fernandes.

FIG. 28 – Boca de silo medieval na Avenida Miguel Fernandes. Beja. ---------- pág. 58
Disponível em: https://www.academia.edu/1378310/_2008_Beja_Medieval_os_silos_da_AvenidaMiguel_Fernandes.

FIG. 29 – Fotografia do autor (2019), Convento de Nossa Senhora da Conceição. – pág. 59
Beja.

FIG. 30 – Fotografia do autor (2020), Igreja da Misericórdia. ---------- pág. 60
Praça da República. Beja.

FIG. 31– Fotografia do autor (2019), Cultura de milho nos barros de Beja. -------- pág. 64
Área envolvente da cidade.

FIG. 32 - Fotografia do autor (2019), Olival de regadio nos barros ---------- pág. 64
dos arredores de Beja.

FIG. 33 – Fotografia do autor. Cultura da vinha na região de Beja. ---------- pág. 65

FIG. 34 – Fotografia do autor (2020), Antigos silos da EPAC na. ----------. pág. 66
área envolvente de Beja.

FIG. 35 – Fotografia do autor (2020), Carregamento de cevada para fábrica ------ pág. 66
nacional de cerveja, no outrora silo da EPAC, atualmente da Cooperativa Agrícola Serpa-Brinches-Cuba. Área envolvente da cidade.

FIG. 36 – Fotografia do autor (2020), Moderno silo metálico (aço) para depósito --- pág.67
de milho. Cooperativa Agrícola Serpa-Brinches-Cuba. Área envolvente de Beja.

FIG. 37 – Fotografia do autor (2020), Milho da região a ser transportado para ----- pág.67
o silo metálico.

FIG. 38 – Fotografia do autor (2020), Lagar de azeite, equipado da mais recente --- pág. 68
tecnologia, que serve uma das maiores explorações olivícolas da região.

FIG. 39 – Fotografia do autor (2020), Produção de olival jovem, submetido a ------ pág. 69
intensos tratamentos químicos - região de Beja.

FIG. 40 – Fotografia do autor (2020), Atual edifício da ESTIG – Instituto Polité- -- pág. 68
cnico de Beja.

FIG. 41 – Fotografia do Centro Musibéria de Serpa, constituído por dois ---------- pág.79
edifícios interligados – o antigo edifício moageiro, e o edifício
novo, construído de raiz.
Disponível em: https://www.cm-serpa.pt/pt/menu/398/musiberia.aspx .-

FIG. 42 – Estúdio de som no edifício novo. Musibéria – Serpa. ---------- pág. 79
Disponível em: : https://www.cm-serpa.pt/pt/menu/398/musiberia.aspx

FIG. 43 – Fotografia do novo e volumoso edifício, com uma estrutura mista ------ pág. 82
de betão armado e aço. Disponível em:
https://arquitecturaportuguesa.com/complexo-artes-arquitetura-universidade-evora-da-universidade-da-evora/

FIG. 44 – Fotografia das oficinas de Artes Visuais e Multimédia. ---------- pág.82
Disponível em:
https://www.archdaily.com.br/br/01-175470/reutilizacao-da-antiga-fabrica-dos-leoes-departamento-de-arquitetura-e-artes-visuais-slash-ines-lobo-arquitectos-plus-ventura-trindade-arquitectos/52a7c919e8e44e90be00028f-art-and-architecture-faculty-ines-lobo-arquitectos-photo.--

FIG. 45 – Fotografia da ligação, por mangas metálicas, do corpo de dois pisos, ---- pág. 83
ao edifício maior. Disponível em:
https://www.archdaily.com.br/br/01-175470/reutilizacao-da-antiga-fabrica-dos-leoes-departamento-de-arquitetura-e-artes-visuais-slash-ines-lobo-arquitectos-plus-ventura-trindade-arquitectos/52a7c919e8e44e90be00028f-art-and-architecture-faculty-ines-lobo-arquitectos-photo.

FIG. 46 – Fotografia dos trabalhadores da Fábrica na década de 20, cedida pelo --- pág. 88
Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

FIG. 47 – Fotografia do autor (2019), Edifício lateral do complexo, por onde ----- pág. 89
terá iniciado o incêndio, e que ligava ao edifício central por uma ponte de ferro, onde circulava um sem-fim, que na altura, carregava sacas de sémola.

FIG. 48 – Fotografia do autor (2020), Fachada lateral, de alvenaria de tijolo ------ pág. 92
maciço, e reboco.

FIG. 49 – Fotografia do autor (2020), Estrutura de pilares e vigas de betão, onde ----pág. 92
assentavam os pavimentos de soalhos de madeira.

FIG. 50 – Fotografia do autor (2020), Escadaria lateral do corpo central da Fábrica - pág. 93

FIG. 51 - Fotografia aérea do terreno ---------- pág. 96

Disponível em: JgokCXhttps://earth.google.com/web/search/beja/@38.01907351,-7.859613,224.08573513a,696.23413222d,35y,349.1842058h,0t,0r/data=CigivifNDMI0NAEVlyjQUSAkNAGefIklDPbh_AIWAxSlQDbSDA.

FIG. 52 - Planta do rés-do-chão do Edifício 1 ---------- pág. 97

FIG. 53 - Planta do 1º piso ---------- pág. 98

FIG. 54 - Planta do 2º piso ---------- pág. 99

FIG. 55 - Planta 3ºpiso ---------- pág. 100

FIG. 56 - Planta do 4ºpiso/cobertura ---------- pág. 101

FIG. 57 – 4º piso/cobertura ---------- pág. 102

FIG. 58 – Espaço de coworking do 3º piso. ---------- pág. 102

FIG. 59 – Planta de rés-do-chão do Edifício 2 ---------- pág. 103

FIG. 60 - Restaurante ---------- pág. 104

FIG. 61- Planta do 1º piso ---------- pág. 104

FIG. 62- Sala grande de concertos com bar ---------- pág.105

FIG. 63- Mezanino sobre a sala grande de concertos com varanda ---------- pág.105
para o exterior.

FIG. 64 -Auditório - Planta do rés-do-chão ---------- pág. 107

FIG.65 - Auditório - Planta do 1º piso. ---------- pág.107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População residente (Nº) Portugal, 2007 – 2012. ---------- pág.33
Envelhecimento da população residente em Portugal.
Disponível em:
https://www.google.com/search?q=Evolu%C3%A7%C3%A3o+da+popula%C3%A7%C3%A3o+em+Portugal+2007/2012&client=firefox-b-d&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi4v5r-8f7uAhVKQhoKHRKYBekQ_AUoAXoECAQQAw&biw=1366&bih=654

GRÁFICO 2 – Evolução da população de Beja de 1900 a 2011. ---------- pág.34
Disponível em:
https://populacaodistritodebeja.jimdofree.com/beja/

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa do Distrito de Beja. Disponível em: ---------- pág. 30
https://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_de_Beja

MAPA 2 – Mapa do distrito de Beja com Concelhos. Disponível em: ---------- pág. 31
https://www.visitarportugal.pt/beja

MAPA 3 - Mapa das Freguesias do Município de Beja. Disponível em: ---------- pág.32
https://www.google.com/search?source=univ&tbm=isch&q=Mapa+das+Freguesias+de+Beja&client=firefox-b-d&sa=X&ved=2ahUKEwis5pf--f7uAhUtxYUKHVgfDEMQ7Al6BAgCEDk&biw=1366&bih=654#imgrc=EduQiSV6q_UO3M

APÊNDICE I

DA RUÍNA ……..

FOTOGRAFIAS DO LOCAL

(Fotografias do autor)

A fim de se poder concluir da viabilidade da proposta que se pretendia realizar, deu-se início ao estudo do local (como foi referido no ponto da metodologia de trabalho), analisando cuidadosamente o estado de decrepitude dos edifícios do complexo, o tipo de estrutura, materiais, bem como os elementos que, embora em avançado estado de degradação, se encontravam menos danificados, permitindo a possibilidade de recuperação e de salvaguarda do caráter identitário do edificado. Nesse percurso, a fotografia foi um suporte fundamental para, a partir deste tipo de informação se poder partir, de uma forma mais segura e consciente para a criação de novos espaços, com vista a novos usos, sem que se perdessem referências arquitetónicas marcantes da construção anterior, ainda visíveis, como a presença constante da luz natural no interior dos edifícios, através das inúmeras janelas que cortam as fachadas (dada a ausência de outro tipo de informação mais rigorosa), como é possível observar nas fotografias que se seguem, e que constam no Apêndice I.












Air













APÊNDICE II

À PROSPERIDADE ……..

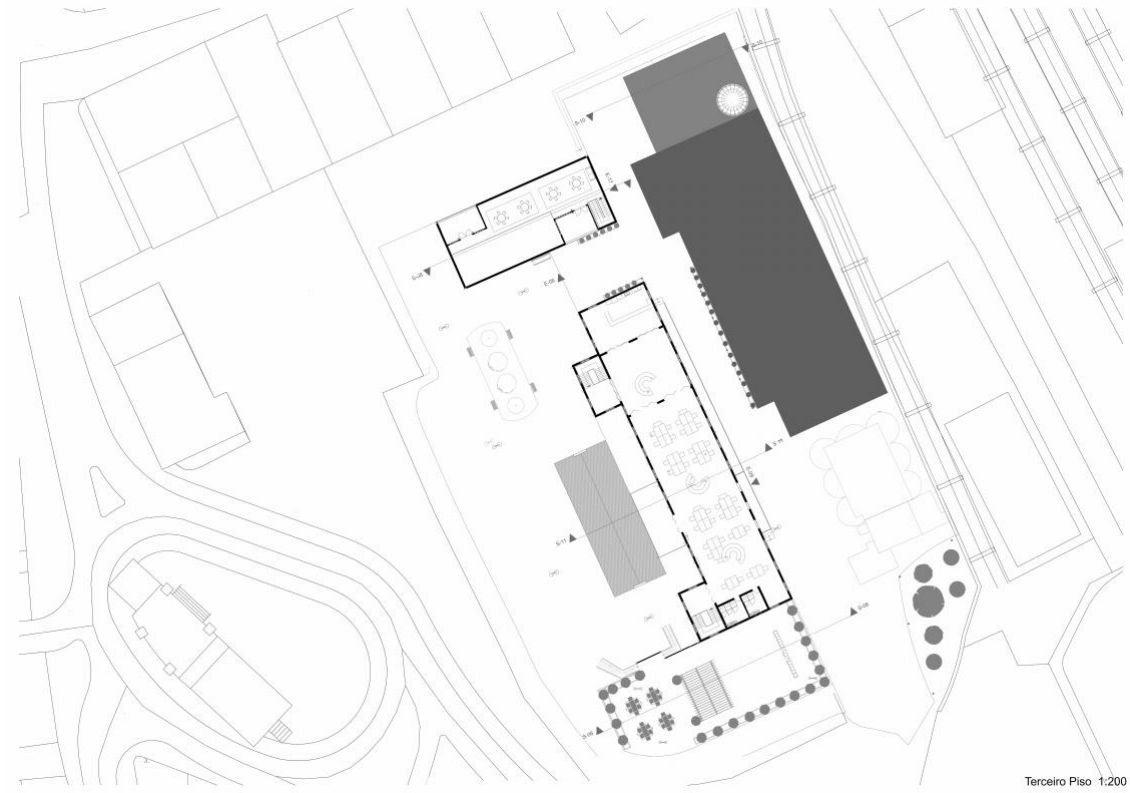
PLANTAS DO PROJETO – ESCALA – 1:200

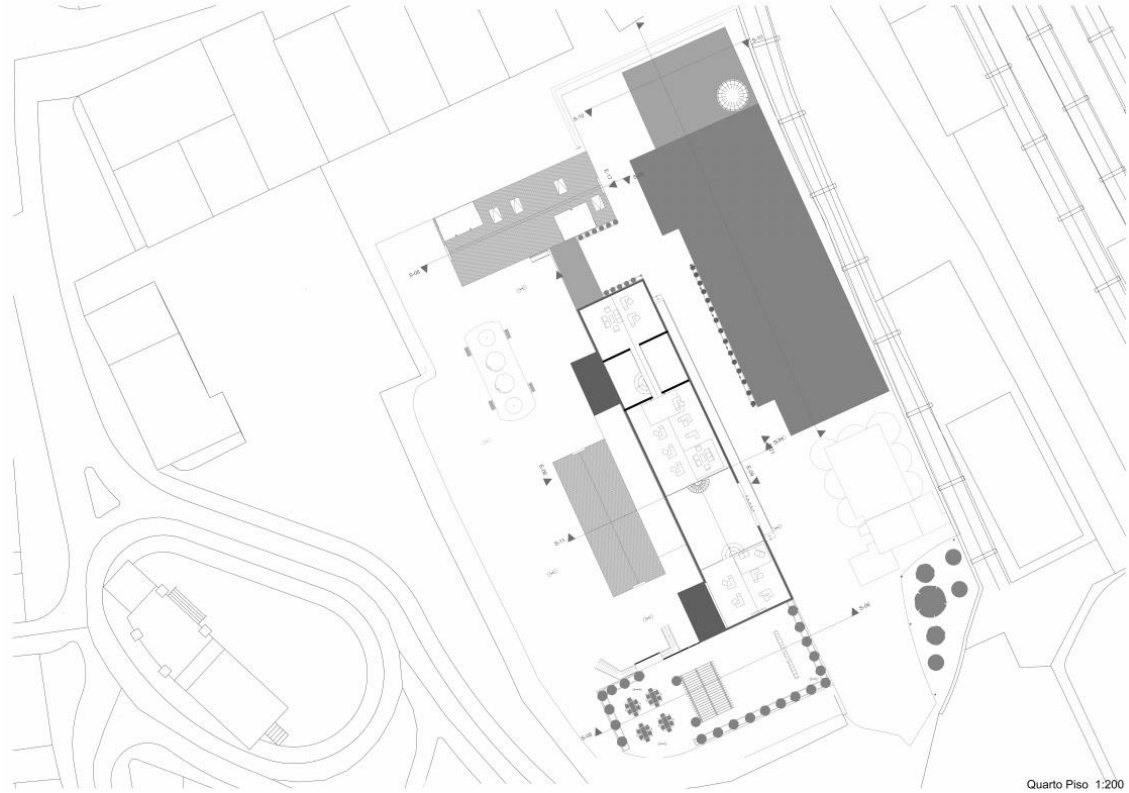
Deste apêndice constam plantas e outros desenhos técnicos, não colocados na apresentação da proposta.




Primeiro Piso 1:200

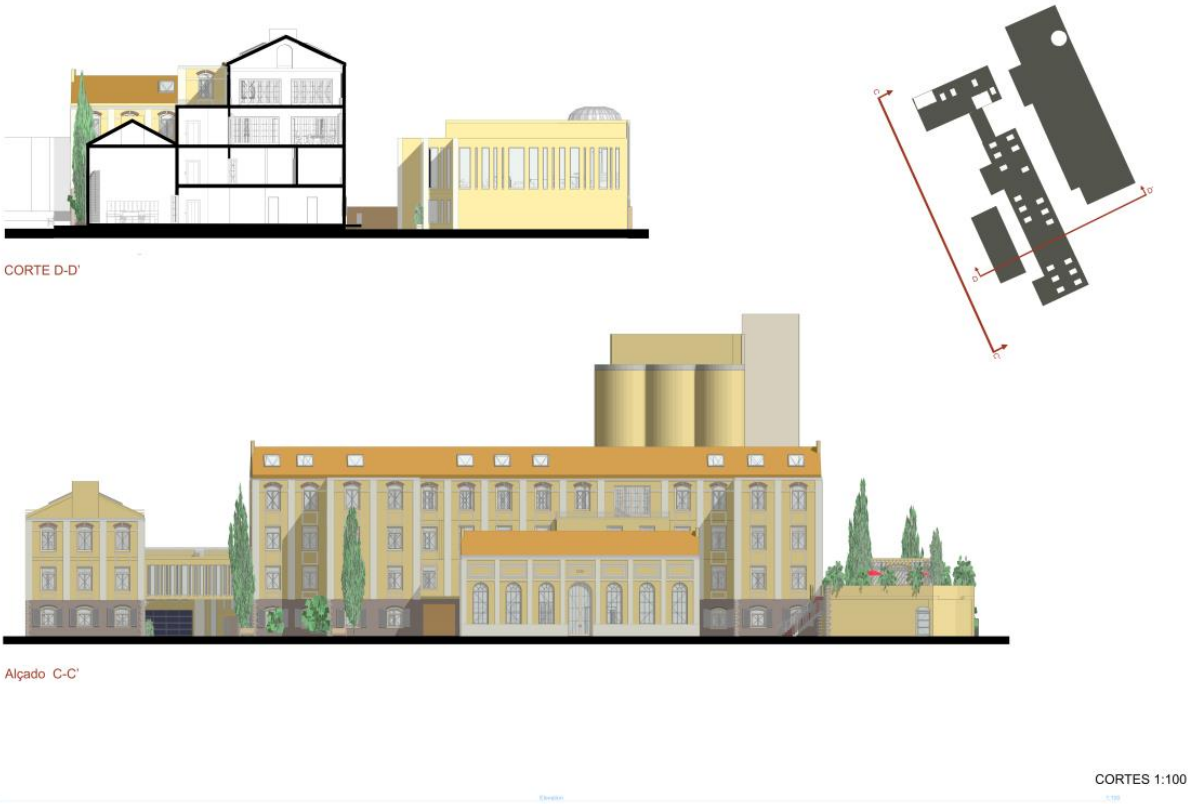

Segundo Piso 1:200


Terceiro Piso 1:200


Quarto Piso 1:200

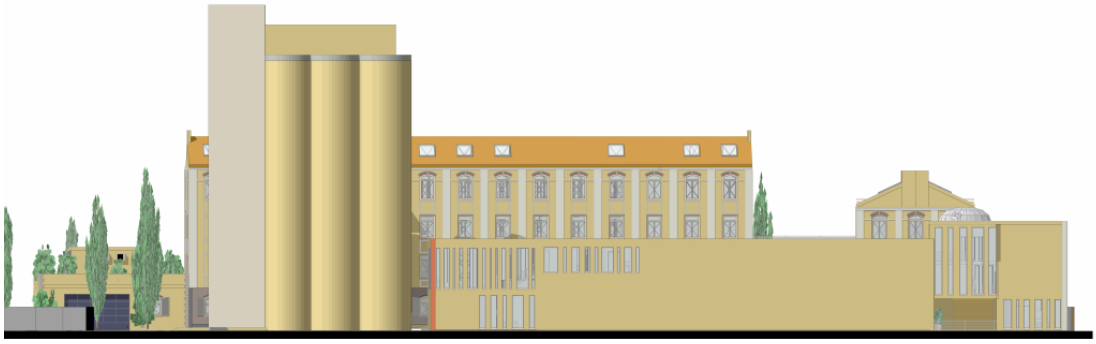

Cobertura 1:200

CORTES E ALÇADOS – ESCALA – 1:100



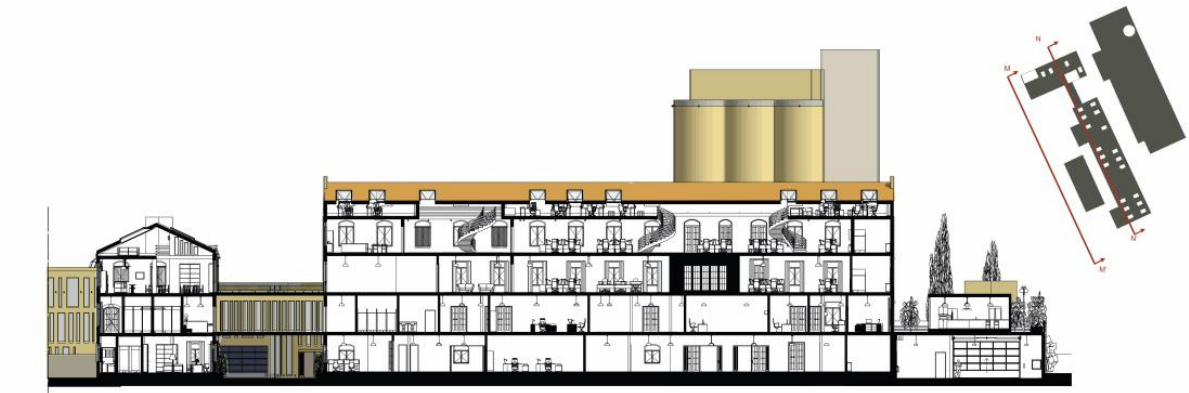


CORTE F-F'

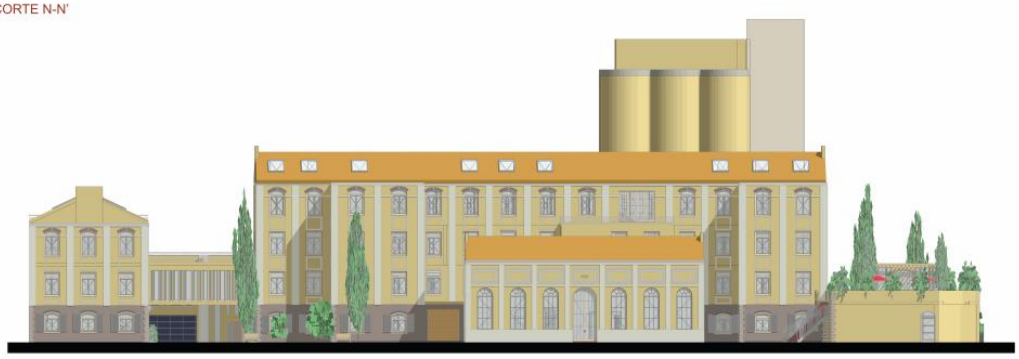


Alçado E-E'

CORTES 1:100

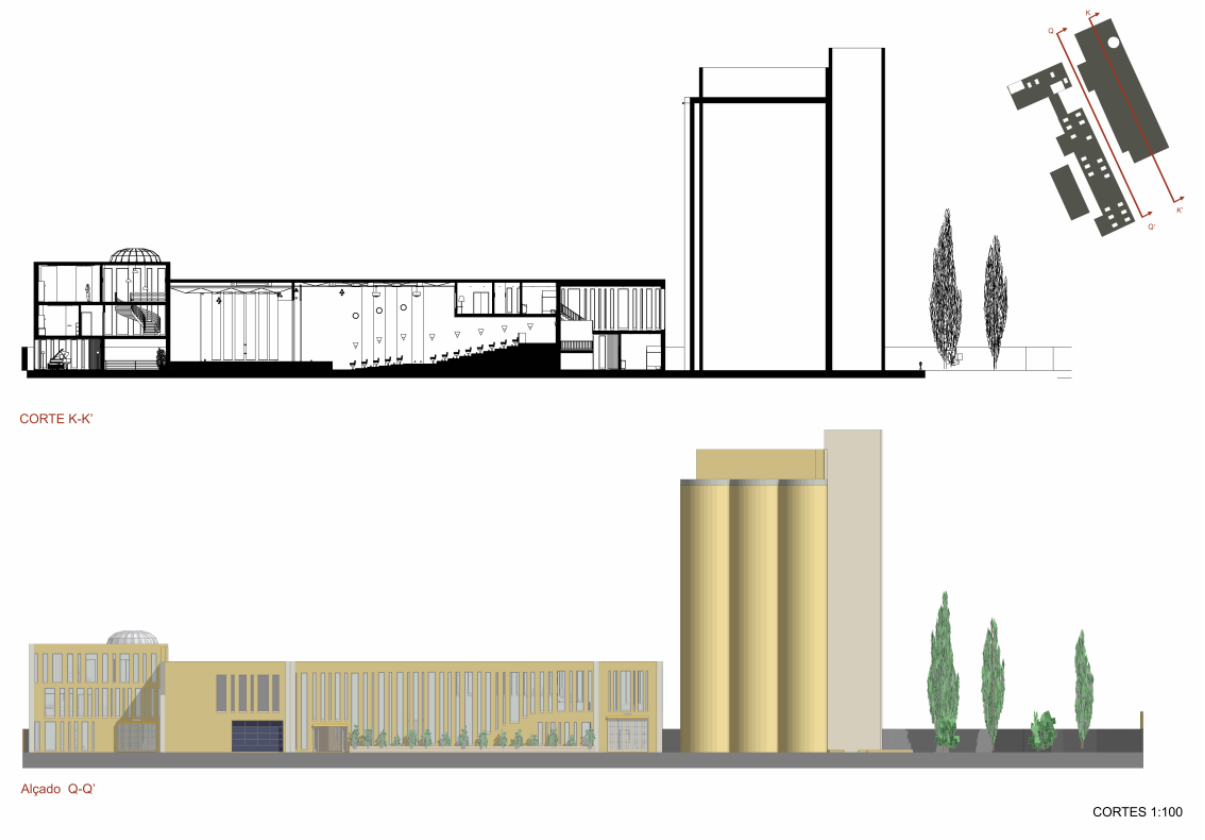


CORTE N-N'

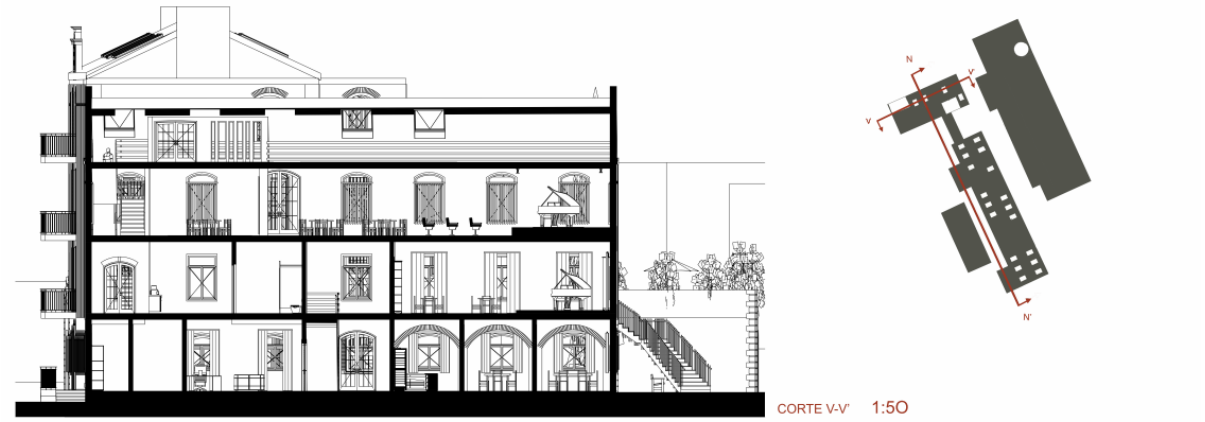


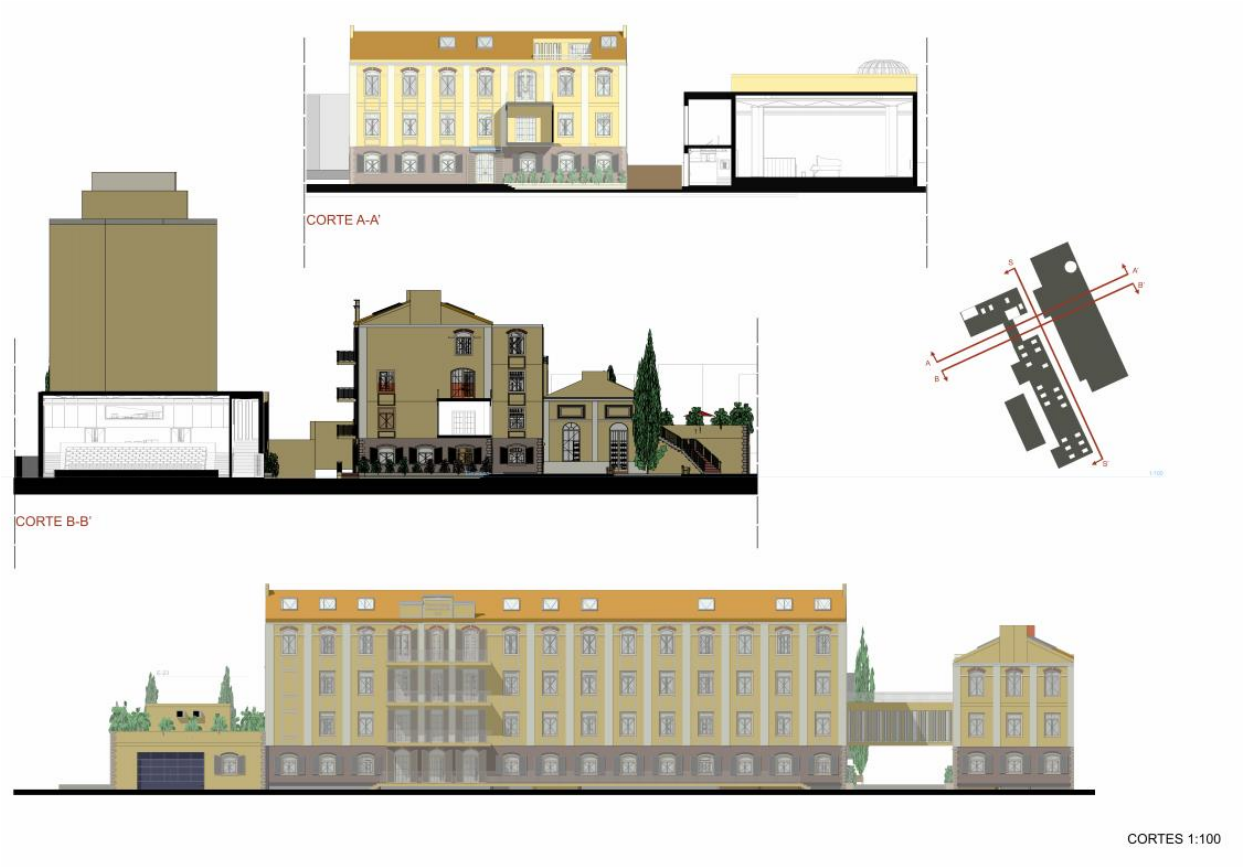
Alçado M-M'

CORTES 1:100


CORTE K-K'
Alçado Q-Q'
CORTES 1:100


CORTE N-N' 1:100


CORTE V-V' 1:50



CORTES 1:100